Instituto Universitário de Lisboa

Departamento de Arquitectura e Urbanismo

Regeneração de Percursos Culturais no Território:
Aplicação às Linhas de Torres no Concelho de Vila Franca de Xira

Catarina Gonçalves Rodrigues Vieira Conde

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Reabilitação Urbana e Arquitectónica

Orientador:
Prof. Luis Paulo Faria Ribeiro
ISA-UTL

Junho, 2009

RESUMO

Com este estudo pretende-se explorar a aplicabilidade dos conceitos de corredor verde e de percurso interpretativo ao caso da Primeira Linha de Torres, tendo por base o aproveitamento dos recursos históricos e culturais associados a esta estrutura defensiva, no concelho de Vila Franca de Xira. Utilizou-se um método de avaliação da paisagem do tipo paramétrico, que incluiu o levantamento dos recursos históricos e culturais do local. Este estudo permitiu concluir que existem condições favoráveis para a criação de um percurso pedonal, que irá não só contribuir para a protecção e conservação das estruturas militares existentes e da qualidade paisagística do local, como também trará oportunidades de recreio e lazer e uma maior aproximação do homem à paisagem e à identidade cultural da população residente nesta região.

PALAVRAS-CHAVE:

Paisagem, Património, Percursos, Corredores Verdes, Estrutura Ecológica

ABSTRACT

With this research we aim to explore the appliableness of the concepts of greenways in the First Line of Torres, based on the existing historical and cultural resources which are linked up with this defensive structure, in the Municipality of Vila Franca de Xira. The method used for the landscape evaluation is based on the parametric evaluation and planning, complemented with the assessment of the historical and cultural resources of the place. This research allow us to conclude that there are all the conditions to develop a greenway in that area which will contribute not only to the protection and conservation of the existing military structures and landscape quality of the place, but it will also promote recreation and leisure opportunities, and doing so it will bring people closer to nature.

KEY WORDS:

Landscape, Heritage, Trails, Greenways, Ecological Areas

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr. Luís Paulo Faria Ribeiro

À minha Mãe, ao meu Pai e à minha Avó

À Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Ao IGESPAR, em especial ao Arq.to João Seabra Gomes

À Direcção de Infra-Estruturas do Exército, em especial ao Tenente-Coronel José Berger

À Dr.ª Inês Vieira

A todos os meus Amigos que me incentivaram e que me acompanharam neste percurso…

Índice

1. INTRODUÇÃO 1
2. PAISAGEM 3
2.1 Território e Paisagem 3
2.1.1. Território 4
2.1.1.1. Factores Ambientais 4
2.1.1.2. Políticas de Intervenção no Território 7
2.1.2. Paisagem 8
2.2 Evolução do termo paisagem 8
2.3 Paisagem Rural 11
2.4 Paisagem Global 12
2.5 Paisagem Cultural 13
2.6 Convenção Europeia da Paisagem 14
2.7 Unidades da Paisagem 16
2.8 Estrutura e Identidade da Paisagem 18
2.9 Conclusão 20
3. PATRIMÓNIO 21
3.1 Monumento/Património 21
3.1.1 Monumento 21
3.1.2 Património 22
3.2 Medidas Salvaguarda do Património. Evolução Histórica 23
3.2.1 Desde a antiguidade até ao século XIX 23
3.2.2 Do século XX à actualidade 25
3.3 Enquadramento Jurídico e Normativo relativamente à Protecção do Património 28
3.3.1 Principais Cartas Internacionais e Convenções 28
3.3.2 Legislação nacional 29
3.4 A Paisagem Cultural como Património Cultural 30
3.5 Conclusões 33
4. CORREDORES VERDES E PERCURSOS 34
4.1 Corredores Verdes 34
4.1.1 Definição 34
4.1.2 Evolução do conceito de corredor verde 35
4.1.3 Tipologias e Funções dos Corredores Verdes na Paisagem 38
4.2 Percursos 40
4.2.1 Definição 40
4.2.2 Constituição e Tipologias de Percursos Interpretativos 43
4.2.3 Impactes resultantes da implantação de percursos 46
4.2.4 Regeneração de Percursos Interpretativos 47
4.3 Itinerários Culturais 48
4.4 Conclusão 49
5. METODOLOGIAS DE ANÁLISE E PLANEAMENTO DE PERCURSOS/CORREDORES VERDES 50
5.1 Abordagem paisagística e paramétrica na avaliação da paisagem 51
5.1.1 Abordagem paisagistica 51
5.1.2 Abordagem paramétrica 53
5.1.3 METLAND – Metroplolitan Landscape Planning Model 55

5.2 Avaliação dos valores histórico-culturais da paisagem 57
5.3 Metodologia proposta para a elaboração de percursos 61
5.4 Conclusão 65
6. CASO PRÁTICO - LINHAS DE TORRES 65
6.1 Introdução 65
6.2 As Linhas de Torres 67
6.2.1 Contexto histórico 67
6.2.2 Construção das Linhas de Torres 68
6.2.3 Objectivos das Linhas de Torres 70
6.3 As Linhas de Torres no Concelho de Vila Franca de Xira 71
6.4 As Linhas de Torres na actualidade 73
6.5 Regeneração do percurso da 1ª Linha de Torres, no Concelho de Vila Franca de Xira…. 75
6.5.1 Definição do objectivo e do tipo de percurso a implementar 75
6.5.2 Análise e diagnóstico paisagístico 76
6.5.3 Proposta 80
6.5.4 Implantação e gestão 83
6.6 Conclusão 88
7. CONCLUSÃO 89

BIBLIOGRAFIA 92

ANEXOS 99
ANEXO 1 – Principais Cartas e Convenções Internacionais 100
ANEXO 2 – Glossário de Termos Militares 103
ANEXO 3 – Tabela das fortificações construídas no concelho de Vila Franca de Xira . 109
ANEXO 4 – Fortificações da 1ª e 2ª Linha, no concelho de Vila Franca de Xira, existentes na actualidade 111
ANEXO 5 – Fichas de Inventário das fortificações da 1ª Linha, construídas no concelho de Vila Franca de Xira 112
ANEXO 6 – Planta das Freguesias do Concelho de Vila Franca de Xira 138
ANEXO 7 –Planta Fisiográfica do Concelho de Vila Franca de Xira 139
ANEXO 8 – Planta de Declives do Concelho de Vila Franca de Xira 140
ANEXO 9 – Planta Hipsométrica do Concelho de Vila Franca de Xira 141
ANEXO 10 – Planta de Património 142
ANEXO 11 – Inventário de Património Arquitectónico existente na área em estudo 143
ANEXO 12 – Planta do Percurso Proposto 146
ANEXO 13 – Folheto informativo 148

Índice de Figuras

Figura 1- Todos os seres vivos deixam marcas directas ou indirectas impressas no território..... 4
Figura 2- O relevo do terreno dá origem a condições ecológicas diferenciadas 5
Figura 3- Exemplo de como a erosão do solo impede o desenvolvimento da vegetação dunar 5
Figura 4- Amesterdão 6
Figura 5- Amazónia. 7
Figura 6- Pormenor do Quadro *Anunciação* (1462) 9
Figura 7- Quadro *A Avenida, Middleharnis* (1689) 9
Figura 8- exemplo do impacte na paisagem, provocado pela exploração da pedreira Moita da Ladra - Vialonga, no concelho de Vila Franca de Xira 10
Figura 9 – Palafitas da Comporta. 18
Figura 10- Espigueiros 18
Figura 11 -Região Vinhateira do Alto Douro 32
Figura 12- Paisagem Cultural de Sintra 32
Figura 13 – Karl Max Allee em Berlim 35
Figura 14- Planta de *Boston Esmeral Necklace* 36
Figura 15 – Diagrama dos 3 imãs 36
Figura 16 – Seis funções básicas dos corredores 39
Figura 17 – Caminho pedonal na Ilha da Madeira 42
Figura 18- Caminho Pedonal Ribeirinho Alhandra -Vila Franca de Xira. 42
Figura 19- Esquemas das configurações mais frequentes dos percursos 45
Figura 20 – O pisoteio danifica a flora existente.. 47
Figura 21 – Sobreposição de vários mapas, método de McHarg 51
Figura 22 – Esquema do método de McHarg 52
Figura 23- Ilustração do processo desenvolvido para determinação das recomendações para o planeamento da ilha de Nantucket 53
Figura 24 – Estrutura conceptual do processo de planeamento da paisagem: METLAND 56
Figura 25 - Esquema da metodologia utilizada por Steiner para o planeamento da paisagem 58
Figura 26- Esquema da metodologia adoptada por Hellmund, P. e Smith, D. para a definição e planeamento de corredores verdes 63
Figura 27 – Esquema da metodologia a aplicar na implementação de percursos 63
Figura 28- As invasões francesas 1807-1810 67
Figura 29 – Mapa das Linhas de Torres. 70
Figura 30- Fortificação em forma de estrela 72
Figura 31- Algumas das tipologias de fortes utilizadas 72
Figura 32 – Aproveitamento de moinhos existentes para a construção de fortificações 72
Figura 33 -Monumento a Hércules 74
Figura 34 - Exemplo de desmoronamento de uma das canhoneiras do forte n.º 114 b) 74
Figura 35 – Carta Militar da 1ª Linha de Defesa e parte da 2ª que cobre a capital 75
Figura 36 – Excerto da Carta Fisiográfica da área em estudo 77
Figura 37 - Excerto da Carta de Declives da área em estudo 77
Figura 38 - Excerto da Carta Hipsométrica da área em estudo 77
Figura 39 - Vista sobre o estuário do Tejo, na direcção de Alverca do Ribatejo, Lisboa 77
Figura 40 - Vista sobre o estuário do Tejo, na direcção Alhandra e Lezírias 77
Figura 41 - Vista sobre a zona rural de São João dos Montes 77
Figura 42 – Exemplo da destruição do forte 115, em consequência da abertura de um caminho de acesso à zona de extracção de inertes. 77
Figura 43 – Impacte visual provocado pela indústria extractiva, diminuindo a qualidade paisagística da área em análise 78
Figura 45 – Exemplo dos danos causados pela prática de motocrosse no forte n.42 78
Figura 44- Exemplo de sinalização para a prática de motocrosse, colocada junto à estrada militar . 78
Figura 46 - Impacte visual provocado pela indústria extractiva, a qual está actualmente a colocar em risco a conservação do forte 119 78

Figura 47 – Ocorrência de um incêndio no forte n.º 117ª durante o qual ardeu a vegetação existente. Esta situação potencia o aumento dos riscos de erosão do solo e consequentemente o aumento dos riscos ao nível da conservação da estrutura. 78
Figura 48 – Ortofotomapa da área a intervencionar, indicando a localização das fortificações ainda existentes. 79
Figura 49 – *Quercus coccinea* 79
Figura 50 – *Coronilla valentinaa* 79
Figura 51 - *Barlia robertiana* 79
Figura 52– *Orchis italica* 79
Figura 53 – *Arisarum vulgare*..... 79
Figura 54- Exemplo de um troço da estrada militar 80
Figura 55 – Caminho rural que evidencia sinais de erosão, tornando-o irregular, dificultando a sua utilização..... 80
Figura 56 - Estrada militar situado numa zona de propriedade privada 80
Figura 57 – Planta do percurso interpretativo proposto..... 81
Figura 58- Parte inicial do percurso – subida da Serra do Formoso..... 82
Figura 59 – Estruturas existentes que poderão constituir o sistema de drenagem das primeiras fortificações 82
Figura 60 – Vista sobre a vila de Alhandra, a cidade de Vila Franca de Xira e as Lezírias..... 82
Figura 61 – Estrutura interior do forte n.º 114 a), não identificada..... 82
Figura 62 – Moinho de vento junto ao Forte n.º 114a)..... 82
Figura 63 – Igreja Matriz de São João dos Montes 82
Figura 64 –Panorâmica da área habitacional da Quinta de Subserra enquadrada entre a vinha e mata de pinheiros..... 82
Figura 65 – Quinta do Bulhaco. 82
Figura 66 – Exemplo de ponto de paragem com grande amplitude visual..... 83
Figura 67- Existência de árvores sobre as paredes do forte 114 b) 84
Figura 68 – Exemplo da vegetação no interior da fortificação..... 84
Figura 69 – Exemplo do abaulamento 84
Figura 70 – Desmoronamento de parte da parede do forte..... 84
Figura 71 – Escavação do forte 38 (Forte da Casa), que colocou a descoberto, estruturas, tais como o paiol 85
Figura 72 **–** Capa do folheto interpretativo proposto..... 88

Índice de Tabelas

Tabela 1. Síntese da Evolução Legislativa Nacional referente ao património..... 30
Tabela 2- Categorias nas quais as paisagens culturais devem ser englobadas, de acordo com os novos critérios de classificação de sítios da Lista de Património Mundial..... 31
Tabela 3 – Síntese dos documentos legislativos nacionais mais relevantes no âmbito do património paisagístico 33
Tabela 4 – Classificação dos percursos 44
Tabela 5 – Critérios de Avaliação dos valores histórico-culturais de paisagem 58
Tabela 6 – Carta internacionais adoptadas ao percurso da 1ª Linha de Torres..... 87

1. INTRODUÇÃO

O conceito de ou a definição de paisagem surge muitas vezes associado ao reconhecimento visual de uma imagem, enquanto representação da sociedade moderna, pelo que, no âmbito do presente trabalho, se sente a necessidade de compreender em simultâneo a rede de percursos e o património, na leitura e na percepção do meio que nos envolve.

A percepção da paisagem faz-se não só de um modo visual, mas também, através do conhecimento e das vivências que a mesma proporciona. Deste modo, a regeneração de percursos e do património a eles associado, quer seja na vertente ecológica, ambiental, cultural ou histórica, permite efectuar ligações entre os diferentes espaços, organizando uma dinâmica de fluxos e contribuindo para a criação de imagens visuais, sensoriais e cognitivas e, consequentemente, para o enriquecimento do conhecimento do território em que o Homem se insere.

Dada as alterações e transformações que têm vindo a ocorrer nas paisagens, bem como as pressões que se fazem sentir sobre as mesmas, nomeadamente as alterações dos seus usos, verifica-se uma redução da qualidade paisagística e dos recursos que constituem o território, quer sejam eles ecológicos, económicos, sociais e/ou culturais. Estas alterações conduzem, gradualmente, à perda de referências históricas e da identidade cultural da paisagem, afectando o seu *genius loci*. No entanto, e tendo em conta que as características culturais e sociais tendem gradualmente a perderem-se, constata-se que, cada vez mais, as sociedades modernas sentem uma maior necessidade de se questionarem sobre as suas origens, o que leva a uma maior procura da identidade cultural, social e histórica.

Embora os percursos existam nas mais variadas paisagens, constata-se uma maior concentração dos mesmos nas áreas envolventes aos principais núcleos de povoamento, nomeadamente em áreas metropolitanas. Assim, face ao crescimento das áreas urbanas e consequente pressão e ocupação das zonas mais rurais por indústrias e por novas zonas habitacionais, estes antigos caminhos ou parte deles, encontram-se, frequentemente, englobados nos tecidos urbanos, perdendo as suas funções iniciais e ficando por vezes abandonados ou subutilizados. Contudo, estes percursos podem ligar pontos importantes e significativos na história de uma região ou país, podendo a sua regeneração contribuir ou potenciar o aparecimento de oportunidades diversificadas de recreio, nas áreas metropolitanas.

A regeneração dos percursos, de modo a potenciar a sua utilização pela população, constitui uma forma de exploração do território, que contribuirá não só para o aumento da qualidade de vida das populações das áreas em que os estes se inserem, mas também para a recuperação, para a divulgação do património histórico e cultural e para a preservação das características ambientais, através, por exemplo, do fomento do turismo ecológico.

A regeneração de antigos percursos e caminhos, bem como a recuperação/requalificação dos elementos culturais e históricos a eles associados, deve constituir uma estratégia equilibrada e sustentável de intervenção na paisagem. A utilização, de modo controlado e consciencioso, dos recursos existentes permite, igualmente, o reconhecimento e a articulação entre o património local e a sociedade em que o mesmo se insere. Neste tipo de intervenções, um dos objectivos é não só recuperar antigos percursos desactivados e/ou destruídos, mas também contribuir para que os mesmos deixem de ser apenas eixos de comunicação, para se tornarem corredores de circulação que proporcionem um novo tipo de relacionamento entre o Homem e o meio.

Nas últimas décadas, o crescimento desregrado das cidades e das áreas industriais deu origem a grandes modificações da paisagem conduzindo, frequentemente, à destruição de recursos e, por conseguinte, a uma diminuição da qualidade paisagística desses locais. No futuro, o planeamento das actividades no território deverá ter por base conceitos que promovam a sustentabilidade das paisagens, onde se privilegie um desenvolvimento que permita às gerações futuras o acesso a situações de bem-estar, sem ultrapassar a capacidade de carga, que a paisagem apresenta, face às utilizações que lhe são impostas. A implementação de estratégias para a regeneração de percursos pedonais é favorecida quando apoiada em conceitos de sustentabilidade dos recursos que determinam a qualidade das paisagens.

A utilização de metodologias de análise da paisagem, com o objectivo de implantar novas estruturas e/ou recuperar percursos já existentes, é fundamental para a identificação e preservação dos recursos naturais e culturais, determinantes da identidade cultural do local em estudo.

O caso de estudo desta dissertação incide sobre a área Norte do Concelho de Vila Franca de Xira, onde foi construída a primeira linha defensiva aquando da 3ª Invasão Francesa, a 1ª Linha de Torres. Embora esta zona não se encontre integrada em nenhuma área protegida, ela apresenta características ambientais e culturais que determinam níveis elevados de qualidade paisagística e, consequentemente, de interesse para a implantação de um percurso interpretativo. Entre os aspectos mais importantes destacam-se as estruturas construídas de valor histórico e cultural (fortes, redutos, baterias, etc.) associadas à 1ª Linha de Torres, as formações vegetais de interesse ecológico e paisagístico e os eixos visuais estabelecidos quer com o Rio Tejo, quer com a paisagem rural do interior do Concelho de Vila Franca de Xira. A existência de um corredor verde, nesta região, permitirá não só a recuperação/conservação das estruturas militares aí existentes e a salvaguarda da identidade do lugar, como também contribuirá para a preservação da qualidade paisagística. Este percurso poderá vir a constituir um pólo de interesse turístico, a proporcionar oportunidades de recreio e lazer e a ter implicações socioeconómicas relevantes.

Pretende-se nos primeiros quatro capítulos da presente dissertação apresentar os principais conceitos que estão na base da definição de estratégias de regeneração dos percursos interpretativos de carácter cultural, designadamente paisagem, património, percursos/corredores verdes.

A paisagem é o resultado da intervenção do homem sobre os recursos naturais. A estrutura territorial em que assenta a existência dos percursos e os elementos que estes interligam – património de natureza arquitectónica, arqueológica, natural, literária ou histórica – permite delimitar áreas de elevado valor paisagístico a que diversos autores, na área da arquitectura paisagista e ordenamento do território, têm denominado corredores verdes (McHarg (1969), Fabos (1977) e Lyle (1985)). A delimitação de uma rede de corredores verdes constitui uma base para a definição de estratégias de salvaguarda da qualidade de uma paisagem, nas quais se incluem a definição de percursos interpretativos culturais. Os percursos e os corredores verdes permitem a fruição dos recursos que determinam a qualidade da paisagem, através de actividades recreativas e de lazer, contribuindo, deste modo, para o conhecimento dos valores naturais, históricos e culturais de uma determinada região, promovendo a consciência da sua importância, por parte da população.

O objectivo fundamental é, por conseguinte, perceber como os conceitos de paisagem, património e corredores verdes foram evoluindo, face às alterações da sociedade, de forma a compreender a sua interligação, o modo como podem influenciar o planeamento do território e contribuir para a salvaguarda da identidade cultural, social e histórica da paisagem.

2. PAISAGEM

2.1 Território e Paisagem

Na cultura anglo-saxónica e na cultura greco-latina a palavra que traduzimos actualmente como paisagem tem bases e conceitos bastantes distintos. Enquanto na primeira, paisagem (Land, Landscape) refere-se à terra, na segunda, esta reporta-se ao território (Pays, Paysage), com características naturais, sociais e culturais suficientemente homogéneas para contribuírem para a sua existência e o seu reconhecimento (PINTO-CORREIA, 2005;p.151). Face a estas diferenças, é, pois, importante clarificar cada um destes dois conceitos, bem como analisar a relação do Homem com o meio, em função destas duas noções.

2.1.1. Território

Desde sempre o Homem sentiu necessidade de compreender e conhecer melhor o mundo em que vive, sendo que, numa primeira fase, designadamente na pré-história, o homem tomou conhecimento do território através da procura de condições e recursos que garantissem a sua sobrevivência e segurança. Com o passar do tempo, com o desenvolvimento do conhecimento humano e com a evolução das tecnologias, essa procura passou a ser mais pormenorizada, nomeadamente através da compreensão dos recursos naturais e do seu funcionamento, no território em que o Homem se insere.

Para Humbolt (PINTO-CORREIA, T. 2005;p.151), a relação que se estabelece entre um território e os seus habitantes é o facto de o Homem observar o que o rodeia e a partir daí construir uma imagem que transforma o ambiente ou o território em paisagem.

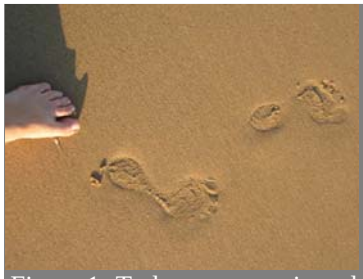


Figura 1- Todos os seres vivos deixam marcas directas ou indirectas impressas no território (CONDE, C., 2005)

Todos os seres vivos deixam marcas directas ou indirectas impressas no território, em consequência do modo como se relacionam uns com os outros e com o meio que os envolve, as quais ganham significado, criando-se, deste modo, uma ligação entre todos os interlocutores e o território, constituindo a base de suporte à sua sobrevivência.

Segundo a Constituição Portuguesa de 1976, o território é um valor eminentemente nacional, pelo que o mais importante para a pátria portuguesa é, por conseguinte, o território, incluindo nele a terra e os valores culturais nele impressos. (TELLES, G. R., 1985)

2.1.1.1. Factores Ambientais

A intervenção no território deverá ter por base uma análise dos factores ambientais que o caracterizam, quer sejam eles elementos visíveis, tais como o relevo, o solo, a água e a vegetação, quer sejam eles elementos que não apresentam uma expressão espacial visível, entre os quais o subsolo, a fauna e o clima, mas que influenciem, de forma determinante, os factores visíveis e consequentemente o território. (MAGALHÃES, M., 2001)

Entre os factores ambientais que condicionam e caracterizam o território, referem-se os seguintes: relevo, solo, água e vegetação.

A. <u>Relevo:</u>

Este factor diferencia, grandemente, o modo de utilização do património e a implantação das estruturas, dando origem a situações ecológicas diferenciadas, "*caracterizadas pela distribuição irregular do solo (situações de eluvião e aluvião), da água (escoamentos e acumulação), dos microclimas (avesseiros e soalheiros) e da vegetação (associações húmidas e secas*)"[1].

Figura 2- O relevo do terreno dá origem a condições ecológicas diferenciadas (in http://images.google.pt/)

As diversas situações do relevo dão origem à existência de zonas altas com larga amplitude visual, de zonas mais encaixadas que condicionam a acessibilidade e de pontos de abertura visual, nomeadamente de perspectivas das áreas envolventes. Assim, pode concluir-se que o relevo, mesmo que não muito acentuado, diferencia distintas áreas ecológicas (fig. 2), as quais apresentam diferentes aptidões para a instalação das diversas actividades humanas.

B. <u>Solo:</u>

Neste âmbito e de acordo com a Prof. Manuela Magalhães, o solo é definido como "*um sistema edáfico, em permanente mutação, ou seja, do solo vivo, com maiores ou menores potencialidades para a produção de biomassa e que, para além disso, interfere no balanço térmico da atmosfera e constituiu um sistema de filtro e tampão, do qual depende a qualidade e a quantidade de água doce disponível*".[2] O seu conhecimento é indispensável para ordenar as actividades sobre o território de modo a salvaguardar o seu potencial produtivo e ecológico.

Figura 3 - Exemplo de como a erosão do solo impede o desenvolvimento da vegetação dunar (*in* http://images.google.pt/)

Os solos demoram anos a formar-se, contudo eles são facilmente deterioráveis através de uma má utilização, quer devido à ocorrência de fenómenos de erosão (fig. 3), quer devido à expansão urbana e industrial (ex: industrias extractivas), tornando-se inviáveis e provocando um desequilíbrio ao nível dos restantes factores que caracterizam o território e, consequentemente, a paisagem.

[1] MAGALHÃES, M. 2001. p.341
[2] Idem p.354-356

C. Água:

A água é um elemento essencial à vida do Homem, "*sem ela não há agregado populacional possível*"[3]. A sua circulação e a sua qualidade condicionam a economia, o bem-estar e a sobrevivência das populações, uma vez que, sendo a água um recurso fundamental para o desenvolvimento das sociedades, ela tem contribuído para o modo de ocupação do território e para a própria evolução das sociedades humanas.

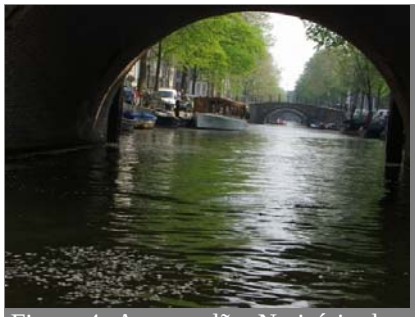


Figura 4- Amesterdão. No início do século XVII, com a crescente imigração na cidade, Amesterdão colocou em prática um plano para a construção de canais de meio círculo e concêntricos que se encontravam na baía do rio IJ (CONDE, C., 2007)

Para conhecer a água no território há que compreender, primeiro, os sistemas que determinam a sua circulação e funções. Os corredores fluviais, as zonas húmidas e as zonas costeiras são alguns dos sistemas em que a água desempenha um papel vital. Contudo, noutros sistemas ou em relação a fenómenos como a erosão do solo, o seu papel tem vindo a revelar-se igualmente importante, quer na óptica da protecção de áreas e de espécies de flora e fauna, quer na protecção dos recursos e dos sistemas ecológicos que condicionam o desenvolvimento sustentável.

Ao longo da história são muitos os indícios de como o homem procurou dominar este recurso e defender-se contra a sua falta ou o seu excesso. Na maior parte das vezes estes indícios deixaram testemunhos no território, dando origem, frequentemente, a elementos patrimoniais. Para se proteger das inundações o homem ergue diques, para transportar a água constrói canais (fig. 4), aquedutos e condutas. Assim, o homem tem procurado, ao longo dos anos, os melhores métodos e tecnologias para a sua utilização. No entanto, com a industrialização, nem sempre as estratégias adoptadas foram as mais adequadas, tendo-se posto, muitas vezes, em causa as bacias hidrográficas e, consequentemente, a quantidade e qualidade da água disponível.

A diversificada natureza do solo e do subsolo, bem como o revestimento, são fundamentais para determinar o tipo de comportamento da água, a qual condiciona o tipo de associações de vegetação e, por conseguinte, a paisagem.

D. Vegetação:

A vegetação decorre do modo como os factores acima mencionados, nomeadamente o relevo, o solo e a água, interagem, dando origem a determinado tipo de associações vegetais, as quais reflectem as condições do meio.

[3] LEITE PINTO, L., 1972.p.11

Figura 5- Amazónia. As características ecológicas desta região condicionam o tipo de vegetação existente (CONDE, C., 2004)

Desde sempre o Homem recorreu à sua utilização de modo a prover as suas necessidades em materiais e alimentos, a conservar os recursos hídricos e o solo, na construção de abrigos e para desenhar a paisagem. Assim, a vegetação constitui o material primordial de construção do território, sendo, por conseguinte, fundamental, aquando da realização de uma intervenção na paisagem, o conhecimento da ecologia da vegetação e da relação entre as diversas associações e sucessões. Sendo a paisagem um sistema dinâmico, a destruição de um tipo de vegetação pode conduzir à alteração dos restantes factores que caracterizam o território.

2.1.1.2. Políticas de Intervenção no Território

A intervenção no território deverá ser levada a cabo através de uma política eficaz do ordenamento do território, a qual deverá abranger o desenho da paisagem. Essa intervenção terá de incluir um zonamento da estrutura ecológica, do sistema hídrico, da compartimentação cultural, das infra-estruturas viárias e da recuperação ou transformação dos sistemas de utilização do espaço pelas actividades agrícola, florestal, lúdica e urbana, numa perspectiva de desenvolvimento social e cultural da população.

A construção e gestão da paisagem deverá incluir acções de protecção dos recursos existentes e a localização de actividades deverá estar em sintonia com as aptidões do território e com a recuperação/reabilitação dos elementos presentes, que tenham perdido a respectiva qualidade e equilíbrio.

Segundo o Prof. Gonçalo Ribeiro Telles[4], o ordenamento do território deverá ser planeado de acordo com três tipos de acções, nomeadamente:

- Protecção. As acções de protecção visam garantir a permanência e a salvaguarda de determinados elementos, quer sejam eles de valor ambiental, cultural ou social, que caracterizem essa mesma paisagem e que a tornem insubstituível.
- Construção. A construção corresponde ao desenvolvimento das actividades humanas, que contribuem para a dignificação social e cultural das populações e para o desenvolvimento económico. O planeamento deve ser feito de forma a manter o equilíbrio da paisagem entre o desenvolvimento proposto e as existências.

[4] TELLES, G. R., 1985. p. 198-199

- Recuperação/Regeneração. A recuperação está essencialmente associada à intervenção em áreas degradadas pela acção do homem e nas quais foi afectada ou destruída a capacidade de renovação dos recursos. A regeneração refere-se às acções de revitalização de sistemas ecológicos e paisagísticos, com o objectivo de uma utilização futura diferente da até então dada.

Assim, e de acordo com a Carta Europeia de Ordenamento do Território – Carta de Torremolinos, o ordenamento do território e todas as estratégias a ele associadas "*constituem um instrumento importante de evolução da sociedade europeia e que a intensificação da cooperação internacional é uma contribuição substancial para o reforço da identidade europeia*" [5].

2.1.2. Paisagem

> *"A paisagem é tudo. É um diagnóstico de uma organização humana. A paisagem não é natural. É construída com elementos naturais. É do homem, como uma casa. O homem faz a paisagem com materiais vivos e com solo duro. È uma construção artificial, baseada nas leis da Natureza. Os seus elementos estão sujeitos à Lei da Vida. Portanto, há uma dinâmica lógica da paisagem, da parte essencial da paisagem. Não podemos separar a paisagem e tratá-la como uma coisa para o turismo ou como um valor apenas de cenário*"[6].

Não existe apenas uma única definição de paisagem, uma vez que dada a sua complexidade existe uma procura por uma versão cada vez mais completa. De acordo com a legislação portuguesa, actualmente em vigor, designadamente a Lei de Bases do Ambiente, a

> "*paisagem é a unidade geográfica, ecológica e estética resultante da acção do homem e da reacção da Natureza, sendo primitiva quando a acção daquele é mínima e natural, quando a acção humana é determinante, sem deixar de se verificar o equilíbrio biológico, a estabilidade física e a dinâmica ecológica*"[7].

De todas as definições existentes, esta é aquela que se considera ser a mais importante e que irá estar na base nos princípios defendidos ao longo da presente dissertação.

2.2 Evolução do termo paisagem

O significado do termo paisagem, que deriva do latim *pagus*, evoluiu ao longo dos séculos. No início da Idade Média o seu significado, bastante diferente do da actualidade, era o de uma divisão administrativa ou religiosa do território, em que a paisagem era como que o pano de fundo para o resto das actividades, uma vez que a sociedade vivia virada para o

[5] Recomendação N.º. R (84) 2. De 25 de Janeiro de 84 – do Comité do Ministros dos Estados Membros da União Europeia no Capítulo do Planeamento Regional/Espacial Europeu. p.2
[6] Idem p. 4
[7] Alínea c) do n.º 2 do art. 5º da Lei 11/87 de 7 de Abril (Lei de Bases do Ambiente)

interior e o contacto e observação da natureza se fazia ao nível do claustro ou do horto (PINTO-CORREIA, T. 2005;p.153).

Com o passar do tempo, o Homem passou a ter um maior conhecimento e um maior domínio do meio que o rodeava, o que deu origem à percepção pictórica da paisagem, muitas vezes lida como um cenário (fig. 6), que foi representada através da pintura, no século XV, tendo alcançado um maior relevo na escola de pintura holandesa, dos séculos XVI e XVII (fig. 7).

Figura 6- Pormenor do Quadro *Anunciação* (1462) de Dierick Bouts. Tempera e óleo (?) sobre madeira transpostos para tela. In SOARES COSTA, M.H. & SAMPAIO, M.L. Pintura. Fundação Calouste de Gulbenkian.

Figura 7- Quadro *A Avenida, Middleharnis* (1689) Meindert Hobbema (Escola holandesa). In KINGSTON, Jeremy. Arts and Artists. Ed. Bloomsbury Books. London 1989.p.4

No século XVIII, o conceito de paisagem passou a estar associado a um papel mais activo de intervenção no território com objectivos de valorização e /ou recreio. Em Inglaterra, surgiu, nessa época, uma escola de arquitectos paisagistas que concebiam e executavam alterações na paisagem, criando parques e jardins, com carácter romântico, inspirados nas paisagens rurais idealizadas.

Já no século XIX, o cientista alemão Alexander von Humbolt definia paisagem como a totalidade dos aspectos de uma região, tais como apreendidos pelo Homem, sendo, por conseguinte, a paisagem o resultado de

> "*um sistema complexo e dinâmico integrando variados factores naturais e culturais (rocha-mãe, solos, água, relevo, clima, vegetação, uso do solo, estrutura fundiária, povoamentos, caminhos e infra-estruturas, etc.) que se influenciam mutuamente e se modificam ao longo do tempo. A paisagem cultural é compreendida como aquela que foi transformada, directa ou indirectamente, pelo Homem*"[8].

[8] MEDEIROS, C. A. (Direcção) PINTO-CORREIA, T., 2005, p.151

Nesse período, com as inovações tecnológicas que começaram a aparecer, nomeadamente a mecanização, os novos meios de transporte e a alteração nos sistemas fabris, os locais, onde se concentrava a população sofreram um número muito significativo de alterações. A paisagem começou a desfigurar-se, em função da sua má utilização, como por exemplo através do depósito de materiais, tendo começado a surgir áreas degradadas, deixadas ao abandono, que contribuem para uma diminuição da qualidade visual da paisagem, que é agravada em situações de maior sensibilidade paisagística. Como exemplo desse tipo de alteração do cenário paisagístico temos as explorações extractivas (fig.8) onde, na fase de pós-exploração e quando não são postos em prática os planos de recuperação, as áreas intervencionadas são deixadas ao abandono, passando a ser consideradas como locais ideais para o depósito de resíduos domésticos e industriais (ex.: entulhos, pneus, plásticos, etc.), transformando-se, muitas vezes, em lixeiras.

Figura 8- exemplo do impacte na paisagem, provocado pela exploração da pedreira Moita da Ladra - Vialonga, no concelho de Vila Franca de Xira (CONDE, C., 2007)

Em Portugal, existe uma grande diversidade de paisagens, que apresentam uma grande riqueza em termos ambientais, culturais e históricos. As paisagens que podemos observar, actualmente, resultam de "*sucessivas transformações ao longo dos tempos, que permitiram preservar uma certa autenticidade, ou seja, um conjunto de características intrínsecas e espíritos próprios e únicos*", integrando "*as condições naturais com uma longa e específica acção humana, reflectindo pois tanto a história natural como a cultural de um território, resultando num conjunto que é único em cada caso*"[9]. Com as alterações introduzidas pelas novas tecnologias, quer ao nível da alteração dos materiais e dos métodos de trabalho do solo utilizados, quer ao nível da implantação de novas infra-estruturas de acesso, entre outras, constata-se que as características que definem o carácter da paisagem foram desaparecendo progressivamente, numa tendência geral para a simplificação e homogeneização da paisagem e consequente perda da sua identidade natural e cultural.

Cada paisagem confere um determinado carácter, que está permanentemente em mudança, mas que, no entanto, é único para cada lugar e tem um papel fundamental na definição da identidade local. (HUGHES & BUCHAN, 1999; WASHER, 1999; ABREU, 2002)

Num período em que existe uma preocupação acrescida com a perda de identidade das paisagens torna-se cada vez mais importante, conforme defende Norberg-Schultz, o conhecimento do carácter e do espaço físico em que habitamos. Pois habitar um espaço, vivenciá-lo, só é possível quando o "*Homem consegue orientar-se no meio e identificar-se*

[9] MEDEIROS, C. A. (Direcção) PINTO-CORREIA, T., 2005 p.151

com ele, quando ele experiencia o significado do meio"[10]. Deste modo, e ainda segundo o mesmo autor, a execução de uma intervenção na paisagem deverá garantir e respeitar o *genius loci*, isto é, o espírito do lugar, o espírito que dá vida aos povos e aos lugares e que determina o seu carácter local e regional e a sua essência, sendo, por conseguinte, um factor determinante da cultura.

> "*O conceito de lugar é, portanto, um conceito global, qualitativo, que não pode ser traduzido pelas suas características, através de métodos analíticos. O Lugar significa muito mais do que a sua localização, pois encerra significados culturais que sintetizam e representam o meio que o envolve, bem como a situação existencial em geral*"[11].

O lugar é o espaço de encontro entre o território e o Homem e é definido, não só, pelo seu significado e identidade, mas também pelas características dos recursos intrínsecos desse território. Como refere Alfaite (2000), "*não há paisagem sem lugares, assim como não há lugares sem paisagem*"[12]

Deste modo, é unicamente quando compreendermos os lugares que teremos a capacidade de intervir na paisagem e assim contribuir de forma criativa e sustentável para a sua evolução e para a sua história, pois "*a paisagem exprime o resultado da interacção espacial e temporal do Homem com o Ambiente, em toda a sua diversidade e criatividade*"[13].

2.3 Paisagem Rural

Relembrando, uma vez mais, que a Paisagem é o produto do passado, constituindo um registo da memória colectiva e da cultura sobre o território (RIBEIRO, O., 1998), isto é, conforme refere Orlando Ribeiro, das relações entre o homem e a natureza,

> "*a paisagem rural tem por fim garantir em cada momento a melhor gestão dos recursos naturais e assegurar a capacidade de regeneração dos que são renováveis. A Paisagem Rural revê-se permanentemente nas relações comunitárias entre as pessoas, na afirmação vocacional dos indivíduos e na intervenção experiente da comunidade no território"*[14].

A paisagem rural é, por conseguinte, a expressão temporal e espacial do modo como o Homem se adaptou ao território na procura de locais para se instalar e para a produção de alimentos, de modo a garantir a sua sobrevivência.

A legislação portuguesa, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, define o "solo rural" como

[10] NORBERG-SCHULTZ, N., 1981, p.5
[11] MAGALHÃES, M.R., 2001. p.237
[12] ALFAIATE, M. T., 2000. p. 24
[13] ABREU, A.C., PINTO-CORREIA, T.. OLIVEIRA, R. (Coordenação)., 2002. p. 22
[14] TELLES, G. R., p.29

> "*aquele para o qual é reconhecida a vocação para as actividades agrícolas, pecuárias, florestais, ou minerais, assim como o que integra os espaços naturais de protecção ou de lazer, ou que seja ocupado por infra-estruturas que não lhe confira, o estatuto de solo urbano*."

A cultura portuguesa tem as suas raízes na ruralidade e no mar, pelo que a salvaguarda do mundo rural depende da organização do espaço rural e da actividade que nele é exercida. Face à expansão dos núcleos urbanos sobre as paisagens rurais e à perda da memória, dos conhecimentos e das técnicas associadas à civilização rural, cada vez mais

> "*as paisagens rurais são um património, uma herança, que, em muitos casos, merecerá medidas de defesa e protecção, noutras vezes, a sua sobrevivência só será possível através de reconversões de uso*"[15].

Assim, a realização de intervenções na paisagem rural deverá visar a sua reestruturação garantindo não só a manutenção do equilíbrio ecológico entre as propostas e os recursos existentes, mas também a adopção de medidas que acautelem um desenvolvimento sustentável.

2.4 Paisagem Global

A partir da revolução industrial surgiram grandes concentrações urbanas ocupando vastas áreas, o que conduziu, em muitos casos, à destruição da unidade cidade/campo e da interligação entre as partes componentes, nomeadamente de um lado a paisagem rural, em constante regressão e degradação, e de outro a paisagem urbana em acelerado crescimento.

A partir do final do século XX início do século XXI, como forma de dar resposta à descontinuidade observada entre o campo e a cidade, fruto das intervenções do modernismo, foram criados "*ambientes extremamente artificiais, afastados dos fenómenos naturais, desqualificando definitivamente as periferias e acentuando o isolamento das pessoas dentro da própria cidade, como destas em relação ao campo*"[16] e dando, consequentemente, início ao processo de Globalização.

Com este processo, a homogeneização das sociedades e o progresso tecnológico conduzem a que a relação entre o território e a população seja menos próxima e menos dependente.

> "*Mudam-se as práticas e as vivências, reproduzem-se modelos importados de outras paisagens ou criados de novo pela possibilidade das novas tecnologias. Deste modo, as características que asseguravam o carácter de uma determinada paisagem são substituídas progressivamente, pelo menos em parte, por outras, o que leva a uma homogeneização das paisagens e à perda das características intrínsecas, ou a dita autenticidade*"[17].

[15] PARDAL, S., 2002.p 49
[16] MAGALHÃES, M. R.,2002. p.318
[17] MEDEIROS, C. A. (Direcção) PINTO-CORREIA, T. 2005 p.151

De modo a combater a globalização e a tendência para a homogeneização das paisagens e das sociedades, o espaço rural e o espaço urbano devem estar interligados, sem contudo perderem as suas características próprias, identidade e função. Assim, o Prof. Gonçalo Ribeiro Teles defende o estabelecimento do "*continuum naturale no espaço urbano e no rural, como elo entre as respectivas paisagens, permitindo a aproximação dos modos de vida das pessoas. A paisagem global do futuro não poderá deixar de estar sujeita a princípios impostos pela sua essência biológica, pelo que a localização das actividades tem de estar sujeita à aptidão do território e da paisagem existente*"[18].

2.5 Paisagem Cultural

A paisagem natural, isto é, a paisagem originária sem ter sido objecto de qualquer tipo de intervenção humana, é praticamente inexistente, uma vez que esta tem vindo a ser, consecutivamente, modificada pela intervenção do Homem, dando origem à paisagem cultural, habitualmente designada, simplesmente, por paisagem, que é a representação da relação do Homem com a natureza e dos modos como essa relação determina as marcas deixadas no território pela humanização (MAGALHÃES, 2001). Como refere Orlando Ribeiro, a paisagem de hoje, correspondendo a um produto do passado, constitui um registo da memória colectiva, contribuindo para a importância do papel da paisagem na definição da identidade local e regional (RIBEIRO, 1993).

A evolução da ocupação humana do território deu origem a vários tipos de paisagens, adaptadas às condições ecológicas locais e destinadas a fornecer as comunidades em alimentos e matérias-primas e, consequentemente, à evolução dos aglomerados urbanos e ao seu modo de implantação na paisagem. Deste modo, "*uma diversidade de condições naturais e humanas define a paisagem dos nossos territórios. Esta é uma consequência directa entre uma geografia variada e a mistura de povos que modelaram estas condições através da sua história e dentro de um quadro de variedade de processos culturais*"[19]. Assim, a análise das paisagens deverá ter em linha de conta não só as características ecológicas dos lugares e as actividades aí desenvolvidas, mas também as técnicas e fenómenos culturais e sociais que deram origem à paisagem actual.

O termo de paisagem cultural começou a ser utilizado no inicio do século XX, tendo o mesmo sido defendido pelo Prof. Carl Sauer, nos anos 20-30, o qual defendia que "*a paisagem cultural é criada a partir da paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural o meio, a paisagem cultural o resultado.*" [20]

[18] MAGALHÃES, M. R., 2002 p.319-320
[19] **Cultural Landscapes: The Challanges of Conservation**. 2003.p.37
[20] Idem. p.17

Em 1992, a Convenção do Património Mundial tornou-se o primeiro instrumento internacional a reconhecer e a Proteger as paisagens culturais de valor universal excepcional, contribuindo deste modo para garantir que as paisagens culturais recebam o adequado reconhecimento e que seja salvaguardada a sua conservação ao nível mundial. A UNESCO estabelece a Paisagem Cultural, como uma das categorias do Património Mundial, termo que é definido pelo DGOTDU (Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano), como

> "*áreas, constituindo espaços suficientemente característicos para serem objecto de uma delimitação topográfica, nas quais existem simultaneamente elementos do património cultural e do património natural, com um valor excepcional do ponto de vista da história, da ciência, da estética, da tecnologia, da antropologia, da conservação ou da beleza natural.*"[21]

Segundo as Orientações para a Implementação da Convenção do Património Mundial,

> "*as paisagens culturais são bens culturais e representam as obras conjugadas do homem e da natureza. Elas ilustram a evolução da sociedade humana e o seu estabelecimento ao longo do tempo, sobre a influência de constrangimentos físicos e/ou possibilidades dadas pelo ambiente natural e forças sociais, económicas e culturais sucessivas, externas assim como internas.*" [22]

Ao reconhecer a influência dos factores culturais nas paisagens, a Convenção do Património Mundial contribuiu para que os locais, que poderiam parecer vulgares, "crescessem" na avaliação da qualidade paisagística, ao ponto de se tornarem extraordinários e para que "*a capacidade de alguns lugares causarem esse impacte, desse origem à criação de monumentos aos desconhecidos, a pessoas que viveram e morreram anónimas, excepto inconsciente e colectivamente na paisagem alterada pelo seu trabalho. A paisagem cultural é, assim, um monumento ao trabalhador anónimo (Fowler, 2001).*"[23]

No âmbito das ciências sociais, a paisagem cultural está relacionada com a simbologia que é atribuída à paisagem pelas pessoas que dela usufruem. Como cada um tem a sua própria maneira de a perceber, cada um lhe impute uma simbologia própria. A percepção da paisagem apresenta-se, assim, como uma representação mental e intuitiva, consequência do conhecimento e da experiência do observador.

2.6 Convenção Europeia da Paisagem

No sentido da manutenção da identidade e da autenticidade de cada uma das paisagens surgiram várias orientações estratégicas, a nível europeu, que visam, essencialmente, a sua preservação. Deste modo, em 2000, foi estabelecida a Convenção Europeia da Paisagem,

[21] DGOTDU, Vocabulário de termos e conceitos de ordenamento do território, 2005
[22] Ponto 47, **Orientations devant guider la mise en oeuvre de la Convention du Patrimoine Mondial**. Janeiro 2008
[23] **Cultural Landscapes:The Challanges of Conservation**. 2003.p.17

através do Decreto n.º 4/2005 de 14 de Fevereiro, a qual tem como base o facto de a paisagem desempenhar funções de interesse público nos campos cultural, ecológico, ambiental e social, constituindo um recurso favorável ao desenvolvimento económico, porque desempenha um papel importante na "*formação de culturas locais e representa uma componente fundamental do património cultural e natural europeu, contribuindo para o bem-estar humano e para a consolidação da identidade europeia*."[24]

De acordo com esse documento, o termo paisagem designa parte do território "*tal como é apreendido pelas populações, cujo carácter resulta da acção e interacção de factores naturais e humanos*".[25] Esta definição surge da observação de várias paisagens europeias e da constatação de que, devido a uma multiplicidade de factores, essas mesmas paisagens se encontram num processo rápido de transformação que dá origem à sua perda de diversidade e de qualidade. Deste modo, para se alcançar o desenvolvimento sustentável da paisagem é necessário o estabelecimento de uma relação equilibrada e harmoniosa entre as necessidades sociais, as actividades económicas e o ambiente.

A Convenção Europeia da Paisagem tem como objectivo não só a criação de instrumentos que permitam não só um melhor conhecimento, protecção e gestão da paisagem e do território, de um modo integrado, mas também o desenvolvimento da consciência da população relativamente à sua importância, às suas fragilidades, às suas potencialidades e à sua consequente necessidade de preservação. Estes princípios referem-se às áreas naturais, urbanas e peri-urbanas, e consequentemente dizem respeito não só às paisagens excepcionais, mais também às paisagens "vulgares" e às áreas degradadas.

Com a implementação da Convenção Europeia, os estados membros assumiram a promoção de medidas gerais, designadamente:

1. Reconhecer as paisagens na lei como partes essenciais do ambiente humano, como expressão da diversidade e da herança cultural e natural, as quais estão na base da sua identidade;
2. Estabelecer e implementar políticas que visem a protecção da paisagem, a sua gestão e o seu planeamento;
3. Estabelecer procedimentos para a participação do público em geral, das autoridades locais e regionais, entre outros, na definição e implementação de políticas da paisagem;
4. Integrar a paisagem nas políticas de planeamento local e regional, nas políticas culturais, ambientais, sociais e económicas, assim como em qualquer outra política com impacto directo ou indirecto na paisagem.

[24] Preâmbulo do Decreto n.º 4/2005 de 14 de Fevereiro – **Convenção Europeia da Paisagem**.
[25] Alínea a) do art.º 1º Decreto n.º 4/2005 de 14 de Fevereiro - **Convenção Europeia da Paisagem**

Os países que aderiram comprometeram-se, ainda, a implementar cinco medidas específicas, a nível nacional, a serem aplicadas:

1. Sensibilizar: promover o aumento da apreciação do valor, função e transformação das paisagens, por parte da sociedade civil, organizações privadas e autoridades públicas;
2. Formar e educar: fornecer formação especializada na avaliação da paisagem, através da implementação de programas multidisciplinares de políticas de planeamento, protecção e gestão;
3. Identificar e avaliar: melhorar o conhecimento das paisagens, dirigindo o trabalho de identificação e avaliação através da troca de experiência e métodos entre parceiros europeus;
4. Estabelecer objectivos para a qualidade da paisagem: definir objectivos de qualidade para as paisagens que foram identificadas e avaliadas, os quais poderão ser estabelecidos através da consulta pública;
5. Implementar políticas: introduzir instrumentos políticos para a protecção, gestão e/ou planeamento paisagístico.

Assim, sendo a paisagem o suporte da qualidade de vida das populações, uma vez que nela se reflecte a diversidade da sua herança cultural, ecológica e socioeconómica, ela constitui um dos fundamentos da identidade local e regional. Deste modo, com a Convenção Europeia surge a noção de paisagem enquanto elemento predominante no bem-estar da população. Neste sentido verifica-se a necessidade de serem tomadas medidas, nomeadamente através da integração da paisagem em políticas sectoriais e do envolvimento, da sensibilização e da participação da população na implementação de novas políticas. Com esta nova gestão pretende-se que em cada paisagem possa ser preservada a sua especificidade, a sua autenticidade e a sua identidade.

Estas políticas aplicam-se não só numa escala menor ao nível do ordenamento e planeamento do território urbano e rural, mas também a uma escala maior relativamente à implantação e recuperação de corredores verdes, bem como a todo o património natural, histórico e cultural e eles associados. Os percursos constituem, neste sentido, formas de percepção da identidade da paisagem e dos lugares.

2.7 Unidades da Paisagem

Podendo a paisagem, segundo Brandt (ABREU, 2002), ser considerada como um sistema complexo e dinâmico, os diferentes factores naturais e culturais que a constituem influenciam-se uns aos outros e evoluem em conjunto ao longo do tempo.

Assim, o Relatório "*The Face of The Earth*", propõe que as paisagens sejam consideradas como o "*produto concreto e característico da interacção entre as sociedades humanas e a cultura com o ambiente natura*l"[26], pelo que as mesmas poderão ser identificadas como unidades especiais onde elementos e processos específicos reflectem bens naturais e culturais numa forma visível e espiritual, parcialmente quantificável (ABREU, 2002).

"*Os elementos ou unidades de paisagem permitem, em conjunto, a definição de uma estrutura, cuja identificação permite a análise pormenorizada da paisagem*"[27]. As designações dos elementos da paisagem variam muito consoante os autores, contudo nos manuais mais clássicos, estes conceitos aparecem sob a denominação de ecotopo ou biótopo, sendo estas unidades, de dimensão variável, caracterizadas pela sua homogeneidade e podendo ser de origem natural ou antrópica (ABREU, 2002).

O termo de unidade de paisagem baseia-se no pressuposto de que a estrutura do território pode ser traduzida por um conjunto de circunstâncias de ordem ecológica diversa, as quais podem ser agrupadas em unidades relativamente semelhantes, e cujos processos de funcionamento e gestão se tornam interdependentes e constituem uma unidade. As unidades de paisagem são áreas em que "*a paisagem se apresenta com um padrão específico, a que está associado um determinado carácter*"[28]. A inscrição num determinado espaço geográfico de padrões especiais, com características semelhantes, constitui o resultado do modo como as populações se foram apropriando do território e dos seus recursos, dando origem a padrões com identidade cultural própria.

Deste modo uma unidade de paisagem define uma parcela de território em que um conjunto de ocorrências estabelece a configuração de um padrão territorial homogéneo, com coerência interna e carácter próprio. "*Os factores determinantes para a especificidade da paisagem numa unidade não são sempre os mesmos: podem ser as formas do relevo, a altitude, o uso do solo, a urbanização, várias combinações entre esses factores, etc*."[29]

Contudo, para além destas variáveis, deverá ainda ter-se em conta a identidade e carácter local e regional de uma determinada paisagem, pelo que isso só será possível através da implementação de métodos quantitativos de cruzamento de múltiplas variáveis, tal como concluíram os estudos inglese e escoceses (Countryside Commission, 1998; Usher 1999) que procuram identificar "*landscape character areas*" (ABREU, 2002).

[26] ABREU, A.C., PINTO-CORREIA, T., OLIVEIRA, R. (Coordenação). 2002. p. 28
[27] Idem. p. 30
[28] Idem p.30
[29] PINTO-CORREIA, T, CANCELA D'ABREU & OLIVEIRA, R. 2001, p.199

Salienta-se, no entanto, que a definição das unidades da paisagem é feita num horizonte temporal determinado, pois tal como já foi referido anteriormente, sendo a paisagem um sistema dinâmico, esta caracterização é considerada como subjectiva e variável.

2.8 Estrutura e Identidade da Paisagem

Na segunda metade do século XX, surgiu o estruturalismo, uma corrente anti-modernista que se desenvolveu com base nos princípios enunciados por Ferdinand de Saussure. O pensamento estruturalista é caracterizado por tentar compreender a interacção entre o Homem e o mundo e impor, de forma activa, uma estrutura à informação exterior (MAGALHÃES, 2001).

As sociedades humanas podem ser caracterizadas por uma determinada materialidade, a qual está relacionada com os métodos de construção, tipos de edificação, etc., mas também pela transformação das componentes da paisagem. Neste sentido, vários autores, entre quais Kevin Lynch, referem a importância da estrutura coerente e legível da paisagem, a qual respeita o espírito do lugar, a sua identidade e que permite a existência de um equilíbrio dinâmico.

Figura 9 – Palafitas da Comporta. As palafitas são sistemas construtivos usados em edificações localizadas em regiões alagadiças, cuja função é evitar que as casas sejam arrastadas pela corrente dos rios e a destruição dos cereais pelos roedores. (CONDE, C., 2004)

Figura 10 - Espigueiros. Característicos do norte de Portugal, em particular da região do Minho, os espigueiros são estruturas sobrelevadas de pedra e madeira, com a função de secar o milho através de fissuras laterais e impedir (CONDE, C., 2004)

Segundo Lynch, a existência de uma estrutura de referência com base na identificação e na orientação é fundamental para o crescimento individual e da comunidade, uma vez que "*uma estrutura física e integral, capaz de produzir uma imagem clara, desempenha também um papel social*"[30]. Também Christian Norberg-Schulz afirma que a combinação dos diferentes elementos da estrutura permite fornecer uma orientação às pessoas e estabelecer a identificação com determinado local, uma vez que certas paisagens podem evocar um sentimento de pertença e de identidade. A identidade não se baseia somente nas

[30] LYNCH, K., 2003

características naturais, objectivas e funcionais, mas também no conhecimento e na experiência através de processos culturais e pessoais. Deste modo, as diferentes acções do Homem sobre determinado território dão origem a paisagens com diferente carácter e identidade (fig.9 e 10).

Tendo em conta que, de acordo com Norberg-Schulz, a estrutura da paisagem ou do lugar pode ser descrita por pontos/nós (praças, largos, edifícios, centros, árvores isoladas, etc.), linhas (percursos, perspectivas, alinhamentos de árvores ou edifícios, etc.) e estruturas/áreas, as quais delimitam diferentes tipos de tecido urbano ou rural, e sendo as linhas/os percursos culturais o objecto central desta dissertação, é fundamental estabelecer a relação entre estes e as estruturas da paisagem, nomeadamente a estrutura ecológica e a estrutura cultural. O conhecimento destes sistemas é fundamental, pois a execução de intervenções que dêem origem a seccionamentos e à degradação das estruturas fundamentais provoca a degradação dos recursos insubstituíveis e consequente deterioração da paisagem (MAGALHÃES, 2007).

A estrutura da paisagem é "*constituída por um sistema de sistemas, de vários níveis interligados, aos quais correspondem diversos conteúdos, tanto de natureza funcional (incluindo os ecológicos), como simbólico. Tal como foi descrito por Piaget (1970), os níveis mais globais e mais simples da estrutura podem englobar progressivamente outros sistemas, que complexificam a Estrutura, conferindo-lhe simultaneamente maior diversidade*."[31]Ainda segundo este autor, a estrutura compreende as seguintes características: "totalidade", "transformação" e "auto-regulação". A "totalidade" implica que os elementos que constituem a estrutura se inter-relacionam e são interdependentes, a "transformação" indica que esses elementos são reguláveis e mutáveis e a capacidade de "auto-regulação" está na base da conservação das estruturas (MAGALHÃES, 2001).

De um modo sintético, a paisagem pode ser definida através das duas estruturas principais, que por vezes se sobrepõem, como no caso das redes de percursos interpretativos e de corredores verdes:

- Estrutura Ecológica: constituída pelo conjunto de áreas críticas de maior sensibilidade ecológica, onde devem ser preservadas as condições, de modo a proporcionar a salvaguarda e a renovação dos recursos naturais, nomeadamente do solo, da água e todos os outros factores climatéricos que os influenciam.

- Estrutura Cultural: constituída por todos os elementos construídos na paisagem que testemunham a ocupação do Homem, ao longo das gerações. Esta estrutura traduz um grande conhecimento do meio, uma vez que a construção desses elementos culturais

[31] MAGALHÃES, M. R. (Coordenação Geral). 2007. p.26

representa o aproveitamento dos recursos naturais em seu proveito, enquanto meio de subsistência e sobrevivência.

Face ao deslocamento das populações para as cidades e para as periferias, e ao consequente abandono dos campos, há necessidade de procurar uma melhor qualidade de vida. Para atingir esse objectivo é preciso eliminar, ao nível espacial e ecológico, as rupturas entre a cidade e o campo, uma vez que estas reflectem-se na paisagem sob a forma de seccionamentos e degradação das estruturas fundamentais.

2.9 Conclusão

A paisagem evoluiu significativamente desde o século XV até aos nossos dias, deixando de ser um simples cenário, fechado sobre si mesmo, para se tornar a base de todas as intervenções do Homem no território.

Os avanços das técnicas de produção na agricultura, florestação, indústria e exploração mineira, conjuntamente com a aplicação de novas práticas de planeamento urbano e rural, redes de transportes, turismo e recreio, e de um modo mais geral, as mudanças económicas globais, têm, em muitos casos, contribuído para a degradação e transformação das paisagens. Estas são, actualmente, o resultado da ocupação humana no território, ao longo dos tempos.

A paisagem é cada vez mais um conceito global e abrangente e a sua preservação é fundamental para a realização humana, para a qualidade de vida do Homem e da sociedade e para a consolidação da identidade europeia. Deste modo, a implementação da Convenção Europeia da Paisagem veio não só contribuir para fortalecer essa identidade, por vezes em risco, mas também para reforçar o importante papel de interesse público, ao nível cultural, ecológico, ambiental e social que a paisagem representa, constituindo um recurso favorável ao desenvolvimento económico, nomeadamente, do turismo sustentável, uma actividade em expansão.

A paisagem apresenta um património natural e cultural, que deverá ser protegido, gerido, conservado e valorizado enquanto tal. Aquando do planeamento de corredores verdes e de percursos culturais, o estudo, a análise e o diagnóstico da paisagem, em que os mesmos se inserem, vão contribuir para a salvaguarda da estrutura ecológica e cultural, para o seu desenvolvimento sustentável, para a manutenção do balanço ecológico e para a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

3. PATRIMÓNIO

Ao intervir-se na paisagem com o objectivo de regenerar antigos percursos, existe a necessidade de também identificar e caracterizar elementos patrimoniais associados a estas estruturas lineares. Estes podem ser de carácter arquitectónico, arqueológico, natural, literário, histórico ou cultural. Sendo estes últimos elementos, os constituintes do dominado património cultural, eles não podem ser dissociados do tema da presente dissertação, uma vez que eles serão uma das bases para a estruturação da definição de uma estratégia de intervenção, na qual os elementos patrimoniais podem contribuir para a regeneração dos percursos culturais.

Assim, é importante não só definir o conceito de monumento e de património, mas também observar como e de que modo, ao longo da história, se promoveu a salvaguarda destes elementos. Pretende-se, ainda, analisar a legislação, as recomendações e as normas internacionais e nacionais associadas a esta temática.

3.1 Monumento/Património

3.1.1 Monumento

> "*O conceito de monumento (do latim monere) significava, no quadro das relações entre o romantismo e liberalismo, por influencia do historicismo alemão, o "documento", algo cuja função era instruir, concorrer para a reconstituição do modo como decorreu uma sociedade. Era um testemunho do passado, importante pelo seu carácter cultural e estético.*"[32]

De acordo com o art.1º a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, de 16 de Novembro de 1972, são considerados como património cultural (Princípios que estão integralmente expostos na 1ª Lei do Património Cultural Português nº 13/85 de 6 de Julho):

> *"Os monumentos - Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;*
>
> *Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;*
>
> *Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor*

[32] CUSTODIO, J., 1993. p.40

> *universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico*."

A preservação/conservação dos marcos históricos da paisagem, em geral, é indispensável à compreensão e percepção da mesma, podendo constituir uma oportunidade para encontrar novas utilizações através da regeneração dos seus usos e funções.

> "*Remodelar com sensibilidade um ambiente já existente, afirmava Linch é descobrir e conservar imagens fortes, resolver depois as consequências das dificuldades de percepção e sobretudo fazer surgir e evidenciar as estruturas e o individualismo existentes no meio da confusão.*"[33]

Assim, os monumentos são "*obras de arquitectura, composições importantes ou criações mais modestas, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social, incluindo as instalações ou elementos decorativos que fazem parte integrante destas obras, bem como as obras de escultura ou de pintura monumental*"[34].

3.1.2 Património

O conceito de património[35] teve significados diferentes ao longo dos séculos, em função da influência dos diferentes contextos históricos e sociais, podemos, no entanto, defini-lo como a herança cultural, que na maioria dos casos é traduzida em bens materiais representativos de obras, valores, pessoas, etc. É, contudo, um conceito que está sempre relacionado com os legados que passam de geração em geração e que devem ser preservados, defendidos e valorizados, uma vez que eles constituem elementos vivificadores da identidade cultural. Sendo, no entanto, esta definição algo subjectiva, podemos dizer que "*o que era considerado património ontem poderá não o ser hoje ou deixar de vir a ser amanha, tal como o que ontem não era tido nesse conceito pode hoje nele estar incluído ou vir a sê-lo no futuro*."[36]

O valor cultural do património existente numa determinada paisagem não depende apenas das características do meio, mas também de factores económicos, políticos e sociais que influenciam a sua evolução e que reflectem a identidade cultural da paisagem.

Assim, numa paisagem, as ocorrências patrimoniais podem ser de diversas origens, tais como histórica, através da existência de património arquitectónico e arqueológico, natural,

[33] ABREU, M. C. (Coordenação). 1994
[34] Alínea a) do ponto 1 do art. 8º da Lei 13/85 de 6 de Julho. In http://www.ipa.min-cultura.pt/legis/legis_e_reguls/folder/lei_patrimonio (consultado em Março 2009)
[35] "*Bens que herdámos dos nossos pais ou avós; legítima; dote necessário para a ordenação de um eclesiático; propriedade*" in ALMEIDA COSTA, J. & SAMPAIO e MELO, A**. Dicionário da Língua Portuguesa**. 5ª edição. Porto Editora. Porto. 1979
[36] **Políticas Museológicas e Definição do Conceito de Património - Da norma legislativa à prática dos museu**s. In http://www2.ufp.pt/~slira/artigos/politicasmuseologicasguimaraesbr99.htm (consultado em Feveiro2009)

com as áreas e habitats protegidos e/ou classificados, e cultural, através das heranças culturais, de diversa natureza, transmitidas de geração em geração. Podem ser definidos os seguintes tipos de património:

> **Património Arquitectónico:** conjunto de imóveis e de contextos de reconhecido valor cultural, portadores de interesse histórico, artístico, técnico e social.
>
> **Património Arqueológico**: abrange todos os vestígios da presença do Homem e refere os sítios onde os homens exerceram as suas actividades quaisquer que sejam as estruturas e os vestígios abandonados, à superfície, no subsolo ou submersos, bem como materiais que lhe estão associados (LOPES, F& BRITO CORREIA, M., 2004 - Carta Internacional para a Gestão do Património Arqueológico, 1990)
>
> **Património Cultural: "***todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização*" e todos os "*bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas"*[37].

A existência de medidas de conservação do património edificado e cultural é indispensável para a manutenção da identidade da população e de um determinado local, uma vez que esses elementos são o resultado de experiências acumuladas derivadas da relação entre a sociedade e o Meio.

Sendo que o património cultural e o património natural estão cada vez mais ameaçados pela destruição, não só devido à sua degradação natural, mas também pela evolução da vida social e económica, o que constitui um empobrecimento efectivo do património de todos os povos, há a necessidade de se prever a conservação e protecção desses bens únicos e insubstituíveis.

3.2 Medidas Salvaguarda do Património. Evolução Histórica

3.2.1 Desde a antiguidade até ao século XIX

Datam da antiguidade os primeiros exemplos de preocupação pela salvaguarda de objectos do passado, nomeadamente através do interesse do Império Romano relativamente aos testemunhos materiais da civilização grega, que neste caso era motivada pelo reconhecimento da sua cultura (SOROMENHO, 1993). Durante a Idade Média, os monumentos clássicos foram sujeitos a processos de adaptação, por exemplo através da reutilização de materiais provenientes de antigos edifícios, adaptação dos edifícios ao novo

[37] art. 2º da Lei 107/01 de 8 de Setembro (Lei de Património Cultural) in http://www.ipa.min-cultura.pt/legis/legis_e_reguls/folder/lei_org_n (consultado em Março 2009)

culto, etc. sendo que apenas no Renascimento existe a consciência de uma distância cultural em relação ao passado clássico.

"*A partir de 1430 e sob o pontificado de Eugénio IV (1431-1447), os humanistas, em particular os da corte pontifical, são unânimes em apelar à conservação e a uma protecção vigilante aos monumentos romanos*"[38]. No entanto, embora existisse este zelo pela conservação de elementos da Antiguidade, são vários os relatos das destruições dos edifícios góticos e antigos durante este período. No século XVII e grande parte do século XVIII, as intervenções decorriam de modo a respeitar o estilo original.

Durante o movimento de retorno ao gótico, a salvaguarda desse património era acompanhada por recolhas literárias, investigações historiográficas e levantamentos de ruínas e de edifícios medievais, visando o seu restauro e conservação, disto é exemplo o trabalho iniciado, em Inglaterra, por Horace Walpole. Contudo, este tipo de conservação edílico levantou algumas questões nomeadamente ao nível da adulteração dos originais, com a destruição pura e simples de monumentos e vestígios considerados menores (SOROMENHO, 1993).

Após a Revolução Francesa, surgem os primeiros decretos relacionados com a conservação de monumentos, numa tentativa de travar os efeitos das transformações sociais e políticas, decorrentes da revolução, sobre os monumentos nacionais, sendo que em 1840 e por iniciativa da Comissão Superior dos Monumentos Arqueológicos e Arquitectónicos, foi publicada a primeira lista de monumentos classificados. Vários arquitectos parisienses, entre eles Viollet-le-Duc, estabeleceram um programa de restauro, com vista a devolver a pureza inicial do estilo dos monumentos, os quais tinham sido sujeitos a alterações, durante séculos. (CUSTÒDIO, J. 1993)

> "*Em Portugal, ao longo da Idade Média, foram comuns as medidas de protecção de edifícios, sobretudo militares, o que naturalmente se entendia por estratégias ligadas a imperativos de defesa territorial. O aproveitamento frequente de trechos remanescentes dos recintos muralhados muçulmanos foi completado por legislação régia adequada, da qual já se encontrava eco em Afonso X, o Sábio, que preconizava a manutenção de castelos e, sobretudo, de construções antigas.*[39]

A conservação de bens imóveis estava essencialmente motivada não só por uma preocupação utilitária, mas também pelo valor simbólico e ideológico dos edifícios, como era o caso dos locais de culto. Já no século XV, a preservação de objectos ou de bens imóveis tinha por base a integração de um passado como uma referência cultural e política.

[38] CHOAY, F. 1992. p28
[39] SOROMENHO, M..1993 p.25

É no século XVIII que surgem as primeiras políticas articuladas de conservação e restauro, observando-se não só a criação de documentos legislativos e de novos métodos de restauro e consequente implantação de oficinas especializadas, mas também o aperfeiçoamento dos suportes técnicos de intervenção, o aparecimento da ideia de "restituição" e o enquadramento do objecto no seu contexto histórico.

Durante o século XIX, e num movimento de afirmação da sociedade liberal e romântica, iniciou-se um processo de tomada de consciência do património cultural e da necessidade da sua salvaguarda, o que implicou o "*reconhecimento de um conjunto de valores patrimoniais, sobretudo monumentais, históricos e nacionais, que importava transmitir às gerações vindouras, como herança do passado*"[40], o qual assentava, essencialmente, na sensibilização da opinião pública, onde, através da sua intervenção pública, Alexandre Herculano teve uma grande importância na valorização do património cultural português, incentivando a salvaguarda da herança cultural para as gerações vindouras.

Embora no resto da Europa estivessem a ser tomadas medidas visando a salvaguarda do património, em Portugal, as noções de restauro, conservação ou recuperação não foram de imediato assimiladas pelos técnicos, sendo poucos os que demonstravam alguma preocupação aquando das suas intervenções.

Apenas no final do ano de 1880, foi publicada a lista de edifícios classificados como monumentos nacionais, intitulada Monumentos Nacionais e Padrões Históricos e Comemorativos de Varões Ilustres, que são elementos apreciáveis para o estudo da história das artes em Portugal. No entanto, através de uma portaria, datada de 1882, sob a presidência de Hintze Ribeiro, foi criada a Comissão dos Monumentos Nacionais, tendo-se seguido a criação de outras comissões. O critério de valorização predominante do século XIX baseava-se na correspondência histórica e arqueológica do monumento, enquanto os valores estéticos e artísticos ocupavam um segundo plano.

Deste modo, até ao final do século XIX, apenas eram considerados património os elementos arquitectónicos isolados, sendo que a área envolvente não era nem valorizada, nem existiam quaisquer medidas de protecção e salvaguarda da mesma.

3.2.2 Do século XX à actualidade

Em Julho de 1910 foi publicada, em Portugal, a Lista Oficial dos Monumentos Nacionais. Os caracteres de classificação atenderam ao carácter de ordem, à época, ao carácter de género, à natureza ou qualidade e ao carácter de espécie.

[40] CUSTÒDIO, J., 1993 p.33

Com a redacção da Carta Internacional de Atenas, em 1931, que estabelece os princípios para o restauro dos monumentos históricos, iniciam-se as recomendações, ainda que de forma embrionária, para o respeito não apenas para com os monumentos edificados, do carácter e fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, mas também para com o seu enquadramento paisagístico. Assim, de acordo com este documento internacional deverão ser preservados certos conjuntos e certas perspectivas especialmente pitorescas, devendo, também, ser estudadas as plantas e as ornamentações vegetais, que se encontram associadas aos monumentos, e cuja conservação e salvaguarda permite preservar o seu carácter antigo.

> *"Foi durante o Estado Novo que se iniciou a categorização do património cultural português em três tipos de bens imóveis: os monumentos nacionais, os imóveis de interesse público e os imóveis de valor concelhio, ampliando-se as capacidades de intervenção do Estado no âmbito do arrolamento dos bens móveis"*[41].

A actividade conservacionista do Estado Novo valorizava as acções de restauro do património, as quais assentavam sobre princípios tais como:

1- Importa restaurar e conservar com verdadeira devoção patriótica;

2- Os critérios de restauro deverão integrar-se com o monumento na sua beleza primitiva, limpando-o de todos as alterações posteriores, quer por acção do tempo, quer por acção do homem;

3- Manutenção e reparação de construções de valor artístico existentes, mesmo que ligadas a monumentos de caracteres absolutamente opostos. (CUSTÒDIO, J. 1993).

Em 1949, é decretada, em Portugal, a Lei nº 2032, de 11 de Junho, que resume as preocupações e conclusões do I Congresso Nacional de Arquitectura, decorrido em Lisboa no ano anterior. Esta Lei acrescenta às noções de bens culturais, já conhecidas, a noção de elementos e conjuntos de valor paisagístico.

Em 1964, Portugal aderiu à Carta de Veneza, documento internacional relativo à conservação e restauro dos monumentos. Este foi o início de uma nova fase da história do movimento português de salvaguarda do património cultural, que, de acordo com Jorge Custódio, "*é aberto, pela primeira vez, à internacionalização, à troca de experiências, à cooperação científica e à interdisciplinaridade das ciências técnicas de restauro*"[42]. A Carta de Veneza defende não só a elaboração de estudos, antes de qualquer intervenção, uma vez que esta deverá evidenciar o respeito pelos testemunhos de todas as épocas, mas também defende, de acordo com o artigo 7º, a conservação dos monumentos sem os dissociar da sua envolvente.

[41] Idem p.56
[42] Idem p.60

Deste modo, a partir da implementação da Carta de Veneza, passa a existir uma intenção de salvaguarda dos monumentos, do património cultural e paisagístico, sendo exemplo dessas alterações as conferências internacionais, as recomendações e os documentos legislativos que foram elaborados nesse sentido.

A partir de 1975, começa-se a legislar, abundantemente, sobre as questões ligadas ao património, tendo, em 1980, sido criado o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), através do Decreto-Lei nº 34/80 de 2 de Agosto, com a finalidade de superintender todas as acções de defesa da herança cultural/património cultural, incluindo o paisagístico.

Em 1985, através da Lei nº 13/85 de 6 de Julho, o património passa a ser classificado em três tipos, designadamente, monumento, sítios e conjuntos.

Em 1992 foi criado o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) através do Decreto-lei nº 106-F/92, de 1 de Junho, que vem substituir o IPPC e cuja missão é promover a salvaguarda e a valorização de bens devido ao seu valor histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico, documental, etnográfico ou paisagístico.

A salvaguarda, protecção e valorização do património arquitectónico e arqueológico começam, em 1997, a ser da incumbência de organismos diferentes. É, assim, criada a Lei orgânica do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) através do Decreto-lei n. 120/97, de 16 de Maio, cuja missão é a salvaguarda e a valorização de bens materiais imóveis que, pelo seu valor histórico, artístico, científico, social e técnico, integrem o património arquitectónico do País. Nesse mesmo ano é criado também o Instituto Português de Arqueologia (IPA), através da Lei nº 117/97, de 14 de Maio.

A Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro que vem revogar a anterior Lei nº 13/85 de 6 de Julho, refere no Artigo 44º, a defesa da qualidade ambiental e paisagística. Este diploma estabelece que deverão ser definidas estratégias para assegurar que o património cultural imóvel se torne um elemento potenciador da coerência dos monumentos, conjuntos e sítios que o integram, e da qualidade ambiental e paisagística. Nesse sentido, deverá o Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais promover, no âmbito das atribuições respectivas, a adopção de providências tendentes a recuperar e valorizar zonas, centros históricos e outros conjuntos urbanos, aldeias históricas, paisagens, parques, jardins e outros elementos naturais, arquitectónicos ou industriais integrados na paisagem.

Em 2008, é criada a Carta dos Itinerários Culturais que vem alargar o conceito de património cultural e a sua interligação com o conceito de paisagem e conjunto. Contudo, esta carta ainda não produziu efeitos na legislação nacional, sendo, somente, uma recomendação internacional.

O conceito, as doutrinas e a legislação associada ao património cultural evoluíram consideravelmente no século XX, quer internacionalmente, quer ao nível da política nacional, sendo que, obviamente, elas também se irão adaptar às alterações futuras da sociedade em que vivemos.

Se inicialmente a salvaguarda do património estava centrada nos monumentos arquitectónicos de maior significado histórico, verifica-se, actualmente, uma maior preocupação com as várias problemáticas inerentes ao património cultural. A salvaguarda dos centros históricos e dos vários tipos de paisagens é uma tentativa de contrariar as agressões e as alterações urbanísticas sem qualquer tipo de planeamento ou de estudo, e que põem em causa o equilíbrio ecológico e sustentável da paisagem e das populações que nela habitam.

A salvaguarda do património construído só é possível através da protecção e revitalização do local onde esse mesmo património está integrado. No entanto, a protecção desse património pressupõe não só a análise dos elementos e dos processos desse território, mas também a necessidade de perceber e compreender a importância dessas paisagens na conjuntura social, económica e cultural, em que estão inseridos.

Estes conceitos de salvaguarda aplicam-se aos corredores verdes, uma vez que estes últimos abrangem várias áreas de intervenção, desde os factores ambientais, aos factores histórico-culturais e económicos. A intervenção na salvaguarda de património associado a um corredor verde de carácter histórico-cultural permite não só uma protecção e valorização do património, mas também da paisagem envolvente, incluindo a protecção dos recursos, da qualidade e da identidade da paisagem.

Este tipo de estratégia possibilita uma protecção e salvaguarda mais eficiente e optimizar os investimentos a efectuar nesse sentido. Deste modo, e com base na aplicação destes princípios, "*os corredores verdes, em Portugal, têm sido um sucesso não só devido à sua evolução e adaptação aos diferentes contextos naturais, culturais e históricos, mas também porque são capazes de criar um consenso entre o vários profissionais, num objectivo comum – conservar e melhorar a qualidade da paisagem*"[43].

3.3 Enquadramento Jurídico e Normativo relativamente à Protecção do Património

3.3.1 Principais Cartas Internacionais e Convenções

Estas preocupações, à escala mundial, com a salvaguarda do património cultural, têm dado origem a Cartas, Convenções e Recomendações, a partir da iniciativa de organismos internacionais, entre os quais se destacam a UNESCO (United Nations Educational,

[43] RIBEIRO, L. & BARÃO, T., 2004. p2

Scientific and Cultural Organization), o Conselho de Europa e o ICOMOS (Internacional Council of Monuments and Sites).

Desde a implementação da Carta de Restauro de Monumentos Históricos (Carta de Atenas), em 1931, até aos nossos dias, foram vários os documentos e recomendações internacionais elaborados, com vista à recuperação, protecção e valorização do património, quer seja ele de carácter arquitectónico, cultural ou paisagístico. Do Anexo 1, consta uma tabela com a síntese de todos esses documentos, especificando-se as medidas introduzidas por cada um deles.

Os organismos internacionais têm tido um papel fundamental no que se refere à preservação, à protecção do património cultural, à evolução das filosofias e à definição de orientações para a implementação de novas políticas de conservação, de salvaguarda, e de recuperação do património mundial.

3.3.2 Legislação nacional

Tal como nas políticas internacionais de protecção do património cultural, a legislação nacional, referente a esta temática, também evoluiu, integrando a defesa e a salvaguarda do património. Estas medidas são entendidas como um dever cívico e uma obrigação governamental. A legislação nacional integra as recomendações do Conselho Europeu, da União Europeia, da UNESCO e das outras organizações internacionais com papel importante na protecção do património.

De acordo com a Constituição da República Portuguesa, de 1976, o Estado Português está incumbido de "*…garantir a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico e promover, em colaboração com as autarquias locais a qualidade ambiental das povoações e da vida urbana, e em colaboração com todos os agentes culturais promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum"*[44].

Tal como se verificou com as recomendações internacionais, a legislação nacional foi-se adaptando à evolução dos conceitos associados ao património, de que se salienta, na Tabela 1, uma síntese dos principais diplomas publicados, desde o início do século XX.

ANO	DOCUMENTO	OBSERVAÇÕES
1901	Portaria 10 de Abril	Monumento Nacional como padrão histórico.
1926	DL 11445 de 13 de Fevereiro	Interesse nacional e interesse público.
1928	DL 15216 de 16 de Março	Imóvel de Interesse Público.

[44] Alínea e) do art.º 9º, conjugação cp, as alíneas 1 e 2 c) do art.º 78 da Constituição da Republica Portuguesa

ANO	DOCUMENTO	OBSERVAÇÕES
1932	DL n.º20985 Série I de 7 de Março	Institui o Conselho Superior de Belas Artes, normas sobre belas-artes, arqueologia, protecção e conservação de monumentos.
1949	Lei n.º2032. DR 125/49 Série I de 6 de Novembro	Promulga disposições sobre protecção e conservação de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico, paisagístico ou concelhio.
1976	DL 613/76 de 27 de Julho	Regulamenta os sítios e lugares de interesse cultural.
1980	DL 59/80 de 3 de Abril	Cria o IPPC (Instituto Português do Património Cultural).
1982	DL 39/82 de 2 de Abril	Convenção do Património Arqueológico.
1985	Lei 13/85. DR 153/85 Série I de 6 De Julho	Lei do Património Cultural Português.
1988	DL 205/88. DR 137/88 Série I de 16 de Junho	Projectos de arquitectura da exclusiva responsabilidade dos arquitectos em imóveis classificados e respectivas zonas de protecção
1991	DL 5/91 de 23 de Janeiro	Convenção do Património Arquitectónico
1992	DL 106-F/92 de 1 de Junho	Cria o IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico)
2000	Lei n.º 19/2000. DR 184 SÉRIE I-A de 10 de Agosto	Primeira alteração à Lei n.º 13/85, de 6 de Julho (património cultural português) e ao Decreto-lei n.º 164/97, de 27 de Junho (património cultural subaquático)
2001	Lei n.º 107/2001. DR 209 SÉRIE I-A de 8 de Setembro	Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.
2007	DL 96/2007 de 29 de Março	Cria o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, IP (IGESPAR, IP), que resultou da fusão do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), do Instituto Português de Arqueologia (IPA) e da incorporação de parte das atribuições da extinta Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Tabela 1. Síntese da Evolução Legislativa Nacional referente ao património

A Lei de Bases do Património Cultural (Lei 107/2001, de 8 de Setembro), para além de considerar o património cultural numa visão de conjunto, onde se distinguem os bens móveis e imóveis, situação já referida na Lei 13/85, de 6 de Julho, revogada pela lei inicialmente citada, acrescenta os critérios de avaliação estético-social e técnico-cientifica e as noções de integridade, autenticidade e exemplaridade do bem. De acordo com esta legislação, os bens móveis de interesse cultural podem ser classificados como de "Interesse Nacional", "Interesse Público" ou "Interesse Municipal".

3.4 A Paisagem Cultural como Património Cultural

A convenção relativa à protecção do património cultural e natural mundial, adoptada na Conferência Geral da UNESCO, em 1972, estabelece que o património da humanidade passe a incluir o património natural na Lista do Património Mundial, dentro das seguintes tipologias:

- Importantes elementos naturais;
- Formações geológicas e fisiográficas;
- Sítios naturais.

É em 1992, após a reunião do Grupo de Peritos em paisagens culturais, realizada em La Petite Pierre, que fica definido pela primeira vez o conceito de "paisagens culturais" como "*as obras conjuntas do homem e da natureza (…) que abrange a diversidade de manifestações resultantes da interacção entre o Homem e ambiente natural*"[45]. Em resultado da proposta elaborada pelo Comité ICOMOS-IFLA e pela IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza) a UNESCO procedeu à revisão dos critérios de inclusão na Lista do Património Mundial, deixando, por conseguinte, de classificar separadamente os bens naturais e os bens culturais.

De acordo com os novos critérios para a classificação de sítios na Lista de Património Mundial da UNESCO, as paisagens culturais passam a englobar-se nas seguintes categorias:

CATEGORIA	OBSERVAÇÕES
1. Paisagens desenhadas e criadas intencionalmente pelo Homem	Esta categoria compreende jardins e parques construídos, os quais estão muitas vezes associados a edifícios monumentais ou religiosos e a conjuntos.
2. Paisagens que evoluíram organicamente	Estas paisagens são o resultado de imperativos do tipo socioeconómico, administrativo e/ou religioso, tendo desenvolvido a sua forma actual em resposta ao ambiente e factores naturais. Elas reflectem o processo evolutivo através da sua forma e dos componentes que a integram.
2.1 Paisagens fóssil ou relíquia	Estas paisagens são aquelas em que o processo evolutivo chegou ao fim, numa determinada altura do passado, de forma abrupta ou durante um período. As distintas componentes que a caracterizam continuam visíveis e materializados.
2.2 Paisagem em continuidade	Estas paisagens são aquelas que mantêm um papel activo na sociedade contemporânea, associado a modos de vida tradicionais e cujo o processo evolutivo ainda se encontra em curso.
3. Paisagem cultural associativa	A inclusão desta categoria justifica-se pelo valor da associação de fenómenos religiosos, artísticos ou culturais do elemento natural, ainda que o material cultural seja insignificante ou ausente.

Tabela 2- Categorias nas quais as paisagens culturais devem ser englobadas, de acordo com o descrito nos parágrafos 35 a 39 dos novos critérios de classificação de sítios da Lista de Património Mundial da UNESCO *in* **Orientationsdevant guider la mise em oeuvre de la convention du patrimoine mundia**l. Comité Intergovernamental para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural. Fevereiro 2004. (Consultado em Abril 2009). Disponível em http://whc.unesco.org/archive/orient94.pdf

A introdução destas novas categorias para a sistematização e identificação das paisagens culturais constitui uma das mudanças mais significativas para a protecção do património paisagístico. É a partir dessa data que o conceito de paisagem evolui significativamente deixando de ser um objecto estático e pictórico e passando a ser entendido como algo dinâmico, em constante evolução e representando a inter-relação entre os fenómenos naturais e a acção do Homem.

[45] **Meeting of the Expert Group on Cultural Landscapes**. 1992

Figura 11- Paisagem Cultural de Sintra incluída na Lista de Património Mundial da UNESCO desde 1995 (in http://images.google.pt/)

Figura 12 -Região Vinhateira do Alto Douro incluída na Lista de Património Mundial da UNESCO desde 2001 (in http://images.google.pt/)

Em 1992, a UNESCO organiza a Convenção sobre a Diversidade Biológica (Convenção do Rio de Janeiro), na qual a paisagem é interpretada como o elemento de referência para um desenvolvimento sustentável, isto é, como sendo o reflexo da identidade e diversidade territoriais. Deste modo, a convenção defende que o desenvolvimento sustentável de uma região assenta, por um lado, na preservação do património natural e cultural e, por outro, na sua utilização enquanto recurso, nomeadamente turístico.

Em 1995, são definidos dois documentos importantes, os quais proclamam a paisagem enquanto objecto da política de ambiente, designadamente:

- *"O Ambiente Europeu: A Avaliação de Dobris"*, publicado pela Agência Europeia de Ambiente (EEA) e que visa a sistematização do conceito de paisagem através da abordagem de temas tais como a classificação da paisagem, valores paisagísticos, tendências e ameaças, aspectos de gestão e conservação.

- "*Estratégia Pan-Europeia para a Diversidade Biológica e Paisagística*", que realça a conservação das paisagens e define a diversidade paisagística.

Com o objectivo de promover a protecção, o planeamento e a gestão das paisagens europeias e a cooperação europeia internacional, surge, no ano 2000, a Convenção Europeia da Paisagem, a qual já foi referida e definida no segundo capítulo da presente dissertação.

No que se refere ao enquadramento jurídico português, a primeira referência ao conceito de património data do início do século XX. No entanto, só a partir de 1932 é que surgiu a aplicação institucional do património paisagístico, seguindo-se a implementação de uma série de documentos legislativos referentes à salvaguarda, preservação e conservação desse património paisagístico, os quais se encontram sintetizados na tabela 3, que se segue.

ANO	DOCUMENTO	OBSERVAÇÕES
1932	DL n.º20985	Determina a classificação dos imóveis de interesse arquitectónico e arqueológico, definindo zonas *non-aedificandi* em seu redor.

ANO	DOCUMENTO	OBSERVAÇÕES
1936	DL n.º26957	Como consequência da Carta de Atenas (1931), a qual introduziu a noção de sítio paisagístico, este documento refere o valor étnico e paisagístico.
1949	Lei n.º2032	Este documento inclui a noção de bem cultural, passando a considerar-se elementos ou conjuntos de valor paisagístico e a haver uma preocupação com a reconstrução e o restauro
1973	DL n.º582/73	Na sequência da Carta de Veneza, este documento introduz a noção de valor etnográfico.
1976	DL n.º613/76	Este decreto-lei regulamenta, pela primeira vez, os sítios e lugares de interesse cultural.
	DL n.º 862/76	Este documento define os conjuntos e lugares protegidos, assim como o conceito de património cultural
1983	DL 321/83 de 5 de Julho	Este documento institui a Reserva Agrícola Nacional (REN), com o objectivo de salvaguardar da edificação as áreas indispensáveis à manutenção do equilíbrio ecológico e de assegurar a continuidade da estrutura ecológica da paisagem.
1985	Lei 13/85	Esta lei vem no seguimento da Convenção de Paris (1972) sobre o património mundial e visa proteger e valorizar o património paisagista, nomeadamente "*proteger não apenas os espaços verdes, pelo seu valor histórico ou artístico, mas pela sua génese e relação com as restantes áreas patrimoniais*".
1987	DL 11/87 de 7 de Abril, Lei de Bases do Ambiente	Este documento define o conceito de paisagem numa perspectiva de conservação da natureza, nomeadamente de preservação do património natural.
2001	Lei 107/2001 de 8 de Setembro, Lei de Bases do Património Cultural	Esta lei estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural

Tabela 3 – Síntese dos documentos legislativos nacionais mais relevantes no âmbito do património paisagístico

3.5 Conclusões

O conceito de monumento, enquanto património, evoluiu, ao longo dos séculos, deixando de englobar apenas os objectos de valor arquitectónico e passando a abranger todo o património cultural, onde se incluem os vários tipos de paisagem. A política internacional de protecção do património iniciou-se com o conceito de restauro, através da Carta de Veneza, tendo também ela evoluído no sentido da salvaguarda, da protecção e da valorização dos monumentos e dos sítios.

Só a partir da década de 60 do século XX, é que o conceito de património começa a ser alargado à Paisagem. Contudo, só no ano 2000, é que a dimensão cultural da Paisagem passa a ser reconhecida de um modo claro através da Convenção Europeia da Paisagem.

O património arquitectónico tal como o arqueológico, o natural, o literário ou o histórico são partes integrantes do conceito de património cultural, o qual só adquiriu um estatuto próprio no século XX. O património cultural está evidentemente ligado à temática dos percursos interpretativos de carácter cultural, sendo a existência de elementos histórico-culturais, de valor reconhecido, imprescindível para a sua implantação.

Embora a legislação nacional já tenha tido uma evolução significativa no âmbito da preservação e salvaguarda do património, constata-se que a mesma ainda não integra o conceito de Paisagem Cultural, pelo que é fundamental que uma futura alteração da lei em vigor vise a introdução deste conceito com vista à sua protecção.

Uma das formas de salvaguardar e preservar este património poderá passar pela regeneração de percursos e pela sua interligação com os elementos de valor histórico, cultural e natural que os definem. Os corredores verdes podem ser, junto da sociedade civil, um agente dinamizador do conhecimento, da divulgação e da protecção do património, ao promoverem a recuperação e consequente salvaguarda dos elementos naturais e arquitectónicos integrados na paisagem.

4. CORREDORES VERDES E PERCURSOS

O conceito de corredores verdes fundamenta o desenvolvimento de uma estratégia de planeamento que visa a salvaguarda e a recuperação da qualidade ambiental da paisagem e a preservação dos seus recursos. A criação de uma rede de corredores verdes no território origina várias oportunidades de utilização, tais como recreio, circulação, preservação da vida selvagem, educação, convívio e identidade cultural, contribuindo, assim, para a valorização e salvaguarda da qualidade da paisagem urbana e rural.

Deste modo, torna-se necessário perceber como evoluiu o conceito de corredor verde, e quais as suas funções, com vista a definir a importância dos percursos pedonais, enquanto valorização do espaço público.

Os percursos têm, como qualquer caminho, a função primária de efectuar uma ligação entre dois pontos. Contudo, os percursos permitem a interacção das populações com o ambiente, nomeadamente em áreas protegidas, fornecendo inúmeras oportunidades de recreio e ajudando ao entendimento dos locais históricos e à diversidade cultural.

4.1 Corredores Verdes

4.1.1 Definição

"*Os corredores verdes são bandas na paisagem, designadas pelos seus recursos naturais ou recreativos, ou por outras qualidades especiais.*"[46]

[46] HELLMUND, P. C& SMITH, D., 2006. p.1

Não existe uma definição única de corredores verdes (cuja designação em inglês é *greenways*), uma vez que estes podem adoptar múltiplas formas e estão directamente relacionados com as influências históricas e culturais do local onde se desenvolvem, quer seja nas cidades, nos subúrbios, nas zonas rurais ou nas áreas florestais. Neste sentido, LITTLE (1990) define os corredores verdes como sendo

> "*espaços públicos lineares estabelecidos ao longo de corredores naturais, tais como frentes ribeirinhas, cursos de água ou festos, ou por terra ao longo de linhas-férreas convertidas em usos de recreio, canais, vias cénicas ou outras vias, ou qualquer caminho natural ou paisagístico para passagem pedestre ou ciclável, ou corredores que ligam entre si parques, reservas naturais, aspectos culturais, sítios históricos, património natural e áreas habitacionais*"[47].

Já AHERN (1996) define corredores verdes como sendo

> "*redes do território que são planeadas e geridas para múltiplos propósitos, incluindo ecológico, recreio, cultural, estético ou outro conceito compatível com o conceito de ocupação do território sustentável*"[48].

Os corredores verdes contribuem para a valorização do espaço público pedonal, uma vez que estes espaços visam preservar valores múltiplos da paisagem e oferecem oportunidades tão diversas como as já referidas, permitindo, ainda, promover a identidade cultural de uma determinada paisagem. A diversidade de tipo e formas dos corredores verdes, combinadas com as diferenças geográficas, originam diferentes tipos de corredores, com funções ecológicas e sociais diferentes.

Todos os corredores verdes têm em comum a linearidade espacial, sendo, muitas vezes, reconhecidos pela população como áreas distintas da paisagem, com qualidades específicas. Estes sistemas têm a capacidade de proteger e de manter a integridade ecológica das áreas naturais e de diminuir a fragmentação da vida selvagem e dos recursos naturais. Numa perspectiva social, eles promovem a existência de lugares de recreio e ajudam a manter a qualidade cénica e a identidade cultural da paisagem.

4.1.2 Evolução do conceito de corredor verde

Figura 13 – Karl Max Allee em Berlim (disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Boulevard)

Embora o desenvolvimento dos corredores verdes tenha tido a sua origem nos Estados Unidos da América, na Europa, o aparecimento destes surgiu, também, no século XIX, nomeadamente com as correntes higienistas e progressistas, que surgiram em França, e com o desenvolvimento das cidades jardim, sobretudo, no Reino Unido. Neste mesmo período, apareceu o conceito de *boulevard*, alameda ladeada de árvores e extensões relvadas, cujo principal objectivo era promover o prazer e o repouso para os habitantes e trabalhadores da cidade.

[47] LITTLE, C., 1990. p. 1
[48] JONGMAN, R. & PUNGETTI, G., 2004. p.35

A aplicação deste conceito verifica-se, por exemplo, na construção da Karl Max Allee, em Berlim (fig. 13).

Contudo, nos Estados Unidos da América este conceito desenvolveu-se, grandemente, como reacção ao crescimento urbano. Neste seguimento evolutivo, na década de 1860, Frederick Law Olmsted reconheceu o potencial dos espaços lineares, relativamente à sua capacidade de promover o acesso aos parques da cidade e estender o benefício desses parques aos bairros mais próximos, assim como de aproveitar as características naturais do território criando zonas verdes contínuas nas cidades. Este objectivo é conseguido através da implementação dessas zonas verdes, as quais eram, inicialmente, designadas como "*parkways*", e estabeleciam, frequentemente, a ligação entre vários espaços verdes urbanos e a sua envolvente, bem como de sistemas de áreas verdes nos locais de maior importância ecológica. Com esta solução Olmsted melhorou a experiência recreativa e estética dos visitantes dos parques (SMITH, Daniel. 1993.p. 5), atribuindo ainda uma função importante a estas áreas de valor natural e de reduzida aptidão para edificação, como é o caso do sistema de parques de Bóston (Figura 14).

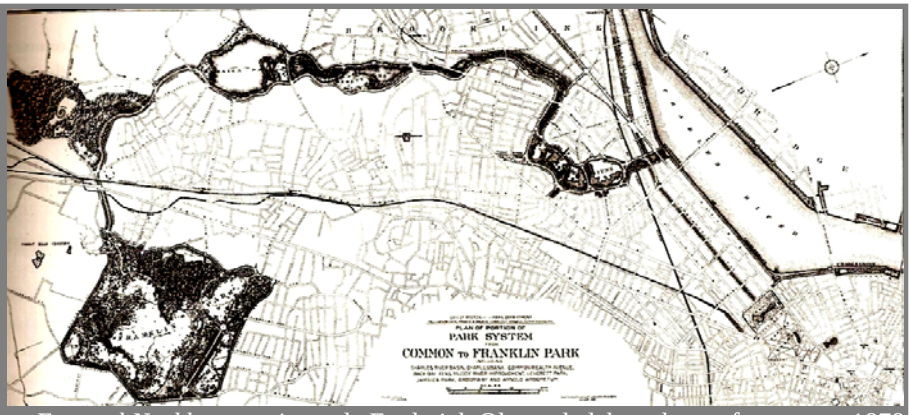


Figura 14 - Planta de *Boston Esmeral Necklace*, projecto de Frederick Olmsted elaborado por fases entre 1878 e 1890. A área intervencionada inclui uma série de parques urbanos ligados entre si através de parkways. Embora as modificações efectuadas se assemelhem mais a soluções de engenharia moderna, do que uma abordagem ecológica do espaço, Olmsted conseguiu estabelecer o que está base dos princípios de utilização dos corredores verdes, designadamente a implantação de um espaço com múltiplos usos. *in* SMITH, Daniel S. & HELLMUND Paul C.1993. p. 4

Simultaneamente, nesse período, foi desenvolvido, em Inglaterra, o conceito de cintura verde (*greenbelt*), como estratégia para limitar o crescimento urbano. No final do século XIX, Ebenezer Howard propôs o desenho do modelo de cidade-jardim (*garden city*), a qual consistia numa comunidade autónoma cercada de quintas extensivas e florestas. Assim, com este modelo, Howard tinha por objectivo isolar as cidades com uma faixa rural envolvente, de modo a limitar o crescimento urbano descontrolado e a interligar a cidade e o campo, com vista a oferecer à

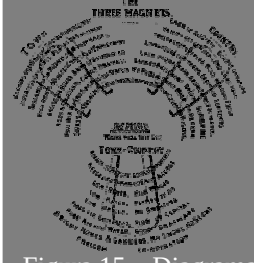


Figura 15 – Diagrama dos 3 imãs, de Ebenezer Howard, que abordava a questão 'Pessoas: para onde elas irão?', sendo que as escolhas eram 'Cidade', 'Campo' ou 'Campo-cidade' (disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade_Jardim_(teoria)

sociedade os benefícios de ambos, aproveitando as vantagens do campo e eliminando as desvantagens da cidade (SMITH, D., 1993.p. 6).

O conceito de cintura verde foi mais tarde utilizado pelo americano Benton MacKaye, o qual propôs um sistema de espaços amplos arborizados, que formavam uma área linear ou uma cintura em volta de uma localidade, e cuja intenção, mais do que envolver uma cidade com espaços verdes, era um processo de bloquear o alargamento da mesma e promover o aparecimento de áreas públicas para o lazer (MAC KAYE. 128, SMITH, Daniel. 1993.p. 6).

Na década de 60 do século XX, arquitectos paisagistas e ecologistas reconheceram a necessidade de proteger os corredores ao longo das linhas de água, os quais apresentam uma maior concentração de recursos naturais. Assim, associado às preocupações ecológicas e à implementação de programas de controlo de cheias, foram construídos trilhos recreativos e parques lineares, os quais permitiam a aproximação das pessoas ao rio, promovendo a consciencialização das potencialidades que estes sistemas oferecem.

Na década de 80, o aumento do interesse pela conservação dos espaços públicos, conjuntamente com o aumento da popularidade das actividades recreativas no exterior, conduziu à implementação de novos projectos de corredores verdes. Estes representam, em parte, a solução para a conservação do território e a resolução de problemas decorrentes do desenvolvimento urbano. Estes corredores verdes têm em consideração não só as necessidades humanas, mas incluem também a noção de uso do solo e de gestão de recursos e são caracterizados pelo facto de contemplarem múltiplos objectivos, tais como o planeamento de linhas de água, o controlo da erosão e a gestão de recursos naturais, incluindo a preservação da diversidade biológica.

Em conclusão, actualmente, para além da função estética, os corredores verdes têm como objectivo a preservação e a salvaguarda dos recursos naturais, a educação, a divulgação e a conservação do património histórico e cultural.

Em Portugal, o conceito de corredor verde começou a desenvolver-se nos finais do século XIX, estando este conceito essencialmente relacionado com estratégias de embelezamento das ruas das cidades, sendo actualmente uma ferramenta importante no planeamento rural e urbano (RIBEIRO, L. e BARAO.T., 2004). Este conceito tem por base a utilização de modelos territoriais lineares, com vista à protecção dos recursos e a uma melhoraria da qualidade da paisagem.

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, foram implementados instrumentos legais que estimularam a criação de uma estrutura verde à escala regional, nomeadamente:

- **Reserva Agrícola Nacional** (RAN), através do Decreto-Lei 451/82 de 16 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei 274/92 de 12 de Dezembro, em que o termo

RAN é definido como "*o conjunto das áreas que, em virtude das suas características morfológicas, climatéricas e sociais, maiores potencialidades apresentam para a produção de bens agrícolas*"[49];

- **Reserva Ecológica Nacional** (REN), através da Decreto-Lei 321/83, o qual define que a REN "*integra todas as áreas indispensáveis à estabilidade dos recursos naturais tendo em vista o correcto ordenamento do território*"[50]. Durante os últimos anos, o uso e ocupação das áreas de REN regeram-se pelo Decreto-Lei nº 93/90 de 19 de Março (com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei nº 213/92 de 12/10 e nº 79/95 de 20 de Abril) o qual define REN como "*uma estrutura biofísica básica e diversificada que, através do condicionamento à utilização de áreas com características ecológicas específicas, garante a protecção de ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das actividades humanas*"[51].

Apesar da REN e da RAN se basearem nas características naturais da terra - linhas de água, planícies alagadas, áreas com elevado nível de infiltração e terrenos de declive acentuado e terrenos de boa qualidade – foi provado que estas áreas são, também, extremamente importantes pelos seus recursos culturais e históricos. (RIBEIRO, 1998), bem como pelas possibilidades de recreio que a elas geralmente estão associadas.

4.1.3 Tipologias e Funções dos Corredores Verdes na Paisagem

De acordo com os fundamentos da ecologia da paisagem (ODUM, 1997), a paisagem pode ser constituída por pontos, corredores, parcelas e matrizes de fundo, sendo que cada um destes elementos pode apresentar diferentes funcionalidades. As tipologias e funções dos corredores ecológicos dependem fundamentalmente de três variáveis (THORNE, 1993), designadamente:

- **Largura**: determina o quanto um corredor irá ser exposto a intromissões físicas, humanas e biológicas, vindas do exterior. Neste sentido, distinguem-se dois tipos de corredores, nomeadamente as faixas, que são bandas com uma determinada largura, e as linhas, onde a largura deixa de ter significado.

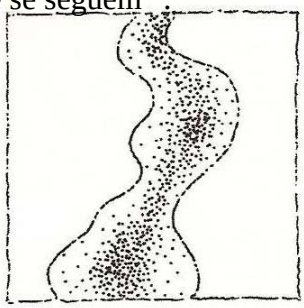
- **Conectividade**: é determinada pelo número e intensidade das quebras existentes ao longo da extensão de um corredor, sendo que o grau de conectividade define as vantagens de um determinado corredor para diferentes usos.

[49] Ponto 1 artigo 3º do Decreto-Lei 274/92 de 12 de Dezembro, http://www.oasrn.org/pdf_upload/decretolei_274_92.pdf (Março 2009)
[50] Artº1º do Decreto-Lei 321/83 de 5 de Julho
[51] Artº1º do Decreto-Lei 93/90 de 19 de Março

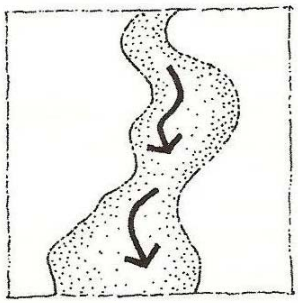
- **Qualidade**: depende da largura e da conectividade, mas também inclui as considerações sobre a estrutura da vegetação dentro dos corredores.

A conectividade é a característica base do planeamento dos corredores verdes, no sentido em que é a medida de quão bem a paisagem e os elementos que a constituem funcionam para uma determinada espécie específica ou um uso particular. Existem vários processos que são responsáveis pela criação e manutenção dos corredores, sendo que esses elementos podem persistir por vários períodos de tempo. Assim, conhecer a sua origem, permite-nos saber como é que eles funcionam enquanto parte de um corredor verde (HELLMUND, 2006).

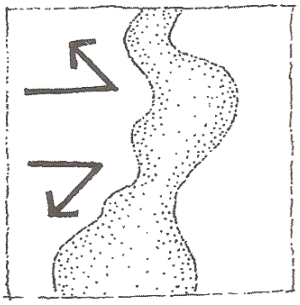
A disposição dos corredores verdes tem um efeito significativo na função da paisagem, incluindo no fluxo de energias, no ciclo de nutrientes e no movimento de materiais e organismos. Deste modo, segundo FORMAN e GORDON (1986), eles, tal como outros tipos de corredores, podem realizar seis funções básicas, tais como habitat, condutas, barreiras, filtros, fontes e fossas, estando estas funcionalidades representadas nos esquemas que se seguem[52].



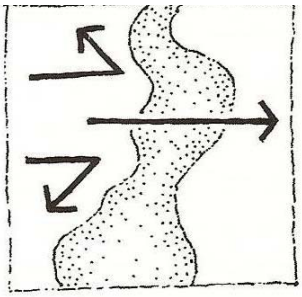
HABITAT – favorecendo a vivência e utilização desse espaço (exemplo – capacidade de um corredor favorecer a existência de determinada espécie naquele local



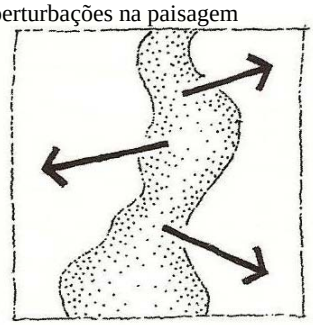
CONDUTA – permitindo a circulação de elementos. Contudo, esta funcionalidade nem sempre tem um carácter positivo, uma vez que pode contribuir para a ocorrência de perturbações na paisagem



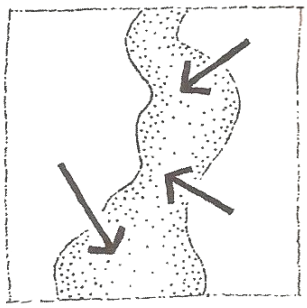
BARREIRAS – criando situações que não permitem a circulação de elementos e a continuidade da paisagem



FILTROS – permitindo a passagem apenas a determinados elementos



FONTES – constituindo elementos atractivos que conduzem as pessoas até eles (exemplo – os corredores verdes são fontes cénicas, atractivas para as pessoas, que contribuem como fonte de orgulho e identidade da comunidade local



SUMIDOUROS – constituindo locais de acumulação (exemplo – quando animais são mortos por se aventurarem num corredor viário movimentado)

Figura 16 – Seis funções básicas dos corredores, habitat, conduta, barreira, filtros, fontes e sumidouros[53]

[52] HELLMUND P- C& SMITH, D. 2006. p.52
[53] HELLMUND Paul C& SMITH, D. S.. 2006. p.52

Salienta-se, ainda, que os corredores verdes apresentam também outras funções, designadamente, **sociais**, uma vez que fomentam a participação e integração da população na paisagem, contribuindo para o aumento da identidade comunitária e cultural de uma determinada povoação, **económicas**, podendo afectar a economia local com um aumento da actividade comercial e do valor dos terrenos adjacentes**, educativas**, de **recreio,** ajudando a manter a qualidade cénica da paisagem, e de **lazer.**

Para além da protecção dos recursos naturais e da vida selvagem, os corredores verdes podem ser elementos importantes no meio urbano, contribuindo para o sentido do lugar, estabelecendo uma melhor ligação entre a natureza e o meio urbano.

Contudo, quando não planeados e ponderados, os impactos decorrentes da sua construção podem reflectir-se de forma negativa na paisagem, dando origem também a problemas sociais e económicos para as populações que nela habitam.

4.2 Percursos

4.2.1 Definição

Os percursos são elementos que fazem parte integrante da paisagem, a qual pode ser entendida como um conjunto de áreas, linhas e pontos, sendo que as formas lineares permitem a continuidade e a circulação na paisagem, possibilitando a criação de imagens da envolvente.

No seu livro ”*Imagem da Cidade*”, Kevin Lynch, refere que os elementos da imagem urbana podem ser classificados em cinco tipos de elementos físicos da cidade: as vias (permitem às pessoas observar a paisagem à medida que nela se deslocam permitindo a percepção de outros elementos), os limites, os bairros, os cruzamentos e os elementos marcantes (elementos de referência para o observador).[54] Este autor salienta ainda que uma boa imagem do lugar dá ao seu detentor o sentido de profunda segurança emotiva. Assim, de acordo com esta tese, todas as culturas desenvolvem sistemas de orientação, isto é, estruturas espaciais que facilitem o desenvolvimento de uma boa imagem do lugar.[55]

Os elementos definidos por Lynch são simplificados por Norberg-Schulz (1981), em três elementos fundamentais, nomeadamente, nós, linhas, áreas. Deste modo, e de forma a planear correctamente uma rede de percursos é necessário compreender o que são os pontos e as linhas.

O ponto marca uma posição no espaço, sendo, muitas vezes, caracterizado como um elemento sem comprimento, largura ou profundidade e consequentemente estático.

[54] NORBERG-SCHULZ, 1981.p.57
[55] Idem. p. 19

Contudo, quando situado dentro do campo visual, o ponto faz-se "sentir", podendo servir como elemento orientador no espaço, representando uma marca visual importante. O ponto é transposto para a paisagem através da existência de elementos marcantes, os quais podem assumir a forma de árvores, construções isoladas ou elementos arquitectónicos de referência.

Em ecologia, a linha é definida por um conjunto de pontos, podendo a distância entre os mesmos ser infimamente pequena, não permitindo a distinção do ponto e da distância. Deste modo, a linha resulta da deslocação de um ponto numa determinada trajectória. Este elemento é importante para a definição de uma estrutura visual, uma vez que exprime um movimento e uma direcção. A sua função é de unir ou ligar outros elementos, permitindo a existência de uma continuidade entre os mesmos.

As linhas podem ser vias, ruas, vias-férreas, trilhos ou simplesmente um elemento imaginário, por exemplo a linha formada por um alinhamento de árvores.

Os percursos surgem como a interacção entre o Homem e a natureza, sendo uma das representações da adaptação do Homem ao meio e às evoluções tecnológicas. Os percursos conduzem o Homem na paisagem dando-lhe a possibilidade de um contacto mais próximo com o meio envolvente, designadamente com a identidade da paisagem.

Embora percurso e caminho sejam, muitas vezes, conceitos considerados sinónimos, não o são verdadeiramente, pelo que se torna necessário clarificar o significado de ambos. Um caminho refere-se ao objecto em si mesmo, nomeadamente à via ou estrada, e tem por objectivo principal estabelecer a ligação entre dois ou mais pontos. O percurso é referente à pretensão de conduzir o Homem pela paisagem, permitindo, assim, estabelecer um maior contacto com esta através da experiência, percepção e representação (NOBERG-SCHULZ, 1981). Podemos, por conseguinte, dizer que para conhecermos um espaço, temos que o viver, sentir e percorrer.

Os percursos nunca apresentam apenas uma função, pois permitem sempre aos seus utilizadores ter contacto, simultaneamente, com várias vertentes, tais como o património histórico e cultural, a conservação da natureza e a actividade física. A existência deste tipo de elemento na paisagem é uma forma clara de potenciar a interacção cívica entre as várias comunidades, de sensibilizar as pessoas no sentido da preservação das características culturais e ambientais do espaço em que o percurso se insere.

Face à modernização das nossas sociedades e consequentemente ao uso excessivo de veículos automóveis, por vezes para pequenas deslocações de menos de 1000m, começa-se, actualmente, a observar uma maior preocupação por parte da população numa procura de soluções e alternativas para fugir às rotinas das cidades. Estas alterações têm contribuído

para o desenvolvimento das temáticas do pedestrianismo e das redes cicláveis, como é exemplo a construção do Caminho Ribeirinho Pedonal Alhandra-Vila Franca de Xira, o qual é muito utilizado pela população, contribuindo deste modo para uma melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes (Fig. 17). Constata-se, ainda, que para fugir ao stress diário da vida nos meios urbanos, existe uma tendência para as pessoas se refugiarem nos meios rurais, em busca de recuperar e viver antigas tradições e culturas e aproveitar ao máximo o meio ambiente envolvente, pelas suas características ecológicas, ambientais e culturais (Fig. 18).

Figura 17- Caminho Pedonal Ribeirinho Alhandra -Vila Franca de Xira. (CONDE, C., 2008)

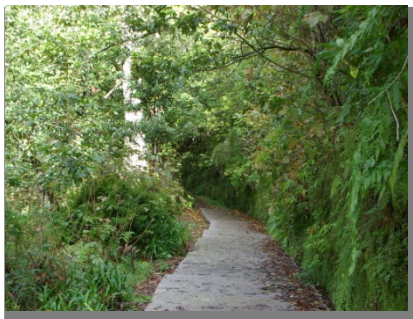


Figura18 – Caminho pedonal na Ilha da Madeira (CONDE, C., 2007)

O pedestrianismo é definido pela legislação portuguesa como a "*actividade de percorrer distâncias a pé, na natureza, em que intervêm aspectos turísticos, culturais e ambientais, desenvolvendo-se normalmente por caminhos bem definidos, sinalizados com marcas e códigos internacionalmente aceites*"[56].

O pedestrianismo não é uma actividade meramente de recreio ou desportiva, uma vez que os percursos interpretativos culturais potenciam o reconhecimento e a interligação entre os vários elementos patrimoniais, e consequente conhecimento da identidade cultural de uma região, permitindo às sociedades modernas a procura das suas origens. A utilização dos percursos visa também proporcionar a criação de novas imagens e a percepção da relação entre o meio e o homem, através do conhecimento do ambiente, da observação da beleza das paisagens, da diversidade florística e faunística e das formações geológicas, promovendo a conservação e o respeito pelo ambiente.

Deste modo, e tendo em conta a adesão da população a estas novas modalidades, em conjugação com a procura da identidade cultural, muitas vezes "perdida", será necessário iniciar este processo pela regeneração das antigas estruturas, como por exemplo caminhos romanos, caminhos rurais, passagens sagradas ou de peregrinação, estradas militares ou defensivas, etc., e depois construir as passagens e ligações em falta, de modo a conceber percursos que contribuam para serem, simultaneamente, testemunhos da história e das

[56] Ponto 1 do Art. 13º da Portaria 1465/2004 de 17 de Dezembro, http://www.idesporto.pt/Docs/DPTPDF1.pdf (consultado em Abril 2009)

sociedades, que colaborem para a constituição da paisagem actual e que permitam o desenvolvimento de uma actividade física.

É ainda de referir que os percursos interpretativos constituem uma componente importante do ecoturismo[57], uma vez que, para além de ser uma actividade procurada pelos visitantes, incentiva a educação ambiental, a manutenção e regeneração de áreas ecológicas degradadas, visando a promoção dos valores culturais e tradicionais da região onde se inserem e a gestão dos recursos naturais, garantindo, também, que os visitantes não ultrapassem a capacidade de carga do local e evitando a existência de perturbações na paisagem.

Assim, podemos concluir que os percursos asseguram a protecção das áreas sensíveis da paisagem, permitindo, simultaneamente, a sua divulgação e usufruto por parte das pessoas, promovendo não só o interesse recreativo, como a educação ambiental e cultural.

4.2.2 Constituição e Tipologias de Percursos Interpretativos

Os percursos interpretativos devem ser estabelecidos tendo em vista a divulgação do interesse patrimonial, ambiental, cultural e turístico dos mesmos, devendo, sempre que possível, ser afastados de estradas asfaltadas ou vias onde circulem veículos motorizados.

Os percursos podem ser classificados segundo quatro aspectos fundamentais, designadamente o tipo de utilizadores, o grau de dificuldade, a extensão dos percursos e o traçado do trilho, sendo que estes aspectos podem ser resumidos na tabela 4.

Tipo de Utilizadores	**Percurso de uso único**	Apenas com um tipo de utilizadores
	Percurso multi-uso	Associação de dois ou mais usos
Dificuldade do Percurso*	**Muito Fácil**	Percurso pedestre efectuado em menos de duas horas de caminhada num trilho bem definido
	Fácil	Percurso com menos de três horas de duração sobre caminhos com algumas passagens menos fáceis
	Médio	Percursos com menos de quatro horas de duração, com alguns desníveis, destinados a pessoas com prática
	Dificil	Percurso com mais de quatro horas de duração, com itinerário longo e/ou difícil (desnivelado e com passagens delicadas)

[57] The International Ecotourism Society (TIES) define ecoturismo como *"a viagem responsável para áreas naturais que conservem o ambiente e melhorem o bem-estar da população local.(…) Isto significa que quem opera e participa de actividades ecoturísticas deve seguir os seguintes sete princípios:*

- *Minimizar impactos*
- *Desenvolver consciência e respeito ambiental e cultural;*
- *Fornecer experiências positivas para ambos visitantes e anfitriões;*
- *Fornecer benefícios financeiros directos para a conservação;*
- *Fornecer benefícios financeiros e poder legal de decisão para o povo local;*
- *Elevar a sensibilidade pelo contexto político, ambiental e social dos países anfitriões;*
- *Apoiar os direitos humanos internacionais e acordos trabalhistas.*" in http://www.ecotourism.org/site/c.orLQKXPCLmF/b.4835303/k.C64B/What_is_Ecotourism.htm

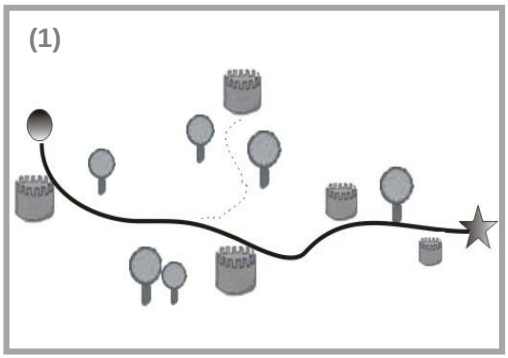
Extensão**	**Grande Rota (GR)**	Percursos que possuem grandes extensões, unindo povoações, cidades ou mesmo países distantes entre si
	Pequena Rota (PR)	Percursos com trajectos mais curtos, de uma só jornada e com um máximo de 30km de extensão
	Percursos Locais (Senderos locais- SL)	Percursos que não têm mais de 10km e que se estendem, sobretudo, pelo fundo de um vale desde uma povoação até um local de interesse
	Percursos Urbanos (Senderos Urbanos- SU)	Percursos pedestres implantados em meio urbano
Traçados de Trilhos	**Percursos circulares**	ponto de chegada idêntico ao ponto de partida
	Percursos abertos	ponto de chegada distinto do ponto de partida

Tabela 4 – Classificação dos percursos

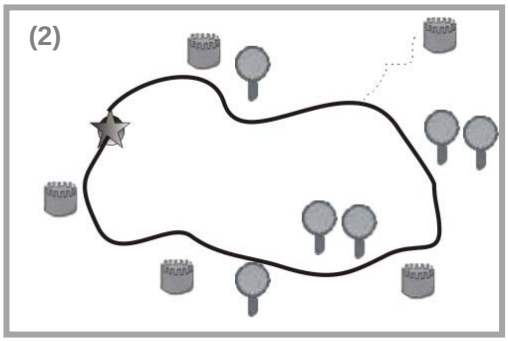
*classificação de acordo com Federação Francesa de Pedestrianismo
**classificação de acordo com FEDME (Federação Espanhola de desporto de Montanha e Escalada) e pela FCMP (Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal), sendo que esta ultima apenas considera as tipologia GR, PR e PL, definindo percursos locais como sendo aqueles cuja totalidade ou mais de metade do trajecto decorre em ambiente urbano.

A tipologia dos percursos depende do objecto definido para o mesmo, devendo, no entanto, obedecer a três regras fundamentais, designadamente, a continuidade, o estabelecimento da ligação e a definição do ponto de partida e de chegada. Deste modo, podemos referir seis configurações dos percursos rurais mais frequentes (Fig. 19), dependendo da sua função e dos elementos interpretativos.

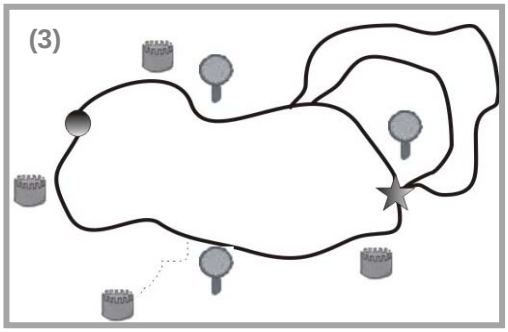
PERCURSO LINEAR:é a configuração mais adequada a percursos de longa distância e os que têm um objectivo específico tal como efectuar a ligação entre duas localidades. Para aumentar a variedade de aspectos a observar é possível acrescentar variantes do ponto de chegada e de partida. No entanto, este tipo de percurso tem o inconveniente do utilizador ter de retroceder pelo mesmo caminho.(1)



PERCURSO CIRCULAR SIMPLES OU ANEL: este tipo de percurso oferece a oportunidade de voltar ao ponto de partida sem percorrer o mesmo trajecto, reduzindo, deste modo o impacte que é exercido sobre o caminho e o ambiente. Esta configuração oferece uma maior versatilidade para diferentes tipos de utilização e dá ao utilizador a sensação de que cobriu uma maior área do que a estrutura ocupa na realidade. Contudo, a maior desvantagem é a falta de variação.(2)



PERCURSO CIRCULAR EM CAMADAS – este tipo de configuração consiste em dois ou mais trilhos circulares sobre um percurso simples, o que permite prolongar o percurso, conferindo-lhe maior variação e aumenta a possibilidade de usos deste espaço. Este tipo de percurso é particularmente



indicado para situações de alteração de altitude, permitindo a existência de diferentes dificuldades ao longo do percurso. (3)

PERCURSO EM SATÉLITE: este tipo de percurso tem por base um percurso circular central a partir do qual partem uma série de percursos circulares. Fornece aos utilizadores, para além do percurso principal, vários percursos alternativos de acordo com as suas capacidades físicas e/ou outras motivações.(4)

PERCURSO CIRCULAR EM RAIO: este sistema é composto por um conjunto de percursos lineares dispostos em raio desde um centro até um percurso circular exterior, sendo que o centro é, simultaneamente, o ponto de partida e de chegada, o que permite percursos com graus de dificuldade variáveis, sempre à mesma distância do ponto de partida/chegada. (5)

PERCURSO EM LABIRINTO: este sistema oferece, através de percursos circulares e lineares que se cruzam entre si, um maior número de percursos alternativos, quer em termos de distância, quer em termos de grau de dificuldade. Esta tipologia necessita de uma grande área de implantação, permitindo a sua exploração ao máximo. Contudo, face à variedade de percursos é necessária uma sinalização adequada.(6)

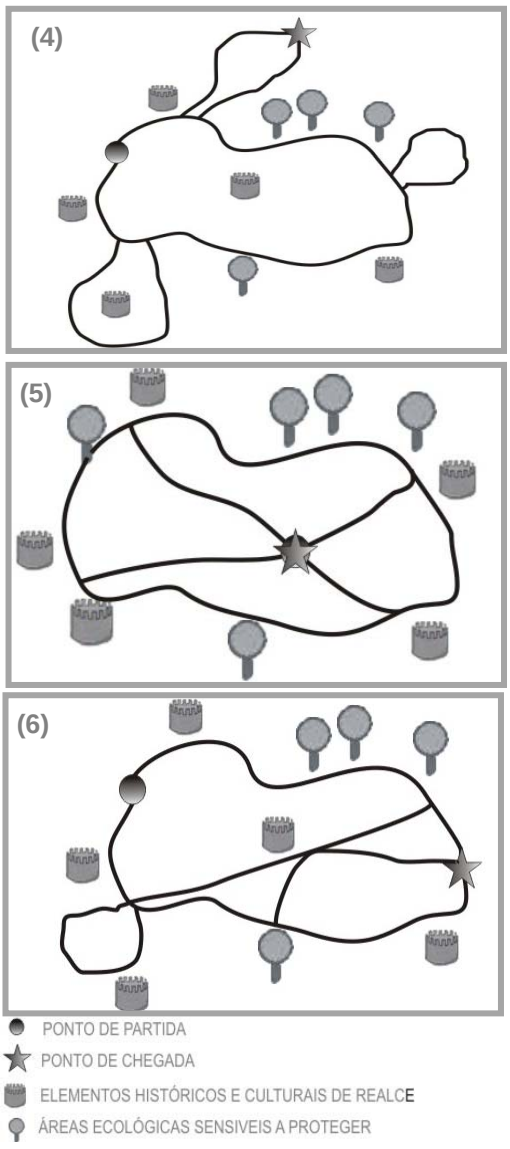


Figura 19 - esquemas das configurações mais frequentes dos percursos (baseado em BRAGA, TEÓFILO, 2007)

No que se refere à função dos percursos, os mesmos podem apresentar uma ou mais funções quer sejam de carácter recreativo, educativo ou outras. Geralmente, os percursos de pequena rota apresentam um carácter recreativo e educativo, estando a eles associados iniciativas de interpretação ambiental e cultural, sendo que os percursos de grande rota visam essencialmente um carácter recreativo e desportivo.

Um percurso pode ter diferentes usos em simultâneo (pedestre, ciclável, equestre, etc.) e deverá ser projectado de modo a ser facilmente acessível à população, respeitando e preservando, contudo, os recursos naturais e ecológicos da paisagem em que se insere, pois mais do que gerarem uma reacção passiva, os percursos devem ensinar algo, devem levar os utilizadores a interpretar o que vêem e devem ajudar a compreender o passado (NICHOLS, 1999).

Ao proceder-se a uma intervenção de uma determinada região, onde as características ambientais, culturais e patrimoniais possam favorecer a economia local, deverá ser definida uma gestão correcta desses recursos e um adequado ordenamento do território, por exemplo, através da implantação de acções de salvaguarda, valorização e divulgação científica desse património, o qual deverá reflectir-se no desenvolvimento sustentável da região.

4.2.3 Impactes resultantes da implantação de percursos

A implantação de um percurso numa determinada região pode reflectir-se na paisagem, quer em impactes positivos como negativos, dependendo das estratégias de planeamento adoptadas, do tipo de recursos existentes e do tipo de utilização, uma vez que o mesmo trilho pode abranger diferentes utilizadores, tais como pedestres, ciclistas, cavaleiros, etc.

Os percursos representam em si só um potencial local de lazer e recreio para a população, contribuindo para uma maior qualidade de vida. Constata-se que, na última década, se verificou um aumento significativo da procura de actividades passíveis de serem realizadas num percurso[58], como forma de fuga do meio urbano para o campo, uma vez que existe, cada vez mais, a necessidade das pessoas se aproximarem do mundo natural. Os percursos proporcionam a oportunidade de uma aprendizagem directa e interessante da história local, das estruturas ecológicas e geológicas da região, etc.[59]

Os impactos positivos da implementação de percursos também se fazem sentir ao nível das estruturas físicas existentes, como por exemplo na recuperação do património abandonado, que ao ser reabilitado poderá não só constituir uma mais-valia para o percurso, uma vez que se trata de um ponto de interesse, bem como essas estruturas construídas poderão vir a integrar outros usos. No entanto, há que ter em atenção que ao tornar esses locais visitáveis, os mesmos serão potencialmente sujeitos a um maior número de actos de vandalismo.

Salienta-se, contudo, que a utilização dos percursos pedestres poderá afectar o solo, a água, a vegetação, a fauna, as formações geológicas e ser responsável pela existência de lixos e resíduos ao longo do trilho. A passagem dos pedestrianistas provoca por um lado o pisoteio da vegetação e por outro a compactação do solo, a qual favorece a ocorrência de fenómenos de erosão, uma vez que o pisoteio diminui a capacidade de infiltração da água, provocando a existência de escorrências superficiais.

[58] AREIAS, 1999
[59] AREIAS, 1999

Figura 20 – O pisoteio danifica a flora existente. BRAGA, Teófilo.2007.

A passagem de utilizadores pelos percursos conduz a uma diminuição da diversidade biológica, uma vez que o pisoteio danifica as plantas existentes, provocando algumas mudanças na composição da vegetação (fig. 20). Essas alterações ambientais conduzem a que as espécies vegetais mais resistentes tenham mais capacidades de se desenvolver, comparativamente com as espécies mais sensíveis, diminuindo, por conseguinte, a diversidade biológica da região.

Alguns estudos concluíram que a criação de percursos na paisagem tem efeitos a vários níveis. Ao nível económico, eles representam um benefício monetário, uma vez que podem dar origem à existência de estruturas inerentes ao turismo rural e ao ecoturismo, e ao nível social, eles promovem a vivência das populações locais e uma maior interacção com os diferentes utilizadores.

4.2.4 Regeneração de Percursos Interpretativos

A decisão da regeneração/requalificação de um determinado percurso está quase sempre associada à importância que o mesmo tem, quer para a manutenção da qualidade cénica da paisagem, quer por representar um papel importante junto da comunidade local, designadamente ao nível da melhoria da qualidade de vida das populações afectas às regiões intervencionadas, quer aumentando a interacção social, quer contribuindo para um aumento do turismo e consecutivo retorno financeiro (vertente económica).

A definição deste tipo de percursos permite estabelecer situações onde a população coexiste com os processos e elementos naturais, dando origem, deste modo, a uma maior interligação entre ambos. Contudo, e tendo em conta que este tipo de percursos tem mais do que uma vertente, nomeadamente a ecológica, cultural e histórica, a sua regeneração permite não só promover a educação ambiental, mas também o conhecimento e o respeito pelas culturas em que se inserem.

A regeneração dos percursos deverá ser precedida de uma análise das várias componentes da paisagem. Face às várias características de uma determinada paisagem e da interacção entre os seus vários factores, deverão ser definidas as metodologias mais adequadas para análise, bem como para a definição do desenho/modo de intervenção e da gestão futura destes sistemas lineares. Deste modo, para promover e implantar a regeneração de percursos é necessário:

- Ter um conhecimento profundo dos recursos a preservar e as características da paisagem a intervencionar, isto é a elaboração de uma correcta análise paisagística da área onde se inserem os percursos;
- Definir uma estrutura de faseamento da intervenção;
- Definir as regras do desenho e de implantação dos percursos.
- Promover uma gestão e manutenção dos percursos, garantindo a preservação e conservação de todos os recursos.

4.3 Itinerários Culturais

O conceito de itinerário cultural, estabelecido através da Carta de Itinerários Culturais (2008) é definido como

> "*uma via de comunicação terrestre, aquática, mista ou outra, determinada materialmente, com uma dinâmica e funções históricas próprias ao serviço dum objecto determinado. O itinerário cultural deve também reunir algumas condições:*
>
> *a) Ser o resultado e o reflexo de movimentos interactivos de pessoas e de trocas pluridimensionais contínuos e recíprocos dos bens, das ideias, dos conhecimentos e dos valores sobre os períodos significativos entre povos, países ou regiões ou continentes;*
>
> *b) Ter gerado uma fecundação mútua, no espaço e no tempo, das culturas implicadas, que se manifeste tanto no seu património tangível como intangível;*
>
> *c) Ter integrado, num sistema dinâmico as relações históricas e os bens culturais associados à sua existência".*[60]

Este documento refere ainda que a sua implementação deverá "*apoiar-se necessariamente sobre os elementos patrimoniais tangíveis que constituem os testemunhos e a confirmação física da sua existência*"[61]. Os itinerários culturais representam processos evolutivos, interactivos e dinâmicos das relações humanas, realçando a rica diversidade das contribuições dos diferentes povos para o património cultural, permitindo uma concepção contemporânea dos valores do património para a sociedade, enquanto recurso para um desenvolvimento social e económico durável.

Estes percursos reconhecem e valorizam o restante património, que ele seja constituído por monumentos, sítios, paisagens culturais, etc., favorecendo não só a compreensão e a comunicação entre povos, mas também a cooperação para a conservação do património.

> "*O conceito de Itinerário Cultural revela-nos o conteúdo patrimonial do fenómeno específico de mobilidade e de trocas humanas que se desenvolveu através das vias de comunicação que facilitaram a sua expansão e que foram utilizadas ou deliberadamente postas ao serviço dum objectivo concreto e determinado. Pode tratar-*

[60] ICOMOS. **Carta de Itinerários Culturais**. 2008

[61] Idem

> *se de um caminho que foi traçado expressamente para atingir esse fim ou de uma via que utilizou, inteiramente ou em parte, caminhos já existentes e que serviram diversos fins. Mas, além da sua função como via de comunicação ou de transporte, a sua existência e o seu sentido enquanto Itinerário Cultural propriamente dito explica-se unicamente pela sua utilização histórica com um fim concreto e determinado e por ter favorecido a criação dos elementos patrimoniais associados a esse fim e que, sendo o resultado da sua própria e singular dinâmica, reflectem a existência de influências recíprocas entre grupos culturais diversos durante um longo período da história*".[62]

Os itinerários culturais não são simples vias históricas de comunicação que possuem elementos patrimoniais ou que servem como ligação entre si, mas constituem sim o resultado de um longo processo evolutivo, no qual intervieram diferentes factores humanos, com um objectivo específico e comum.

4.4 Conclusão

Os corredores verdes, enquanto percursos pedestres são estruturas que correspondem a espaços de utilidade pública, de acesso livre ou condicionado, onde a vegetação tem um papel predominante, estabelecendo uma rede maioritariamente linear, de grande qualidade ambiental, visual e cultural. Quando o planeamento destes corredores é feito de forma correcta, é possível a coexistência de várias actividades em simultâneo sem a existência de conflitos entre as mesmas, contribuindo para a valorização da paisagem através da criação de redes de circulação pedonal com qualidade visual e ambiental.

Face ao fenómeno de globalização da paisagem e à percepção de que os problemas que se reflectem na paisagem são cada vez mais globais do que locais, as estratégias de intervenção, nesta grande casa que é o Globo, passa também pelos pormenores. Assim, com a consciência de que a poluição atmosférica e a utilização de energias fósseis deverão ser reduzidas, observa-se uma maior relevância nos temas de mobilidade saudável e das alternativas não poluentes para o transporte e deslocação das populações no território, pelo que, aquando da definição e planeamento das redes de percursos culturais, deverão não só ser tidas em conta a salvaguarda de áreas sensíveis e protegidas, mas também os valores de sustentabilidade, incentivando as populações aos passeios a pé, de bicicleta ou a cavalo, em detrimento da utilização de veículos motorizados

Com vista à regeneração dos percursos existentes e ao ser estabelecida uma rede de percursos, não podemos ignorar que essa estrutura irá sobrepor-se às estruturas pré-existentes, pelo que é fundamental um planeamento adequado das intervenções a realizar, de modo a garantir a sustentabilidade da paisagem e manutenção dos recursos naturais e culturais existentes.

[62] Idem

A salvaguarda e a protecção, ao nível internacional, dos itinerários culturais representa não só um símbolo de união entre os povos e as culturas, mas permitem a protecção de manifestações culturais originais, partilhadas ao longo dos tempos. O território natural e cultural, envolvente ao itinerário cultural, confere-lhe uma identidade própria, sendo que a salvaguarda de todos os elementos naturais e culturais é essencial para a sua compreensão, a sua conservação e o seu usufruto.

5. METODOLOGIAS DE ANÁLISE E PLANEAMENTO DE PERCURSOS/CORREDORES VERDES

"Toda a intervenção do homem fora dos moldes tradicionais só criará beleza superior se der origem a um equilíbrio melhor na natureza. É, pois claro que não serão os conceitos de estética abstracta que nos devem conduzir neste campo, mas sim o estudo das funções naturais, físicas, biológicas, sociais e históricas."

CALDEIRA-CABRAL, F. (1993)

A distribuição dos recursos culturais e históricos na paisagem é feita, geralmente, em função de padrões de distribuição, em concorrência com os corredores ecológicos e as oportunidades recreativas. O planeamento de percursos tem estado essencialmente associado à avaliação de áreas com um valor especial em termos de recursos, sendo que na maioria das vezes são usados métodos que se baseiam nas abordagens paramétricas de avaliação e na análise paisagística (RIBEIRO, 2000).

Até aos anos 60, foi dado maior ênfase aos recursos naturais e ecológicos. O interesse pelo planeamento da paisagem aumentou, desde então, sob a influência do movimento ambientalista que alertou para as mudanças que o uso humano do solo provoca nos sistemas naturais. Apesar do trabalho desenvolvido, no âmbito da Arquitectura Paisagista, o qual evidenciou a importância do Homem na análise da paisagem, é apenas a partir dos anos 80 que se verifica a inclusão de factores culturais no planeamento. Até a essa data, a avaliação dos elementos culturais da paisagem estava, essencialmente, associada a métodos de identificação e de avaliação de elementos visuais.

Os profissionais responsáveis pelo planeamento da paisagem defendem que este deve não só incluir questões referentes à conservação dos recursos naturais, evitando áreas de risco para o desenvolvimento e dirigindo a actividade humana para locais mais apropriados, com vista a garantir o equilíbrio ecológico da paisagem. O planeamento deve, também,

incorporar e considerar o conhecimento científico e social, bem como os valores culturais e artísticos.

Torna-se, deste modo, fundamental perceber como é que as metodologias de análise e planeamento da paisagem podem ser utilizadas no âmbito do planeamento de percursos, pelo que, uma abordagem à evolução dos métodos de planeamento e de análise da paisagem, é fundamental.

Embora existam diversas metodologias para a análise da paisagem, essas deverão ter em linha de conta vários aspectos tais como a identificação de recursos histórico-culturais, de recursos ecológicos, de recursos geológicos e o diagnóstico da qualidade da paisagem, uma vez que estes parâmetros são fundamentais para a definição do tipo e função do percurso a implementar. Deste modo, é necessária a compreensão de cada um dos factores individualmente, bem como do todo, de forma a garantir que a intervenção que se pretende realizar vise sempre a preservação, a salvaguarda do território e a identidade cultural local.

Face às várias metodologias existentes e tendo em conta o objecto central desta dissertação, deverá ser definida uma metodologia de implantação de percursos interpretativos de carácter histórico-cultural, com vista à adaptação da mesma ao caso prático.

5.1 Abordagem paisagística e paramétrica na avaliação da paisagem

5.1.1 Abordagem paisagistica

Os procedimentos utilizados nos anos 60 foram caracterizados por Mabbutt como uma abordagem paisagística, a qual consistia na compilação de vários tipos de dados de recursos ambientais, sendo que, no âmbito do planeamento, eram avaliadas áreas com características semelhantes (FABOS, 1979).

Deste modo, no modernismo, o planeamento com base nas características da paisagem foi frequentemente baseado no chamado método de McHarg (fig 21). Trata-se de uma abordagem paisagística que surgiu com a evolução do conhecimento técnico-cientifico e que consiste na atribuição de usos ao território, consoante a sua aptidão. Cada atributo ou factor considerado importante é cartografado e classificado em relação à vocação/restrição para o uso, em diferentes tons de cinzento. Este método de

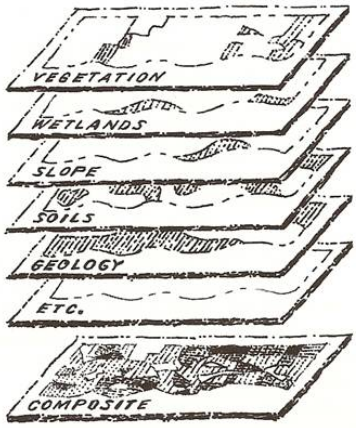


Figura 21 – Tal como proposto por McHarg, a sobreposição de vários mapas, representando características ambientais, dá origem a um mapa complexo, sendo que este método foi muito usado para determinar as localizações apropriadas para os diferentes usos do solo.
HELLMUND Paul C& SMITH, Daniel S.. 2006. p.31

planeamento ecológico moderno estabelece prioridades para o desenvolvimento ou não desenvolvimento, com base em processos naturais (LITTLE, 1990).

Ian McHarg defende, no seu livro *Design with Nature* (1969), que os procedimentos de avaliação devem ter por base a análise da paisagem e que esta deve ser conduzida de acordo com uma sequência cronológica baseada na sua própria evolução: primeiro as grandes formações geológicas, seguindo-se os processos climáticos que estabilizam a fisiografia e a distribuição de solos, posteriormente surgem as comunidades vegetais e animais num processo de adaptação contínuo e por fim os padrões humanos instalam-se e alteram os padrões naturais (McHARG, 2000). Este processo considera os recursos histórico-culturais como parte integrante da paisagem, mas principalmente, como representantes de adaptações de sucesso do homem à paisagem (RIBEIRO, 1998).

A sobreposição das cartas dos vários atributos, com a identificação de áreas com impacte sobre ou impacte por processos naturais, produz a carta final com uma gradação de tons cinza, a qual representa o grau de aptidão do território para o uso em análise. Este mapa final permite, então, ser usado como base para a formulação de alternativas sólidas de planeamento paisagístico (FABOS, 1979).

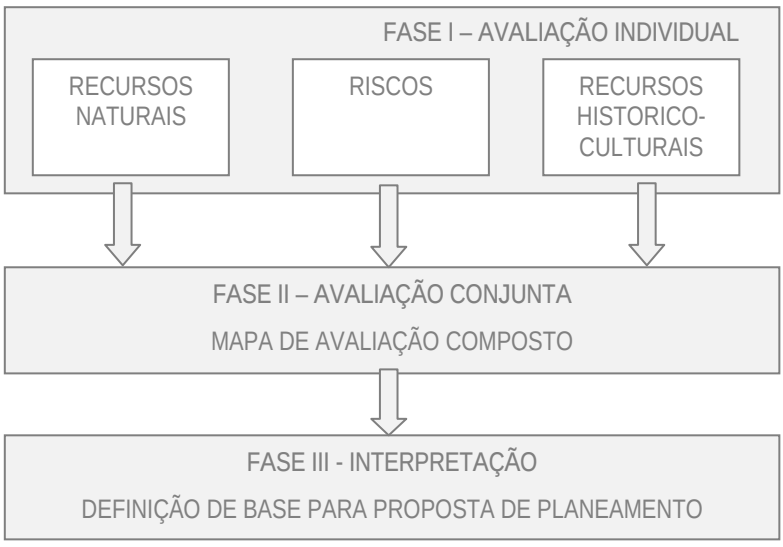


Figura 22 – Esquema do método de McHarg

Como exemplo deste método de planeamento, na década de 60 e devido a uma preocupação com o crescimento rápido e o desordenado da ilha de Nantucket, um grupo de especialistas, tais como ecologistas, biologistas e arquitectos paisagistas, juntaram-se para inventariar e interpretar os recursos paisagísticos da ilha, os quais foram registados em vários mapas. Estes foram agrupados em três categorias utilizando uma abordagem paisagística. A primeira categoria reunia e registava os principais recursos vegetativos da vida selvagem, a segunda incluía as áreas de recursos e áreas de risco com importância para garantir a

preservação e protecção da área em análise, e a terceira categoria identificava as paisagens com grande qualidade visual e as áreas de vistas cénicas. A combinação das três categorias num só mapa permitiu estabelecer recomendações para a preservação e protecção da paisagem, com vista ao controlo do desenvolvimento.

Figura 23 - Ilustração do processo desenvolvido para determinação das recomendações para o planeamento da ilha de Nantucket, baseado em FABOS (1979)

O método desenvolvido por McHarg foi, também, utilizado na elaboração do planeamento de Woodlands. Este projecto teve por base o inventário ecológico de adaptabilidade do solo, o qual foi desenvolvido por uma equipa de urbanistas, arquitectos paisagistas, ecologistas e geologistas. Woodlands notabilizou-se pelo seu sucesso ambiental e económico e pela utilização da interdisciplinaridade, quer ao nível do planeamento, quer da equipa projectista, tornando-se num local muito procurado para habitar.

Deste modo, surge em 1969, nos Estados Unidos, o Nacional Environment Policy Act, o qual define os processos de planeamento e estabelece critérios para a sua eficácia, os quais dão ênfase a aspectos analíticos do planeamento em detrimento dos aspectos intuitivos que dominaram esta actividade durante muito tempo (HELLMUND, 2006).

Apesar dos resultados obtidos, existem, actualmente, correntes críticas desse método, nomeadamente Marc Treib (1999) que acusa McHarg de ter uma atitude dogmática e ecofundamentalista, chamando a atenção para o facto do factor tempo ser determinante para a análise.

5.1.2 Abordagem paramétrica

Segundo Mabbutt a abordagem paramétrica evita a subjectividade do método paisagístico, uma vez que sendo uma análise quantitativa permite estabelecer comparações e fornecer uma maior consistência nos projectos de avaliação do território (FABOS, 1979).

Para além de ser mais clara e quantitativa, a abordagem paramétrica permite que os valores dos vários atributos sejam ponderados, de modo diferenciado, justificando o seu significado relativo em termos económicos, sociais, políticos e profissionais (FABOS, 1979).

Philip Lewis foi um defensor deste tipo de abordagem para a avaliação da paisagem. "*Com Philip Lewis podemos encontrar uma abordagem mais eclética na determinação dos valores públicos de um potencial corredor verde*."[63] Lewis é essencialmente o defensor do conceito de corredor ambiental, isto é, dos corredores que se situam tipicamente ao longo de linhas de água e em áreas de topografia mais pronunciada. Para determinar a localização exacta e o respectivo valor paisagístico de um corredor ambiental, Lewis criou um método de análise paisagística envolvendo cerca de 220 valores ambientais, associando um símbolo a cada um, o qual é colocado num mapa base da região a estudar.

Deste modo, no seu projecto para o corredor ambiental de Wisconsin, ele procedeu ao levantamento e à cartografia de áreas de interesse histórico e cultural, incluindo a percepção da população local e avaliou-os segundo critérios de distribuição espacial e de co-ocorrência com os recursos naturais e de recreio. Com a utilização desta técnica, Lewis identifica os corredores que estão na base do planeamento de percursos e da preservação da rede de corredores já existentes.

Como exemplo da aplicação do seu método temos a proposta para Midwest, onde os símbolos representam valores dos recursos naturais da água e dos recursos criados pelo homem, designadamente, quedas de água e reservatórios; vários tipos de solos húmidos; valores topográficos, tais como restos de glaciares excepcionais; vegetação significativa; recursos históricos e culturais, tais como minas, museus de arte, etc.; características arqueológicas; vida selvagem e caça e uma última categoria denominada "a qualidade visual do espaço", a qual permite registar os atributos estéticos excepcionais. (LITTLE, 1990)

Segundo Little, o método aplicado por Lewis é compatível com o método de McHarg. Ambos os métodos baseiam-se na sobreposição de mapas, cada um deles representando uma categoria diferente do recurso natural, tal como a hidrologia, geologia e vegetação, sendo que para cada um desses factores é determinada a sensibilidade dos mesmos aos impactos do desenvolvimento, e esta é definida através da análise e inventário ecológico.

Por sua vez, Lyle (1985) defende a aplicação de modelos que dividem a paisagem nos seus constituintes essenciais, de modo a facilitar o seu estudo. A este tipo de avaliação dá-se o nome de Análise Fragmentada, sendo que esta permite efectuar a análise dos vários parâmetros que caracterizam a paisagem, podendo ser utilizada a uma pequena escala.

[63] LITTLE, C.1990. p.22

Segundo este autor, existem dois métodos distintos para efectuar a análise da paisagem, designadamente:

- Com base em factores considerados importantes para a determinação de um padrão e/ou limitação – *Método de Análise Paramétrica*;

- Com base na classificação das unidades de paisagem do território – Método de Hills;

O *Método de Hills* consiste na caracterização geral do terreno, sendo este método apenas aplicável a análises paisagísticas de pequena escala, uma vez que as unidades em que se divide o terreno nem sempre são homogéneas no que se refere aos aspectos a estudar. Na utilização desta metodologia, a grande escala, existe o risco de serem feitas generalizações dos pormenores importantes.

5.1.3 METLAND – Metroplolitan Landscape Planning Model

Vários métodos de planeamento da paisagem foram desenvolvidos na década de 70 do século XX, baseando-se na abordagem paramétrica já definida. O modelo METLAND (Metropolitan Landscape Planning Model) é um modelo de organização conceptual do processo de planeamento paramétrico da paisagem, o qual foi criado pela equipa de pesquisa da Universidade de Massachusetts. Conforme se pode constatar na figura 24, este modelo de planeamento consiste em três fases, designadamente a análise, a avaliação e a implementação.

Enquanto nos anos 60 as abordagens paisagísticas apenas identificavam os valores da paisagem e os riscos potenciais, a análise quantitativa e paramétrica permite conciliar valores económicos, políticos e sociais, sendo responsável por uma variedade de valores diferenciais para exprimir o valor de uma dada perspectiva (Fabos, 1977). Assim, o METLAND "*representa um passo crucial na evolução do planeamento da paisagem, por integrar o conhecimento científico no processo de tomada de decisão*"[64].

A primeira fase de análise destina-se a abordar a paisagem e os valores ecológicos, consistindo em quatro componentes principais, que correspondem a quatro categorias, nomeadamente recursos, riscos, aptidão para o desenvolvimento e sustentabilidade ecológica, dentro das quais se incluem vários procedimentos de análise das mesmas (FABOS, 1977). Os recursos especiais e as componentes de risco fornecem valores que influenciam a restrição do desenvolvimento, enquanto a aptidão para o desenvolvimento evidencia áreas ideais para o desenvolvimento. Quando estes valores, em separado ocupam

[64] RIBEIRO, 1998, p.54

diferentes unidades de terra numa comunidade ou região, não se verificam quaisquer conflitos, no entanto, estes valores encontram-se, frequentemente, numa mesma área, conduzindo à existência de conflitos.

Na segunda fase são formulados os planos e os cenários alternativos, permitindo obter uma gama de hipóteses, e na terceira fase são definidos quais os efeitos dos planos alternativos.

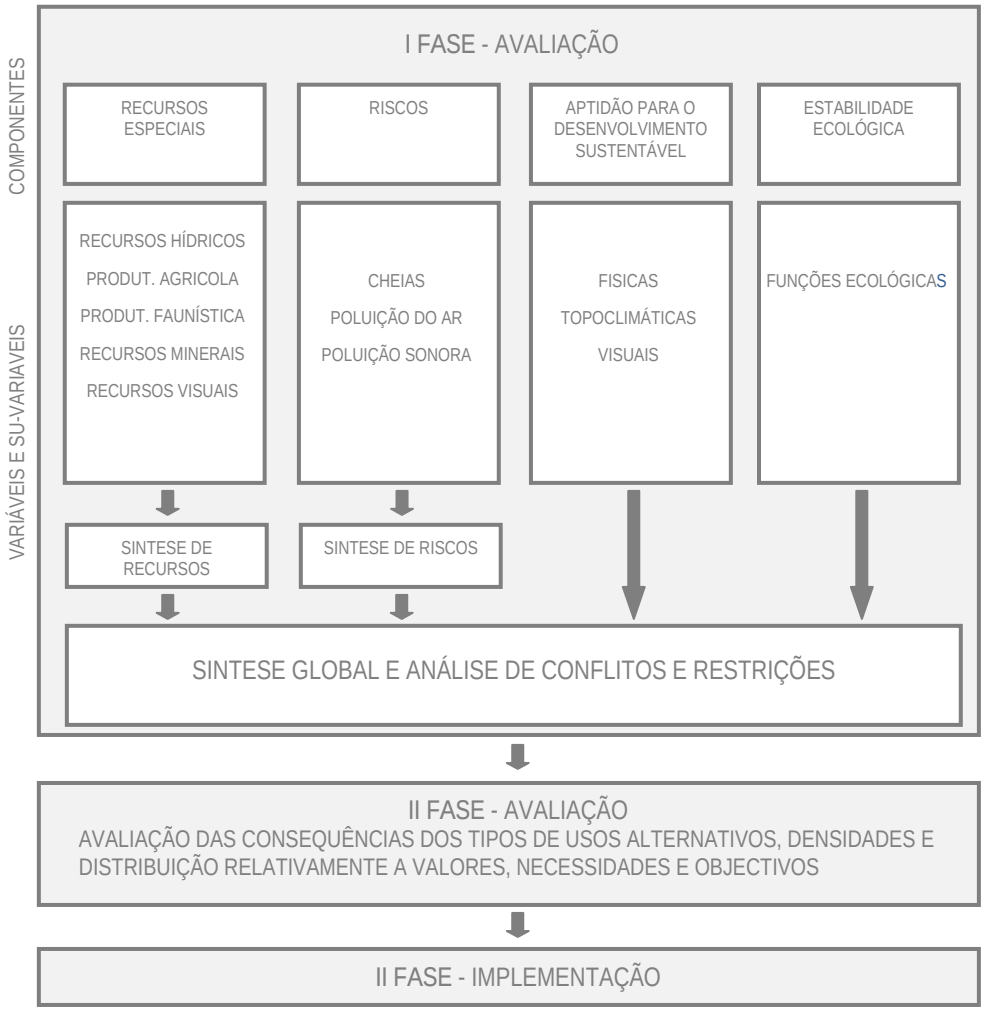


Figura 24 – Estrutura conceptual do processo de planeamento da paisagem: METLAND – METROPOLITAN LANDSCAPE PLANNING MODEL. Baseado em FABOS, 1979

Neste modelo, os recursos culturais continuam a ser avaliados como recursos visuais, nos quais foram distinguidos dois grupos: os recursos de valor excepcional, que devem ser protegidos do desenvolvimento, e os recursos que, embora atractivos, não são considerados significantes para a preservação. Estes últimos determinam as oportunidades para o desenvolvimento (FABOS and CASWELL, 1970; RIBEIRO, 1998).

Contudo, para que a análise e diagnóstico de uma paisagem sejam completos, deverão ser abrangidos todos os aspectos que de alguma maneira condicionam o modo de utilização do

solo. Assim e face ao tema central da presente dissertação, é necessário efectuar uma adequada avaliação dos recursos histórico-culturais.

5.2 Avaliação dos valores histórico-culturais da paisagem

Com a evolução do método de planeamento da paisagem e a influência dos movimentos ambientalistas de preservação e salvaguarda dos recursos históricos, Ribeiro (1998) refere que *"a avaliação da paisagem começa a considerar os factores culturais com maior detalhe, surgindo diferentes abordagens em termos de valor histórico (Melnick, 1983); em termos de valor político e percepção (Garnham, 1985; Steiner, 1991); baseada no uso humano dos recursos e, consequentemente, no seu valor ecológico (Lyle, 1985; Naveh, 1995)"*[65].

A maioria das técnicas de análise desenvolvidas, até aos anos 80, abordam duas variáveis importantes, designadamente a complexidade da paisagem e a compatibilidade visual e cultural. Muitos pesquisadores defendem que paisagens mais complexas são simultaneamente mais agradáveis e mais interessantes para as pessoas. O valor da complexidade da paisagem pode ser avaliado numa perspectiva visual, medindo o contraste visual, entre os elementos que constituem a paisagem e a diversidade, em termos da quantidade dos diferentes usos do solo numa determinada área. Assim, zonas que possuam um elevado contraste visual e diversidade ou que tenham valores culturais únicos são consideradas áreas de alta qualidade visual (FABOS, 1979).

Ao analisar a paisagem é fácil constatar que os valores culturais e históricos estão interligados com os corredores verdes, uma vez que estão muitas vezes associados a recursos ecológicos (como por exemplo, muitos elementos de valor cultural e histórico encontram-se ao longo dos rios e linhas de água, os quais foram, durante mais de 1000 anos, importantes vias de transporte), a recursos visuais (permitindo uma melhor percepção da paisagem) e a recursos estéticos. Assim, como defendem Fabos e Lyle, os valores culturais e históricos são a base para uma estratégia de planeamento de conservação da paisagem, a partir da conservação e preservação do património histórico, cultural e, consequentemente, natural (RIBEIRO, 1998).

A avaliação dos factores históricos da paisagem tem sido efectuada com base em métodos analíticos para a elaboração de análises objectivas e sistemáticas do seu carácter histórico e cultural, com base nos critérios de significância histórica, integridade histórica e propriedade do limite. *"Estes critérios são determinados pela presença de elementos tangíveis de paisagem e pelo processo natural que moldou* (McClelland et al., 1991)"[66]

[65] RIBEIRO, 1998.p.55
[66] Idem, p.55

Critério	Descrição
Significância	Relação entre período e acontecimentos históricos e o contexto da comunidade em que se inserem.
Integridade	Aspectos físicos que dão significado ao lugar no modo como se reflectem a organização espacial, as componentes físicas e as associações históricas.
Padrões de distribuição	Todos os aspectos que podem ser considerados como recursos históricos e que são a base das características dessa paisagem histórica.

Tabela 5 – Critérios de Avaliação dos valores histórico-culturais de paisagem (baseado em RIBEIRO, 1998)

De acordo com a Carta de Burra (1979), o significado cultural é sinónimo de "*valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, actuais ou futuras*"[67], sendo que este pode ser alterado em consequência da continuidade da história do sítio.

A avaliação dos critérios referidos na tabela 6 permite a compreensão do carácter e da identidade da paisagem em análise, bem como perceber o modo como a comunidade local se relaciona com a paisagem e quais as consequências das suas acções sobre a mesma. Esta avaliação possibilita perceber a importância dos valores histórico-culturais e a sua contribuição para um desenvolvimento sustentável da paisagem, e, consequentemente, para a manutenção do balanço ecológico e para a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

Existem duas perspectivas através das quais a componente cultural pode ser vista no processo de planeamento da paisagem, primeiro incluindo actividades humanas como parte dos ecossistemas e segundo chamando a sociedade à participação directa de forma a integrar os seus valores e a sua percepção no processo de planeamento da paisagem, sendo que ambos estes aspectos podem ser visíveis no trabalho desenvolvido por Lyle e Steiner.

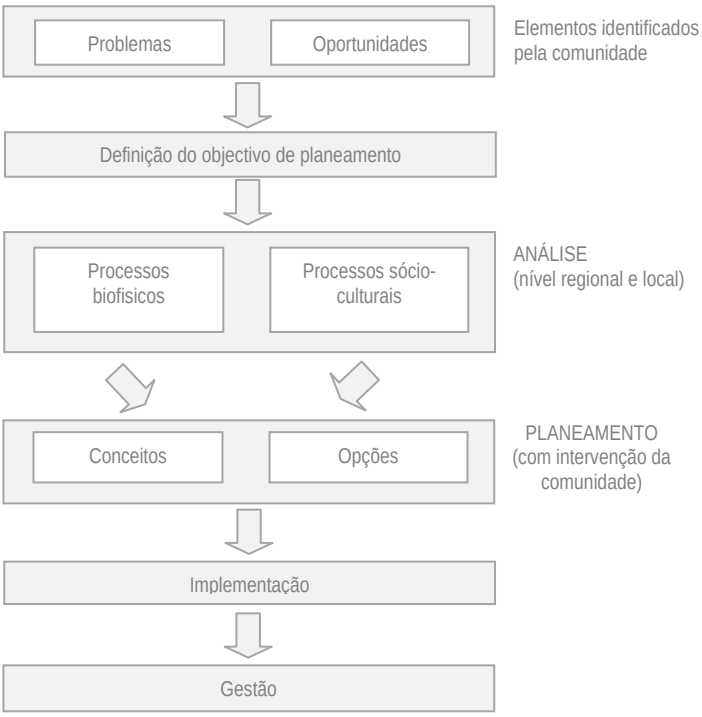


Figura 25 - Esquema da metodologia utilizada por Steiner para o planeamento da paisagem

Steiner elabora um método, com base nos procedimentos de McHarg e Fabos, que visa compreender a actuação do Homem na natureza, integrando a componente

[67] Ponto 2 do artigo 1º da Carta de Burra. 1979

ecológica, cultural e histórica, com "*uma forte participação da população, incluindo a elaboração de estudos sociais e económicos, enfatizando a unicidade e a identidade de cada comunidade e lugar*"[68]. Este método visa promover o desenvolvimento numa perspectiva de sustentabilidade, com base numa actuação conjunta do Homem para o Homem, salvaguardando os recursos naturais. A análise dos factores sócio-culturais é fundamental para compreender a interacção entre o Homem, a paisagem e os sistemas dos quais dependem a qualidade da paisagem, bem como para estabelecer a delimitação de uma rede de corredores verdes (RIBEIRO, 1998:61).

Sendo a intervenção do Homem na paisagem, inevitável, é necessário definir estratégias para assegurar que a mesma seja minimizada. Este pressuposto não é fácil de cumprir, pois garantir, numa paisagem humanizada, funções ecológicas, como a continuidade e manutenção de ecossistemas, não é tarefa fácil, sobretudo porque existem já valores culturais e sociais extremamente enraizados no Homem. (NASSAUER, 1997)

A paisagem assume diversas perspectivas dependendo do ângulo pela qual é observada e do observador. Deste modo, as características intrínsecas da paisagem e toda a sua dinâmica incluem-se nas funções ecológicas, as quais estão directamente relacionadas com a dinâmica da paisagem, variando de forma cíclica desde que não haja intervenção humana, ou pelo menos que esta seja mínima. A paisagem contém, em si mesma, propriedades intrínsecas responsáveis pela sua estabilidade e equilíbrio, as quais são perturbadas pela intervenção do homem. Quanto mais subtil for a intervenção humana e quanto mais esta "caminhar de mãos dadas" com as funções ecológicas, mais sustentável será a paisagem.

As intervenções humanas estão directamente relacionadas com as funções culturais da paisagem, as quais dependem do pensamento humano, variando no tempo e no espaço. As funções culturais estão incutidas na paisagem que o Homem constrói e dependem dos factores sociais, económicos e estéticos vigentes na altura considerada, bem como do local em análise.

Joan Nassauer[69] considera de extrema importância a definição das funções ecológicas e culturais da paisagem, de modo a serem aplicadas estratégias de planeamento, com vista a um adequado desenho sustentável da paisagem. Concomitantemente com as funções

[68] RIBEIRO, 1998. p58

[69] Joan Iverson Nassauer é uma Arquitecta Paisagista, da Universidade de Michigan, que se especializou em Ecologia da Paisagem e desenho de paisagens estabelecidas. Foi presidente da Sociedade Internacional de Ecologia da Paisagem. Ajudou a construir planos e desenhos federais e governamentais com o intuito de melhorar a saúde da paisagem ecológica.

culturais surgem dois conceitos subjectivos, que dependem do sujeito observador, designadamente a estética[70] e a beleza[71].

A construção de uma paisagem cultural surge em resultado de uma aproximação do Homem à natureza, originada pela apreciação do Homem pela natureza. Contudo, algumas das intervenções realizadas pelo Homem, na natureza, colidem com as funções ecológicas desta, uma vez que a estética da paisagem cénica não protege necessariamente a função ecológica da natureza, apesar de a tentar copiar (NASSAUER, 1997).

Para que uma paisagem seja sustentável, ela tem de ser cultural e ecologicamente sustentável, pelo que não podem apenas ser consideradas as preocupações ecológicas, as quais garantem o funcionamento equilibrado da paisagem, mas também há que considerar os valores culturais do ser humano, que têm de ser harmoniosamente incluídos no seu desenho.

Deste modo, a intervenção na paisagem tem que assegurar o equilíbrio entre as características naturais e culturais, uma vez que essas acções poderão conduzir, ao longo do tempo, à descaracterização da paisagem e consequente perda de identidade, pelo que, aquando da elaboração de uma proposta de intervenção é necessário:

- Identificar paisagens históricas e culturais que demonstrem uma relação contínua entre as sociedades humanas e a natureza.

- Identificar paisagens históricas e culturais que sejam exemplo de uma relação sustentável entre actividades humanas e natureza.

- Perceber a relação entre a evolução do modo de utilização do território e as características naturais da paisagem.

- Perceber a paisagem histórica e cultural como recurso para atrair desenvolvimento residencial, turismo ou outras actividades.

Assim, a conservação da qualidade da paisagem só é possível com uma estratégia de planeamento que vise a manutenção e salvaguarda da sustentabilidade ecológica, do valor

[70] Etimologicamente, estética significa "*doutrina do conhecimento sensível*" que pode opor-se a noética, ou "*doutrina do conhecimento intelectual, sobre a base da antítese, já fixada pelos Gregos, entre o mundo dos sensíveis e o dos inteligíveis; mas o seu significado normal é hoje o de "doutrina de arte*", desde o tempo de Baumgarten, que no século XVIII, lhe deu tal sentido, graças à identificação do problema da arte com o do conhecimento sensível, ou intuitivo. Isto, sem embargo de, algum tempo ainda depois de Baumgartem, se atribuir ao termo o seu significado originário, como fez, Kant, o qual deu o nome de estética à doutrina da sensibilidade na sua *Crítica da Razão Pura*.

[71] *"De um modo geral chamamos beleza (natural ou artística) à expressão estética das ideias; a diferença é que no caso do belo das artes a ideia estética deve ser motivada pelo conceito do objecto, enquanto que no caso do belo da natureza, uma mera reflexão relativa a uma dada intuição sem qualquer conceito sobre o que é que o objecto é suposto ser, é suficiente para despertar e comunicar a ideia de que o objecto é a expressão."* KANT,I. ,**Critica da Faculdade do Juízo**

estético e da identidade cultural da paisagem. Neste sentido quando a paisagem é baseada na percepção de recursos históricos/culturais e naturais/ecológicos, existe uma forte relação entre a cultura e a natureza, pelo que numa paisagem ecologicamente sustentável, visualmente atractiva e culturalmente receptiva, a sua qualidade é elevada.

5.3 Metodologia proposta para a elaboração de percursos

Para promover a intervenção na paisagem é necessário um conhecimento profundo dos seus recursos, das suas aptidões, das suas limitações, dos seus constrangimentos. A elaboração de uma análise paisagística, no âmbito dos percursos interpretativos de carácter essencialmente cultural, está relacionada com dois aspectos fundamentais:

- Necessidade de um conhecimento da paisagem onde o percurso ou a rede de percursos se integram, de modo a que sejam tomadas as decisões mais adequadas, quer do ponto de vista da capacidade de carga, quer da localização e concentração dos aspectos e elementos a divulgar na região;
- Necessidade de um adequado conhecimento da área a intervencionar, com base num conteúdo interpretativo e informativo ajustado, de modo a que o percurso possa abranger um maior número de vertentes de interesse. (FLINK, 1993)

A recolha de dados para a elaboração da análise das componentes da paisagem implica o trabalho de uma equipa multidisciplinar, sendo, por conseguinte, necessário articular os estudos dos especialistas das matérias abordadas. A elaboração de uma análise exaustiva de todos os elementos que compõem a paisagem, além de ser uma solução complexa, que decorre durante um maior período de tempo, podendo existir variações dos factores ao longo do período de análise, representa, também, um maior custo económico. Este tipo de análise nem sempre é uma solução prática, uma vez que se trata de um trabalho extenso e complexo.

As características da área a intervencionar condicionam o tipo e a definição dos percursos a implementar, daí que seja fundamental definir desde logo os objectivos dos percursos em função dos atributos que os mesmos apresentam, com vista a efectuar as análises e as recolhas necessárias, de modo a serem analisadas por cada uma das especialidades, dentro do período de tempo previsto.

A elaboração de análises a várias escalas poderá ser relevante, pois no caso da área inicial ser muito extensa, permite-nos, à partida, diminuir as zonas de menor interesse, quer pela existência de reduzida aptidão, quer pela escassez de recursos significativos ou pela existência de muitas condicionantes.

A escala da paisagem é um conceito que não tem uma definição uniforme. Joan Nassauer define escala como sendo "*o tamanho em proporção a uma medida conhecida*".[72] Na ecologia da paisagem, quando falamos de escala, esta está relacionada com os fluxos de energia e de matéria e com a diversidade das espécies num ecossistema heterogéneo. Ao definirmos a escala de análise, temos de ter em conta o organismo que utiliza a paisagem e/ou os processos que nela decorrem, uma vez que os processos e parâmetros que são importantes a uma escala, podem não o ser a outra.

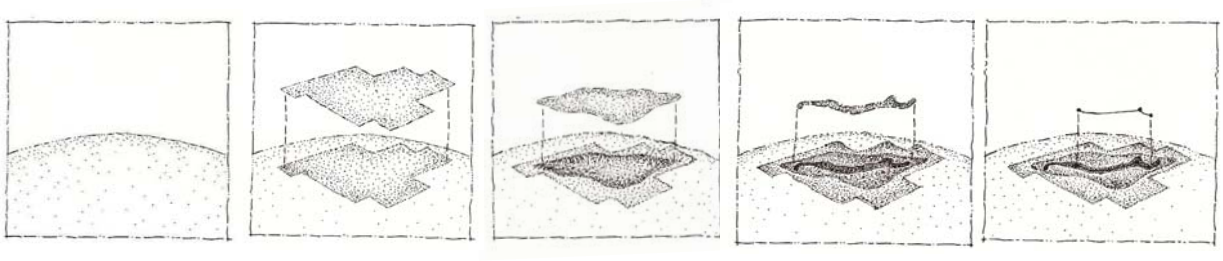
Na perspectiva humana, a escala da paisagem é uma questão cultural, visto que depende dos valores e sentimentos do ser humano, pois este valoriza aquilo que consegue observar, donde podemos concluir que o homem gere a paisagem que lhe é perceptível, sendo esta percepção dependente da escala.

Numa paisagem, para que as funções ecológicas sejam atingidas é necessário igualar a escala da paisagem à escala cultural (NASSAUER, 1997). Assim, a forma como as pessoas vêm a paisagem, o que preferem e no que acreditam, passa a ser a aparência ecologicamente apropriada (correcta) da paisagem. O que devemos, então, pôr em prática é uma forma que permita associar todas as parcelas individuais assentes em valores culturais e criar uma rede conectada de ecossistemas com biodiversidade, com o intuito de obtermos uma paisagem cultural e ecologicamente sustentável.

Sendo que a evolução do Homem ocorreu simultaneamente com a evolução dos valores culturais, não se sabe se são os valores culturais que dependem do Homem, se é o crescimento do Homem, enquanto pessoa, que depende dos valores culturais (NASSAUER, 1997). Cultura é uma palavra inevitavelmente associada ao ser humano, existe através da sua existência, e esta faz do Homem um ser único e varia não só no tempo mas também no espaço, pelo que os valores culturais não são fixos e imutáveis, mas flexíveis e variáveis.

Para se efectuar a implantação de uma rede de percursos, associados a valores histórico-culturais, a metodologia a utilizar não difere muito das metodologias gerais de planeamento da paisagem, devendo ter-se em consideração as várias componentes da paisagem. Contudo, para a definição de um percurso há aspectos determinantes na localização e definição do tipo ideal de percurso a instalar, em termos de forma, estrutura e tipo de utilização, designadamente a aptidão da área e o objecto do percurso. Assim, deverão ser tidos em linha de conta aspectos, tais como recursos histórico-culturais, geológicos, ecológicos, a qualidade cénica da paisagem, a capacidade de carga e o valor económico, entre outros, isto é, o processo a utilizar deve assentar numa correcta análise paisagística da área em estudo, de modo a garantir que sejam tomadas as decisões que salvaguardem a sustentabilidade da paisagem.

[72] NASSAUER, J. 1997.p.73



Fase 1 –observar a área a intervencionar.	Fase 2 – definir os objectivos, com vista a identificar a área a estudar	Fase 3 – seleccionar nós e zonas adjacentes	Fase 4- identificar alinhamentos alternativos e estabelecer zonas de protecção	Fase 5 – implementação e gestão

Figura 26 - Esquema da metodologia adoptada por Hellmund, P. e Smith, D. para a definição e planeamento de corredores verdes (HELLMUND Paul C& SMITH, Daniel S. 2006.)

Deste modo, para a implantação de percursos culturais, a metodologia que se propõe é baseada nos métodos de planeamento e elaboração de projectos de percursos de alguns especialistas, entre os quais Charles Flink (1993).

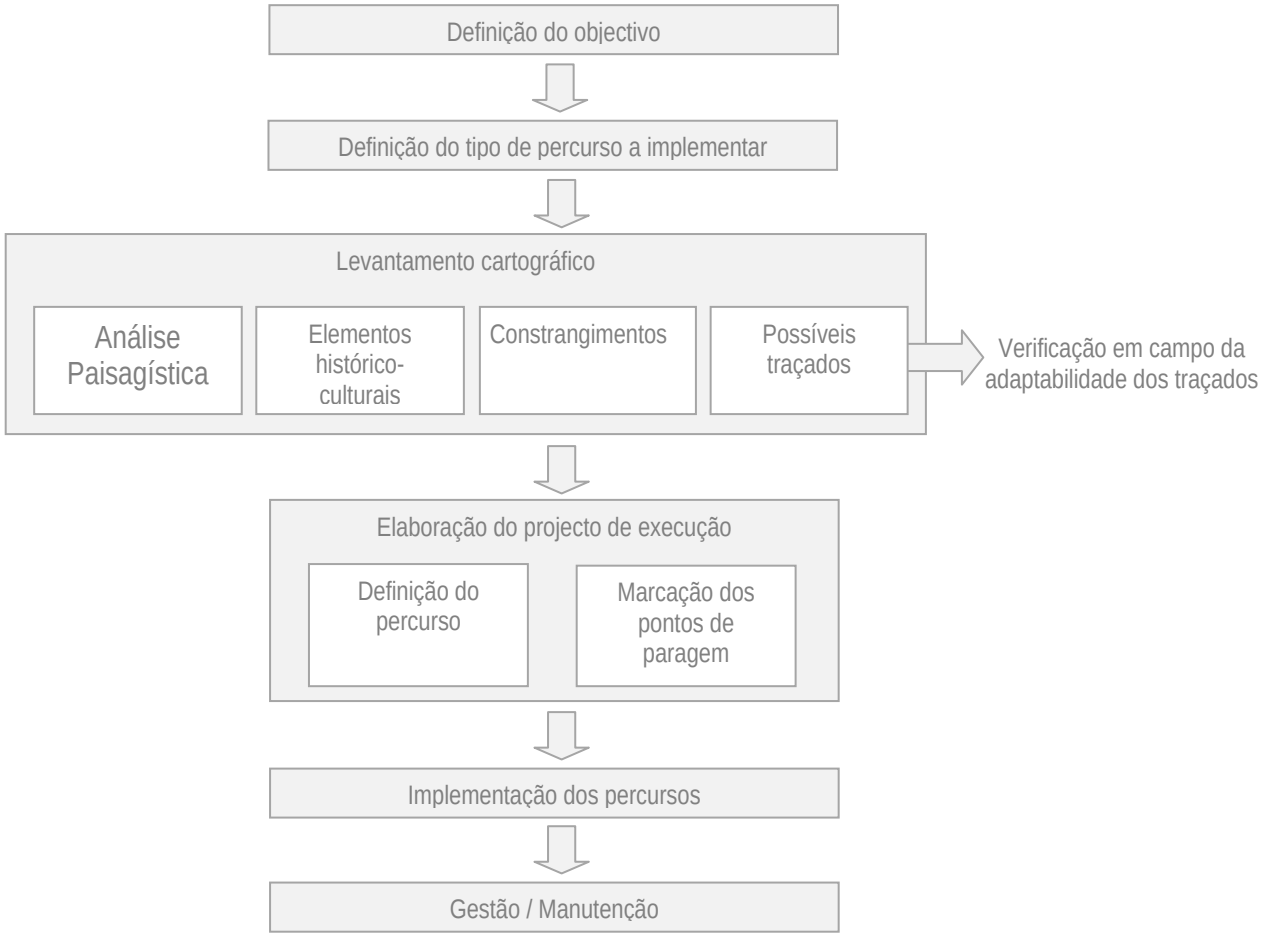


Figura 27 – Esquema da metodologia a aplicar na implementação de percursos

Como ponto de partida é necessário definir o objectivo do projecto, designadamente:

- Quais os objectos que se querem interpretar;
- Qual o público-alvo;

- Se o percurso apresenta ou não capacidade de carga, de modo a avaliar se as visitas têm ou não de ser condicionadas/geridas;
- Se o percurso necessita ou não de ser lucrativo;
- Se se verifica a necessidade de serem estabelecidas ligações a outros objectos específicos (este parâmetro é especialmente importante nas áreas urbanas e rurais).

Numa segunda fase, deverá proceder-se à definição dos percursos a implementar, a qual deverá não só ter por base a análise da paisagem, mas também deverá ter em consideração dados quanto à sua função, forma, tipo de utilizadores, extensão e inserção do trilho na paisagem.

A fotografia aérea é uma boa ferramenta para a localização dos vários traçados, uma vez que permite não só identificar e localizar os trilhos já existentes, mas também possibilita uma boa leitura do terreno, uma vez que, pelas suas características, permite respeitar a noção de escala, já mencionada anteriormente. A utilização deste tipo de suporte pode ser substituída por um levantamento topográfico, contudo neste tipo de situações nem sempre é fácil de ser elaborado, sendo um processo demasiado oneroso e demorado no tempo. Assim, a fotografia aérea torna-se a solução ideal, podendo ser complementada com levantamento topográficos pontuais das zonas de paragem, zonas de apoio ou mesmo de zonas que, no âmbito da implementação do percurso, deverão ser sujeitas a intervenções.

Deste modo, a marcação dos possíveis traçados deve ter em consideração os elementos característicos de cada percurso, a distância, a forma, a dificuldade e os pontos de paragem/pontos de interesse.

Após a marcação dos possíveis traçados, é fundamental um reconhecimento de campo para conferir os percursos cartografados, bem como para os documentar com informação adicional, podendo também ser efectuadas algumas rectificações ou propostas, no que se refere à conservação dos objectos de estudo e/ou conservação do piso. Este reconhecimento de campo permite-nos também estabelecer a duração média do percurso e o seu grau de dificuldade, em função das variações de desníveis, e verificar os constrangimentos que possam existir, de modo a serem propostas soluções alternativas ou estabelecidas medidas de minimização.

O projecto de execução deverá não só definir o traçado do percurso, com a definição das inclinações longitudinais e transversais que possam afectar o posicionamento do trilho, com a identificação dos tipos de solos dominantes e, consequentemente, com o planeamento de uma drenagem adequada, bem como a definição dos pontos de paragem. Paralelamente, deverão não só ser estabelecidas as zonas onde deverão ser efectuadas as limpezas e

desmatações, como também o tipo de intervenção de recuperação/requalificação dos objectos histórico-culturais (FLINK, 1993).

Finalmente, para garantir uma adequada utilização dos percursos deverá prever-se a colocação de mobiliário de apoio e de sinalética e deverá ser, desde logo, estabelecido um plano de gestão e manutenção, no qual deverá estar incluída a divulgação e a monitorização, que garantam a sustentabilidade do trilho e das zonas envolventes.

Assim, deverá assegurar-se que todos os trilhos e estruturas anexas estejam enquadrados na paisagem envolvente e que os processos de intervenção e implantação garantam a manutenção da sustentabilidade ecológica e cultural da paisagem.

5.4 Conclusão

As intervenções na paisagem são função da aptidão que a mesma apresenta, isto é, da interacção entre os factores abióticos e os factores bióticos, em conjunção com os factores culturais, o que se traduz no facto de que em todas as metodologias de análise da paisagem serem englobadas, entre outras, as componentes ecológica e cultural.

Desde os anos 60 do século XX, tem-se verificado uma evolução das metodologias de análise e planeamento da paisagem, as quais evoluíram de uma abordagem paisagística para uma abordagem paramétrica, enfatizando as características físicas e naturais da paisagem incluindo os factores culturais, históricos, sociais e a participação das populações.

Assim, o planeamento de percursos de carácter histórico-cultural deve ter por objectivo primário o desenvolvimento sustentável com base na preservação de recursos naturais, ecológicos e histórico-sociais, de modo a garantir a manutenção da identidade do lugar e a assegurar que a actuação seja a mais adequada e que perdure no tempo.

6. CASO PRÁTICO - LINHAS DE TORRES

6.1 Introdução

Ao longo dos tempos, as forças terrestres adversárias foram a grande ameaça para Portugal. Lisboa, pela sua posição geográfica, constituiu o principal objectivo estratégico para todo o invasor, daí que a necessidade de protegê-la de um ataque directo, através de um sistema de fortificações, tenha sido, desde sempre, sentida.

O conceito de linha, "*grande e poderoso conjunto linear de fortificações destinado a constituir uma barreira, em conjugação com o dispositivo e actuação das tropas amigas, à entrada das tropas inimigas numa vasta região do país*"[73], foi utilizado em Portugal desde os primórdios da nacionalidade, apoiando-se, nessa altura, a defesa do território nas linhas fluviais, sensivelmente paralelas de Norte para Sul e, mais tarde, em fortificações construídas ao longo da fronteira.

No início do século XIX, durante a 3ª Invasão Francesa pelas tropas de Napoleão, foi construído um conjunto de fortificações, dispostas em três linhas sensivelmente paralelas, que desempenharam um papel decisivo na detenção das forças de Massena, quando se dirigiam para Lisboa.

Com o assinalar dos 200 anos da 3ª Invasão Francesa e, consequentemente, com o da construção da 1ª Linha defensiva, no Concelho de Vila Franca de Xira, a implantação de um percurso interpretativo, nesta região, constituirá um importante incentivo à conservação e regeneração deste património cultural e ambiental. Esta intervenção permitirá não só a reabilitação das inúmeras construções militares, há décadas ao abandono e em avançado estado de degradação, como também contribuirá para a salvaguarda das características ambientais e ecológicas da sua envolvente. Este percurso poderá, ainda, desempenhar um importante papel junto da comunidade local, ao potenciar um desenvolvimento sustentável desta região, criando oportunidades de recreio e lazer, promovendo a aprendizagem directa da história e das estruturas biológicas e geológicas locais e favorecendo o desenvolvimento do turismo da região.

Sendo que os primeiros capítulos da presente dissertação permitiram o fornecimento de ferramentas que apoiem a elaboração de uma metodologia a aplicar na regeneração de percursos pedonais, onde os elementos culturais constituam o tema principal, no caso prático a apresentar, proceder-se-á à demonstração da aplicabilidade do conceito de corredor verde e à implantação de um percurso interpretativo.

Assim, o desenvolvimento do caso de estudo será feito de acordo com a metodologia definida no subcapítulo 5.3 (fig. 27- Esquema da metodologia a aplicar na implementação de percursos), com vista à elaboração de uma proposta de regeneração e valorização de um percurso que una as fortificações da 1ª Linha, no concelho de Vila Franca de Xira. O percurso interpretativo definido constituirá não só mais um equipamento cultural com uma vertente recreativa, de lazer e educacional, mas também uma estratégia que contribuirá para a salvaguarda deste importante património Vila-franquense.

[73] NUNES, A. L. P.. 1991

Numa primeira fase será desenvolvida uma síntese histórica das Invasões Francesas e da construção das estruturas defensivas militares, com vista a contextualizar este património no tempo e no concelho de Vila Franca de Xira. Para a definição do percurso far-se-á o levantamento das fortificações, do seu estado de conservação e do património arquitectónico e natural da área a intervencionar. Com base na análise e diagnóstico dos vários recursos, definir-se-á uma proposta para a implantação do percurso.

6.2 As Linhas de Torres

6.2.1 Contexto histórico

Figura 28 - As invasões francesas 1807-1810 *in* Mattoso, J. (1993). p.39

A Revolução Francesa pôs em evidência o carácter precário do bom relacionamento entre Portugal e Espanha. O distanciamento diplomático entre estes dois países, nesta conjuntura de guerra, colocava Portugal numa posição muito delicada. O Comité de Salvação Pública da República tinha-se pronunciado, em Paris, pela invasão franco-espanhola do território português, caso Portugal não abdicasse do tráfego inglês nos seus portos, tendo a mesma exigência sido expressa no Convénio de Santo Idlefonso.

Não existia, por parte de Portugal, qualquer linha de actuação clara face ao conflito europeu. Desprezando os tratados da neutralidade, de 1801 e de 1804, que tão cara havia sido a Portugal, Napoleão fez secretamente com a Espanha, isto é com Carlos IV, em 27 de Outubro de 1807, a convenção para a conquista de Portugal. Neste tratado ficou estabelecida a divisão do país em três Estados. As terras de Entre Douro e Minho, incluindo o Porto, pertenceriam ao rei da Etrúria, com o nome de Lusitânia Setentrional; O Alentejo, o Algarve e as Índias Portuguesas ficavam na posse de Espanha, com o título de Principado do Algarve; as províncias de Trás-os-Montes, Beira e Estremadura, incluindo a cidade de Lisboa, ficavam sob a tutela de Napoleão.

Primeira Invasão

Sem prévia declaração de guerra, um exército composto por franceses e espanhóis, sob o comando do general Junot e com o pretexto de livrar o país da má influência inglesa, invadiu Portugal e foi progredindo em território nacional utilizando a linha do Tejo.

Só quando a guerra económica afectou a economia inglesa, uma vez que os seus produtos, armazenados nos portos portugueses e espanhóis, não escoavam, é que os ingleses começam a alimentar a insurreição contra os soldados de Junot. Por seu lado, os espanhóis, ao compreenderem que Napoleão procurava, apenas, firmar um governo só seu, insurgem-

se e os que se encontravam em Portugal partem para o seu país, onde a sublevação já era irreversível (NORRIS, A. H ; BREMNER, R. W.,2001).

Em Portugal, a revolta estendeu-se por todo o Minho e Trás-os-Montes, proclamando-se em todas as povoações a independência, e os invasores foram sendo dizimados. O levantamento popular levou a que o Governo Britânico enviasse um pequeno exército, chefiado pelo general Wellesly, futuro duque de Wellington, que, após conferenciar com a Junta do Supremo Governo do Reino, no Porto, e com a esquadra estacionada no Tejo, decide desembarcar, com as suas forças, junto à foz do Mondego, no dia 1 de Agosto de 1808. A 15 de Setembro, desse mesmo ano, Junot embarca para França com todo o seu exército (NORRIS, A. H ; BREMNER, R. W.,2001).

Segunda Invasão

Habituado à vitória, Napoleão, que não se conforma com a derrota e capitulação de Junot, envia um novo exército de 30 mil homens, sob o comando do marechal Soult, que entra pelo Minho, estabelecendo-se no Porto, a 29 de Março de 1809. Em Maio, vê-se obrigado a bater em retirada, sob a pressão do exército anglo-luso, sofrendo a última derrota na Batalha de Talavera, já em território espanhol (NORRIS, A. H ; BREMNER, R. W.,2001).

Terceira Invasão

Napoleão não desiste das campanhas na Península Ibérica e, no verão de 1810, um poderoso exército, comandado por Massena, entra em Portugal pela fronteira de Almeida, ocupando esse forte de defesa. Após a queda de Coimbra, o exército anglo-luso recua estrategicamente até às linhas de Torres, onde o sistema de fortificações, aí construído, para defesa da capital, permitiu trazer o palco de guerra para a Estremadura (NORRIS, A. H ; BREMNER, R. W.,2001) .

Cercado por uma população hostil, com um exército delapidado e perante uma barreira militar bem organizada, Massena inicia a retirada das tropas francesas, em Março de 1811.

6.2.2 Construção das Linhas de Torres

Deve-se a Wellington a construção das linhas, em parte baseadas em estudos anteriormente feitos, tendo esta estado a cargo do tenente-coronel Fletcher. "*No mês de Fevereiro de 1809 o Major M. das Neves Costa concluiu o trabalho de reconhecimento; e ocupou-se na redacção e configuração da Carta Topographica militar que se desejava, e que foi entregue ao Secretario da Guerra em officio datado de 4 de Março de 1809: constando que esta fora mostrada a Lord Wellington e a alguns dos principaes officiaes do seu Estado Maior, (...) a 6 de Junho de 1809 foi entregue uma memoria descritiva das posições mais vantajosas*

para a defesa da capital, ao Secretario da Guerra. Apesar de já nesta altura o Marechal Beresford, comandar o exército Português. O mesmo não teve qualquer conhecimento directo nem influência nesse trabalho que foi executado por ordem da Regência do Reino, debaixo da inspecção do sobredito Secretario."[74]

Foi, então, escolhida uma linha com cerca de 46 km de comprimento, que apoiava o flanco direito no rio Tejo, passava por Via Longa, Serra de Serves, Cabeço de Montachique e Mafra dirigindo-se daí à foz do rio Sarafujo, no Oceano Atlântico. Foi, também, construída uma segunda linha, para o caso de rotura da anterior, a Sul, com uma extensão de 2.700 metros, do forte de S. João das Maias ao forte do Junqueiro, estando o forte de S. Julião destinado a proteger o reembarque das tropas inglesas, em caso de insucesso.

Foi adoptada a posição de Alhandra como posto avançado, em detrimento do da Castanheira que ficava longe do Tejo e em terrenos de fácil acesso, e fortificadas as posições de Torres Vedras e de Sobral de Monte Agraço. A demora no avanço de Massena "*permitiu que este systema de fortificações ainda fosse desenvolvido, aproveitando-se a linha do Sizandro, augmentando-se as fortificações do Sobral e ligando com ellas a posição de Alhandra, de maneira a constituir uma primeira linha mais avançada, passando a posição primitivamente escolhida do Sarafujo á Povoa a segunda linha.*"[75]

A primeira linha tinha como objectivos:

- "*oferecer uma primeira resistência ao inimigo, sobre as principais comunicações que conduziam a Lisboa,*

- *permitir ao Exército de campanha uma base sólida de apoio, caso se actuasse ofensivamente.*"[76]

Estas Linhas eram cadeias de redutos, num total de 152, que se apoiavam mutuamente, coroando todos os acidentes tacticamente dominantes e submetendo a fogo de flanco todas as estradas e desfiladeiros de acesso. Foram construídos, no total, 87 Km de defesas, perfeitamente interligadas entre si. Nos pontos mais altos foram erigidos oito postos de sinalização.

Para organização da defesa, as linhas foram divididas em distritos, possuindo a primeira linha quatro, a segunda três e a terceira um (distrito de Oeiras). Os redutos do Concelho de Vila Franca de Xira encontravam-se na 1º linha, 1º distrito e na 2ª linha (ver anexo 3).

[74] COSTA, José Maria das Neves. 1864 .p.3
[75] TELES, Sebastião. 1894. p. 46
[76] BRANDÃO, Major João Paiva .1953

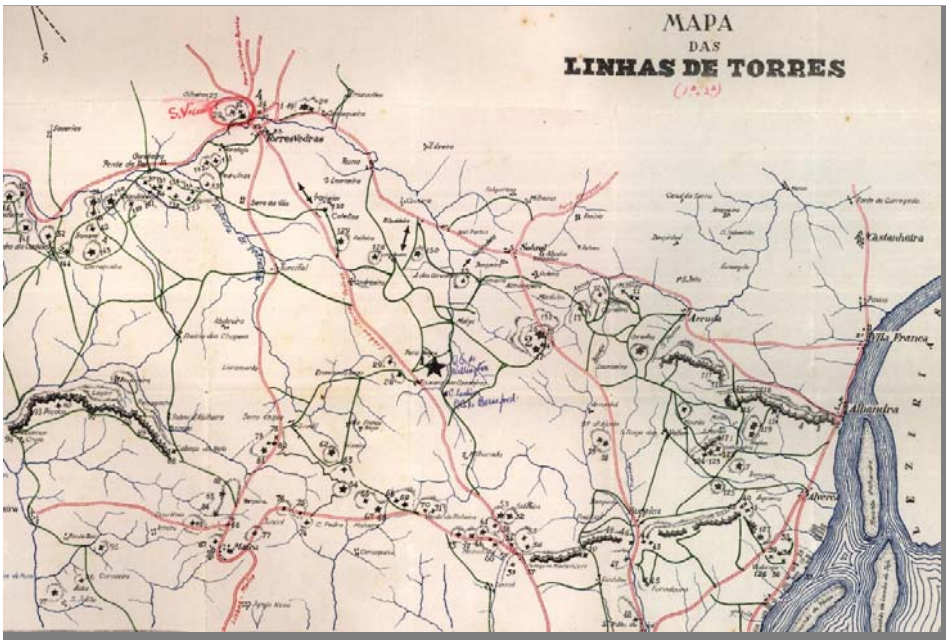


Figura 29 – Mapa das Linhas de Torres. *"Fortes e redutos das linhas com os seus respectivos números; baterias numeradas das linhas, cortaduras e parapeitos construídos pela frente dos redutos e, algumas partes da 1ª e da 2ª linha; baterias avulsas não numeradas, estradas principais e de fácil transito para tropa e artilharia; estradas militares que de novo se abrirão desde Alhandra até ao mar na retaguarda de toda a 1ª Linha para fácil comunicação dos diversos pontos da mesma e condução da artilharia; abatizes; portas da Tapada de Mafra"* mapa cedido pelo Arquivo Histórico Militar

6.2.3 Objectivos das Linhas de Torres

"A existência das Linhas visava contribuir para a prossecução dos seguintes objectivos:

- Impedir a progressão do exército francês, rumo à capital;

- Eficaz observação do inimigo;

- Atrás das Linhas, em segurança, tornar possível a reorganização do exército luso-britânico, por forma a melhor esquematizar e desenvolver a defesa;

- Impossíveis de tornear, as linhas visavam comandar as comunicações com Lisboa, possibilitavam o acesso ao mar e permitiam a manutenção das tropas;

- Enfim, sustentado numa base firme, o exército defensor poderia levar a efeito surtidas, e outros esquemas de contra ataque;

-As linhas permitiam, ainda, o controle das quatro estradas pavimentadas, existentes entre o Oceano e o Tejo, que conduziam à capital, e que assumiam fundamental importância para o transporte da Artilharia. Três dessas estradas passavam por Mafra, Montachique e Bucelas, enquanto a 4ª, junto ao Tejo, passava próximo de Alhandra.

- Convém igualmente salientar a proximidade de Lisboa àqueles pontos. De facto,a capital ficava a 12 milhas de Vialonga, 15 da passagem de Bucelas, 12 de Montachique e 23 de Mafra."[77]

"O valor das Linhas de Torres provinha de:

[77] Escola Prática de Administração Militar.: 1988 p.3

- da natureza do terreno onde foram construídas;

- da situação, entre o Oceano e o Tejo, o que limitava a manobra do inimigo a acções frontais;

- do facto do atacante, devido a Serra de Montejunto, ter de dividir as suas forças ou ter de percorrer um longo e mau itinerário para se deslocar de um ao outro flanco, enquanto que os defensores, graças às comunicações construídas podiam movimentar-se com rapidez;

- da sua multiplicidade, o que obrigava o atacante a sucessivos reforços. Inclusivamente, a artilharia da 2ª linha era mais poderosa que a da 1ª linha. Assim, caso o inimigo se apoderasse da 1ª linha não poderia utilizar a artilharia desta contra a 2ª;

- do facto de possuírem guarnições próprias, ficando o exército de campanha livre para poder actuar onde fosse mais conveniente;

- do segredo em que os trabalhos foram realizados, pois, apesar do avultado pessoal que nelas trabalhou, ninguém divulgou ao inimigo a sua posição e importância."[78]

6.3 As Linhas de Torres no Concelho de Vila Franca de Xira

No concelho de Vila Franca de Xira foram construídas 35 obras militares, entre redutos e baterias, sendo umas de carácter permanente e outras temporárias, das quais restam, actualmente, **24** (**1** na freguesia de Alhandra, **5** na de Alverca, **5** na do Calhandriz, **4** na do Forte da Casa, **4** na de S. João dos Montes e **5** na de Vialonga) (ver anexo 2).

Segundo Napier, na História da Guerra Peninsular, "*desde Alhandra até ao princípio do vale do Calhandriz existe uma forte linha de alturas com cerca de 5 milhas de extensão e guarnecida com 23 redutos (...) e tornada inacessível ao longo de duas milhas através de uma escarpa com cerca de 15 a 20 pés de altura. (...) Desde o Vale de Calhandriz até ao Pé de Monte, também numa distância de cinco milhas (...) a linha de Arruda defendida por três redutos (...)*"[79].

O material de construção das obras, que faziam parte das linhas, dependia do material predominante na zona. No concelho de Vila Franca de Xira todos os fortes foram construídos na sua grande maioria pedra, contrariamente ao que aconteceu, por exemplo, na zona de Torres Vedras, onde muitos foram feitos utilizando terra.

[78] BRANDÃO, Major João Paiva. 1953. p. 8 e 9
[79] COSTA, José João A. 1990. p. 10

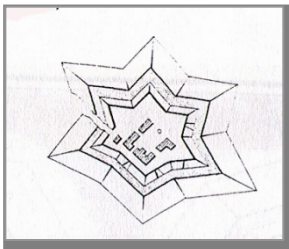


Figura 30 - Fortificação em forma de estrela *in* JONES, M. John (1832)

Nas primeiras obras construídas a forma utilizada era a Estrela (fig.30), de que são exemplo o Forte da Casa e o Forte da Portela Pequena, ambos situados no concelho de Vila Franca de Xira, de forma a facilitar a defesa dos flancos sobre os fossos. Este traçado foi, rapidamente, abandonado porque diminuía o espaço interior e não se mostrava, por vezes, eficaz na defesa dos flancos.

As condições do terreno, o fim a que se destinavam os fortes, isto é, evitar a sua ocupação ou a dos terrenos próximos, pelo inimigo, passaram a ser determinantes no traçado e na dimensão das obras. Assim, a forma destas estruturas militares (quadradas, rectangulares, trapezoidais, ou sem forma definida) passou a ser determinada pela disposição do terreno, sendo escolhida a que melhor permitia evitar o fogo de barragem, ou o fogo dos mosquetes a partir das alturas vizinhas, tendo havido, sempre, o cuidado de construir a face de ataque na direcção dos desfiladeiros ou das zonas que se pretendiam proteger.

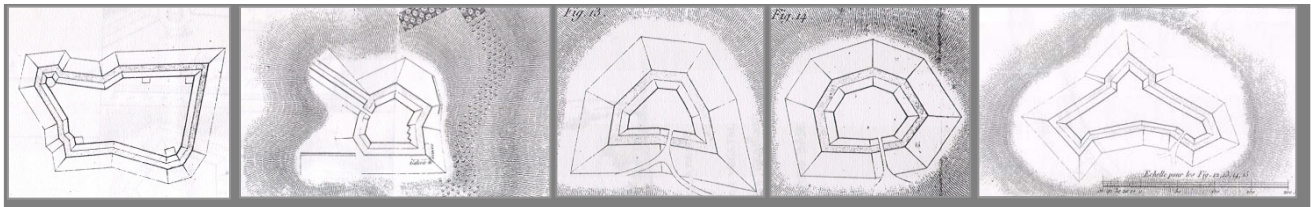


Figura 31- Algumas das tipologias de fortes utilizadas, *in* JONES, M. John (1832)

Grande parte destas fortificações foi construída em pontos elevados, no cume das montanhas escarpadas, o que lhes dava um ar imponente, mas isso tinha vantagens e desvantagens. Se por um lado inspiravam confiança nas guarnições e as protegiam do fogo dos canhões e dos mosquetes, por outro, os fogos de artilharia e infantaria tornavam-se pouco eficazes.

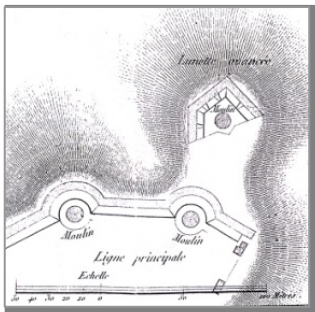


Figura 32 – Aproveitamento de moinhos existentes para a construção de fortificações *in* JONES, M. John (1832)

Nos locais onde não era possível a construção dos redutos, por não existir área disponível suficiente para estas estruturas, eram colocadas bocas de fogo num plano inferior mais avançado, existindo o cuidado de ligar os seus flancos com as faces de um reduto. Os taludes exteriores eram mais ou menos íngremes consoante a consistência do solo. Houve, posteriormente, a necessidade de os revestir com muros de pedra, uma vez que todos os que tinham uma inclinação superior a 45º perderam a estabilidade, durante o Inverno.

Para além dos redutos e como complemento destes, foi construído um número elevado de obras acessórias, tais como paliçadas, abatizes, covas de lobo, escarpados e outras obras de engenharia. Em algumas obras avançadas aproveitaram-se os moinhos, aí existentes, organizando-os defensivamente (fig. 32).

À medida que iam ficando prontas as fortificações eram numeradas, através de números inscritos em grandes tabuletas. No concelho de Vila Franca de Xira estão as primeiras nove fortificações, pelo que uma vez mais este número mostra a importância desta zona na construção das linhas para defesa da cidade de Lisboa.

As obras foram construídas umas em cantaria, outras apenas em pedra, de tamanho variável de acordo com a guarnição. No entanto, todas dispunham no mínimo de um fosso, de parapeitos com canhoneiras e no seu interior havia um depósito de ferramentas, água e um ou mais paióis. Estes últimos eram construídos de encontro a um través forte e implantados de modo a que a sua posição ficasse desenfiada dos tiros directos. Os paióis eram revestidos interiormente com tábuas e cobertos com pranchas de madeira, sobre as quais assentava uma camada de sacos de terra.

As estradas militares foram, geralmente, construídas por detrás das colinas, em locais de difícil visibilidade para o inimigo. Em 1811 foram aperfeiçoadas, tornando mais fácil a comunicação entre o mar e o Tejo e estabelecendo ligações directas com a segunda linha. Foram, também, aproveitadas estradas já existentes, que foram alargadas e tornadas praticáveis para os transportes militares, assim como foi necessário pavimentar a maior parte das comunicações, através dos vales, para poderem ser utilizadas. Para facilitar a circulação foram, igualmente, construídas inúmeras pontes.

Para estabelecer relações entre os diversos fortes utilizavam-se sinais semafóricos. Foram escolhidos cinco pontos bastante elevados, nomeadamente, Alhandra, Forte do Sobral, Serra do Socorro, Torres Vedras e Ponte do Rol, e neles foram erguidos mastros com uma verga atravessada em cima de onde pendiam umas esferas pretas, visíveis de longe com o auxílio de telescópios. O seu manuseamento era feito pelos marinheiros ingleses. Mais tarde adoptaram-se os telégrafos portáteis de sinais, de origem portuguesa.

6.4 As Linhas de Torres na actualidade

Apesar de serem conhecidos, na generalidade, como fortes, foram três os tipos de obras militares construídas nas Linhas de Torres: fortes, baterias e redutos. No concelho de Vila Franca de Xira existiam 19 fortes, 11 redutos e 5 baterias, espalhados por várias freguesias. Contudo e conforme já foi referido anteriormente, das 35 obras, inicialmente, construídas existem, actualmente, apenas 24 fortificações, em diferentes graus de preservação e integridade física.

Como modo de facilitar a compreensão da disposição das forticações construídas no Concelho de Vila Franca de Xira, foi elabora uma tabela com as características de cada uma delas (Anexo 3) e uma planta de localização das fortificações actualmente existentes (Anexo 4).

Figura 33 -Monumento a Hércules (CONDE, C., 2008)

Deste modo, das 23 fortificações, situadas no concelho, que constituíam a 1ª linha, 8 foram destruídas e uma, o Forte da Boa Vista, localizado na Serra de Alhandra, foi completamente alterada, pois aí foi construído, em comemoração da defesa das Linhas de Torres Vedras, o "Monumento a Hércules" (fig. 33), que ficou concluído em 1877. Neste monumento existem duas lápides em honra dos engenheiros militares portugueses e ingleses, pelos serviços prestados na construção destas linhas, nomeadamente a José Maria das Neves Costa, e a J. Fletcher. Esta obra possui uma zona envolvente com floresta, parque de merendas, jardim e miradouro, abrangendo uma área total de cerca de 5 ha.

Apesar das Linhas de Torres Vedras terem obedecido aos princípios de defesa concentrada, isto é de terem sido construídas com o fim de cobrir a base de operações do exército luso-britânico, permitindo que nelas se concentrassem todas as forças vivas do país, deixando, assim, o exército de campanha livre para levar a cabo operações activas, elas foram, durante muitos anos, consideradas como linhas defensivas com intervalos[80], daí que "*a portaria de 5 de Novembro de 1812, trazendo a classificação dos pontos fortificados, não falla das linhas de Torres Vedras, e não conhecemos disposição alguma em que se mostre a intenção de as aproveitar. Parece que foram consideradas como propriedade ingleza, em que mais se não pensou desde que lhe tiraram o armamento (...).Depois da guerra peninsular começa o período das revoluções políticas, e as fortificações foram desmanteladas; as que se construíram durante as campanhas da liberdade em Lisboa e Porto, tiveram em vista fins muito especiais, e seguiram pouco depois o mesmo destino*"[81].

Figura 34- exemplo de desmoronamento de uma das canhoneiras do forte n.º 114 b) (CONDE, C., 2007)

A abertura de novas estradas, no Concelho, tem tornado acessíveis zonas que até então não o eram, o que levou a que os poucos fortes que se encontravam em razoável estado de conservação tenham desaparecido ou sido danificados (fig. 34). As pedras de revestimento dos fossos têm vindo a ser roubadas e reutilizadas em outras construções. A utilização de máquinas de terraplanagem, na plantação dos terrenos e a plantação massiva de eucaliptos têm, também, contribuído para a destruição e descaracterização de muitas destas obras.

[80] Linhas defensivas com intervalos: linhas destinadas a proteger uma região secundária do país, eram guarnecidas pelo exército de campanha, que aí aguardava o ataque do inimigo e tinham unicamente em vista favorecer a defesa pela vantagem da posição
[81] TELES, Sebastião. 1894. p. 47

Torna-se, assim, premente a implementação de programas de recuperação, consolidação e reutilização deste património, testemunho vivo de uma época tão importante na defesa da independência nacional.

Embora os materiais utilizados na construção dos fortes das Linhas de Torres tenham sido a terra e a pedra, no concelho de Vila Franca de Xira todas as obras foram feitas utilizando a pedra existente na região. Assim, para proceder à recuperação das fortificações que se encontram em melhor estado de conservação, bastará, após o estudo e a análise das anomalias observadas e da definição de alguns parâmetros de reconstrução e consolidação em uma ou duas obras, extrapolar para os restantes redutos os procedimentos a levar a cabo.

6.5 Regeneração do percurso da 1ª Linha de Torres, no Concelho de Vila Franca de Xira

Embora o concelho de Vila Franca de Xira esteja abrangido pela 1ª e pela 2ª Linha de Torres, a escolha da 1ª Linha para o caso de estudo decorreu do facto desta reunir um maior número de estruturas militares ainda existentes na actualidade, apresentando, igualmente, recursos naturais e patrimoniais de relevo, que merecem ser preservados, salvaguardados e divulgados.

6.5.1 Definição do objectivo e do tipo de percurso a implementar

O objectivo primordial da intervenção consiste na regeneração da antiga estrada militar (Figura 35), construída para apoiar as fortificações de defesa da 1ª Linha, e na recuperação e requalificação das estruturas militares a ela associadas, que subsistiram até aos nossos dias. Embora este percurso apresente um carácter, essencialmente, histórico-cultural militar, considera-se que deverão ser também considerados os valores ecológicos e ambientais, bem como os valores estéticos e outros valores históricos (património arquitectónico de relevo) existentes neste território.

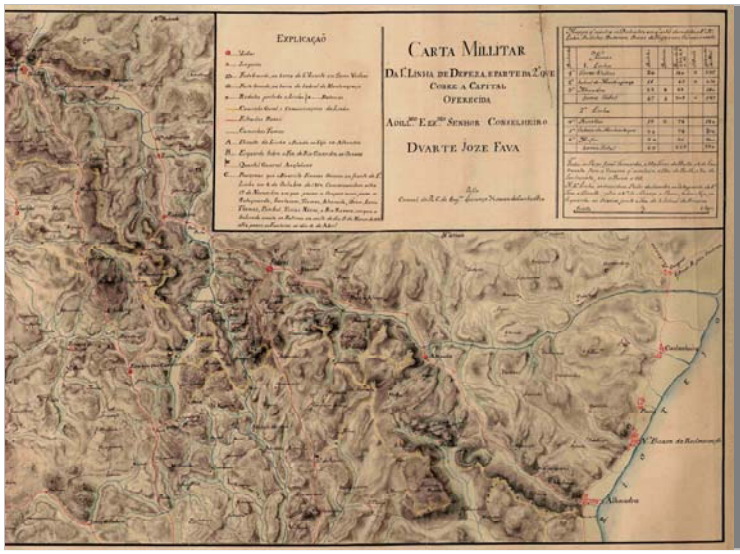


Figura 35 – Carta Militar da 1ª Linha de Defesa e parte da 2ª que cobre a capital. Cedido pela Direcção de infra-estruturas do exército

Face à disposição destas estruturas é possível estabelecer uma linearidade entre as mesmas, e, consequentemente, a implantação de um corredor verde. Este percurso permite observar directamente as estruturas militares ainda existentes, podendo, também, ser utilizado para recreio e lazer, ao mesmo tempo que constitui um elemento importante para a contemplação e fruição desta paisagem. Esta intervenção contribui não só para a divulgação turística desta região, mas também para a salvaguarda e protecção dos recursos existentes na mesma.

6.5.2 Análise e diagnóstico paisagistico

Numa primeira fase procedeu-se ao levantamento das fortificações existentes e à elaboração de fichas de caracterização para cada uma delas (Anexo 5), com base nos seguintes critérios:

- Designação:
- N.º de Série da Fortificação:
- Freguesia:
- Local:
- Propriedade:
- Inserção ambiental:
- Tipo de acesso:
- Tipo de materiais utilizados na sua construção:
- Integridade física: Obra destruídas – obras militares totalmente demolidas, desaparecidas, das quais não se encontram quaisquer vestígios;

  Obras arruinadas – obras militares que se encontram em risco de desaparecerem e que apresentam intrusões vegetais extensivas;

  Obras conservadas – obras militares que conservam na actualidade uma boa parte da sua estrutura original.
- Tipo de ameaças:
- Objectivo:
- Elementos funcionais existentes na envolvente:
- Elementos construídos:
- Protecção Legal:

A área em análise localiza-se no concelho de Vila Franca de Xira, o qual está integrado na Área Metropolitana de Lisboa, e abrange as freguesias de Alhandra, Calhandriz, São João dos Montes e Sobralinho, estando a zona em estudo localizada no Anexo 6.

Com vista a garantir uma maior protecção do terreno face aos atacantes as fortificações da 1ª Linha foram construídas em pontos altos e estratégicos, designadamente ao longo da Serra de São Lourenço e da Serra do Formoso. Ambas as serras estão ladeadas por linhas de

água de relativa importância, nomeadamente a Ribeira de Santo António, a Ribeira do Loureiro e o Rio da Silveira, os quais vão desaguar no Rio Tejo (Anexo 7 – Planta Fisiográfica do Concelho de Vila Franca de Xira).

Figura 36 – Excerto da Carta Fisiográfica da área em estudo (ver Anexo 7)

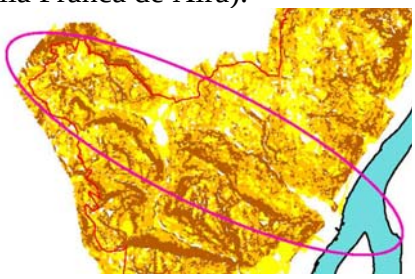


Figura 37 - Excerto da Carta de Declives da área em estudo (ver Anexo 8)

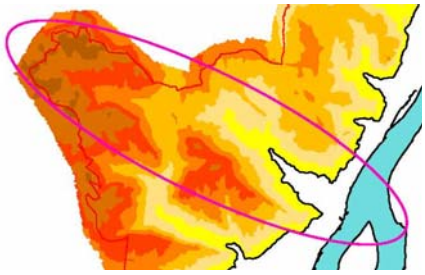


Figura 38 - Excerto da Carta Hipsométrica da área em estudo (ver Anexo 9)

Deste modo, a área de intervenção caracteriza-se por ser uma zona de declives acidentados (Anexo 8 – Planta de Declives do Concelho de Vila Franca de Xira), dando origem a que o percurso se torne mais dinâmico pelas variações altimétricas que oscilam dos 0 m e 200m (Anexo 9 – Carta Hipsométrica do Concelho de Vila Franca de Xira). A irregularidade do relevo permite a existência de zonas de maior amplitude visual, contribuindo, desse modo, para a existência de pontos de paragem para observação da paisagem, quer sobre a zona do Estuário do Tejo (fig. 39 e 40), quer sobre a zona mais rural do concelho (fig. 41), evidenciando a qualidade paisagística do local.

Figura 39- Vista sobre o estuário do Tejo, na direcção de Alverca do Ribatejo, Lisboa (CONDE, C. 2007)

Figura 40 - Vista sobre o estuário do Tejo, na direcção Alhandra e Lezírias (CONDE C. 2007)

Figura 41 - Vista sobre a zona rural de São João dos Montes (CONDE, C. 2007)

Contudo, e face à existência de alguns constrangimentos na área adjacente ao percurso, o mesmo também evidencia marcas da industrialização, quer pelo forte impacto visual da fábrica da Cimpor em Alhandra, quer pela dimensão da área de extracção de material inerte de apoio a essa mesma indústria (fig. 42). As escavações da pedreira originaram o aluimento de terrenos militares e a queda da Serra dos Anjos, em derrocadas parciais, destruindo a paisagem entre o forte 114 e o 115 (fig.43).

Figura 42– Exemplo da destruição do forte 115, em consequência da abertura de um caminho de acesso à zona de extracção de inertes. (CONDE, C. 2007)

Aquando do levantamento de campo, foi possível constatar a existência de outras situações e de algumas acções destrutivas, resultantes da utilização das áreas envolventes às fortificações e

das próprias fortificações por veículos motorizados, pondo em risco a manutenção e a conservação das estruturas (fig. 45). Foi possível verificar, igualmente, a ocorrência de um fogo, que queimou a vegetação existente no forte 117b e na sua envolvente, bem como a danificação do forte n.º 115, devido à abertura de um caminho de acesso à área de extracção, o que provocou um aumento dos efeitos erosivos ao nível da escarpa.

Figura 43 – Impacte visual provocado pela indústria extractiva, diminuindo a qualidade paisagística da área em análise (CONDE, C. 2009)

A erosão do terreno por acção do vento natural e por acção das águas da chuva provoca a desagregação das pedras e consequente destruição dos panos murados das fortificações militares. O uso indevido destes terrenos para actividades de motocrosse (fig. 46), excendo a capacidade de carga destas zonas e das estruturas em análise, tem também estado na origem dos danos e dos estragos irreparáveis que se verificam. Deste modo, deverão, aquando da fase de elaboração da proposta, ser previstas medidas que minimizem esses impactos.

Figura 44 - Impacte visual provocado pela indústria extractiva, a qual está actualmente a colocar em risco a conservação do forte 119 (CONDE, C. 2007)

Figura 45 – Exemplo dos danos causados pela prática de motocrosse no forte n.42 (Serra da Aguieira (CONDE, C. 2008).

Figura 46- Exemplo de sinalização para a prática de motocrosse, colocada junto à estrada militar (CONDE, C. 2007)

Figura 47 – Ocorrência de um incêndio no forte n.º 117ª durante o qual ardeu a vegetação existente. Esta situação potencia o aumento dos riscos de erosão do solo e consequentemente o aumento dos riscos ao nível da conservação da estrutura. (CONDE, C. 2007)

Tendo por base as fortificações existentes na actualidade, as quais se encontram inventariadas no anexo 5 e com base na sobreposição da localização das mesmas ao ortofotomapa[82], é possível perceber a existência de uma linearidade, que pode ser traduzida na implementação de um corredor verde. Para além das fortificações das linhas de torres, a existência de múltiplos recursos, quer de natureza cultural, histórica ecológica, e estética, incentivam a usufruir da paisagem, à utilização recreativa e de lazer e à interpretação deste território.

[82] O ortofotomapa foi cedido pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, tendo o mesmo sido elaborado à escala 1/2 000.

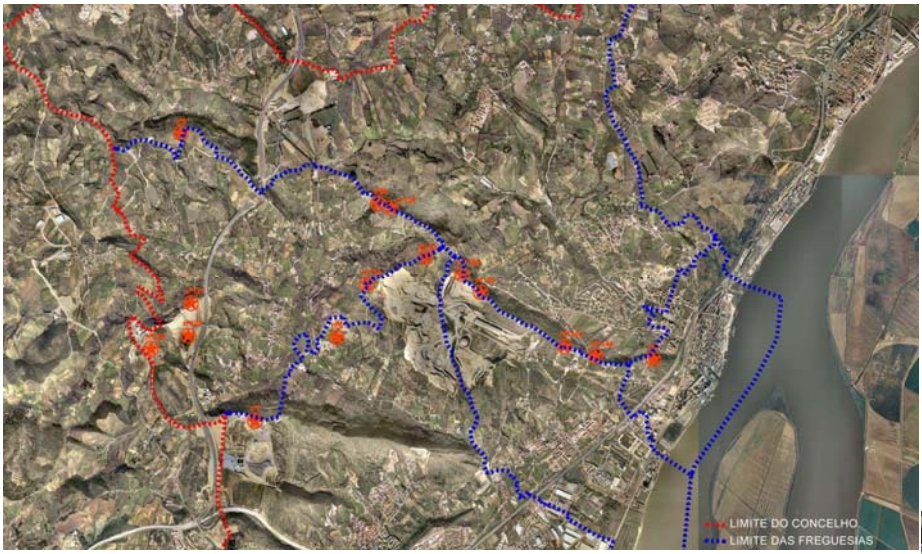


Figura 48 – Ortofotomapa da área a intervencionar, indicando a localização das fortificações ainda existentes.

No que se refere aos recursos naturais, existentes ao longo do percurso, é de salientar a vegetação autóctone, a qual constitui um importante ponto de interesse, uma vez que denota uma enorme riqueza ambiental e ecológica. Embora o concelho de Vila Franca de Xira seja caracterizado por possuir uma grande pressão antrópica, ainda mantém um valioso património natural.

Deste modo, ao longo do percurso é possível observar algumas das espécies características da vegetação natural do Maciço Calcário Estremenho, que constituem o Maquial Mediterrânico, o qual, devido ao crescimento urbano, tem, actualmente, pouca representatividade no Concelho de Vila Franca de Xira.

A vegetação observada insere-se, essencialmente, no estrato arbustivo (mato alto) e herbáceo, existindo, apenas na primeira fase do percurso, um povoamento florestal com predomínio de *Pinus halepensis*.

No que se refere ao estrato arbustivo, constata-se uma dominância do *Quercus coccinea* (carvalho-cerquinho), da *Pistacia lentiscus* (aroeira), da *Coronilla valentina* (pascoinhas), do *Cistus albidus* (Roselha-grande), entre outras.

Nas clareiras existe uma maior diversidade de espécies herbáceas, características pelas suas flores de diversas cores e formas, tais como *Centaurea pullata* (cardinhos-das-almorreimas) e *Arisarum vulgare* (candeia), algumas espécies de orquídeas, nomeadamente *Barlia robertiana*, *Orchis italica* (flôr-dos-rapazinhos), etc.

Figura 49 - *Quercus coccinea* (CONDE, C., 2007)

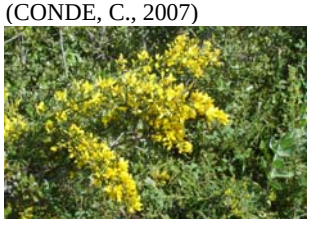


Figura 50 - *Coronilla Valentina* (CONDE, C., 2007)

Figura 51 - *Barlia robertiana* (CONDE, C., 2007)

Figura 52– *Orchis italica* (CONDE, C., 2007**)**

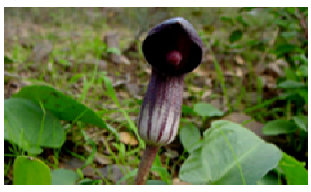


Figura 53 – *Arisarum vulgare* (CONDE, C., 2007**)**

6.5.3 Proposta

Tendo por base as estruturas militares que constituem a 1ª Linha Defensiva de Torres no concelho de Vila Franca de Xira, e no seguimento do levantamento dos recursos existentes na área em estudo, da sua análise, do seu diagnóstico e face aos constrangimentos identificados, foi possível proceder à definição de alguns traçados, que foram posteriormente testados *in loco*, para uma possível implantação deste percurso.

Como modo de evidenciar a linearidade e continuidade da 1ª Linha de Torres, o percurso é, sempre que possível, estabelecido ao longo das estradas militares ou dos caminhos rurais, evitando-se a utilização de vias asfaltadas. Tendo em conta que alguns troços das estradas militares ainda existentes se encontram em bom estado de conservação, necessitando apenas de alguns trabalhos pontuais de desmatação, estes elementos são estruturas importantes que facilitam, desde logo, a utilização do percurso. Em contrapartida, no que se refere aos caminhos rurais, em terra batida, sobretudo os que se localizam em zonas de declive mais acentuado, o seu estado de manutenção nem sempre é o mais favorável evidenciando fenómenos erosivos, uma vez que, sobretudo no período das chuvas, se torna difícil a sua utilização devido aos empoçamentos que ocorrem.

Figura 54- Exemplo de um troço da estrada militar (CONDE, C., 2007**)**

Figura 55 – Caminho rural que evidencia sinais de erosão, tornando-o irregular, dificultando a sua utilização (CONDE, C., 2007)

Figura 56 - Estrada militar situado numa zona de propriedade privada, onde o proprietário colocou uma vedação de rede ovelheira impedindo a continuidade do percurso, obrigando a efectuar-se um pequeno desvio. Situação que deverá ser rectificada de forma a garantir a continuidade deste corredor verde. (CONDE, C., 2007**)**

Tendo a região de Alhandra tido uma importância capital como barreira à progressão das tropas inimigas em direcção a Lisboa, através da Estrada Real, considera-se que este é o local apropriado para o ponto de partida do percurso, não só pelo facto da primeira fortificação ter sido construída neste local, mas também porque actualmente existem estruturas de apoio, designadamente uma bolsa de estacionamento, a estação de caminho de ferro e a proximidade da Vila de Alhandra, o que contribui para estabelecer o contacto com o núcleo histórico dessa vila cuja malha urbana evidencia muitos sinais da malha urbana existente em 1823, permitindo melhores condições de acesso aos utilizadores e aumentando os pontos de interesse.

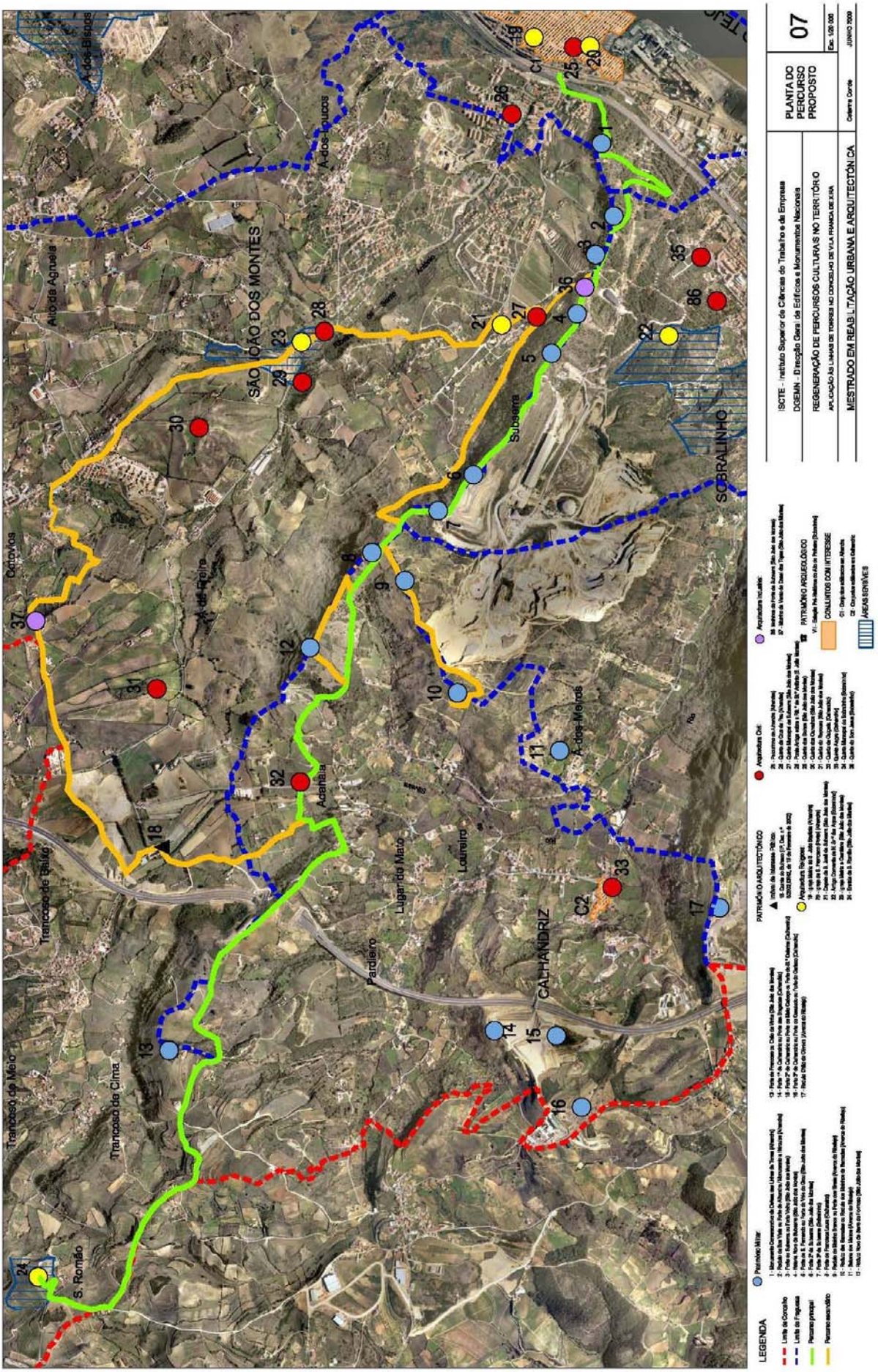


Figura 57 – Planta do percurso interpretativo proposto

Subindo a Serra do Formoso, o percurso, o qual se encontra definido na figura 57, atravessa zonas declivosas, ladeadas por vegetação arbustiva densa (fig. 58). No caminho é possivel identificar algumas estruturas que se supõem ser elementos que constituiram o sistema de drenagem das primeiras fortificações (fig. 59), sendo contudo que esta informação só poderá ser confirmada após a elaboração de um levantamento arqueológico deste local.

Figura 58 1- Parte inicial do percurso – subida da Serra do Formoso (CONDE, C., 2009)

Figura 59 – Estruturas existentes que poderão constituir o sistema de drenagem das primeiras fortificações (CONDE, C., 2009)

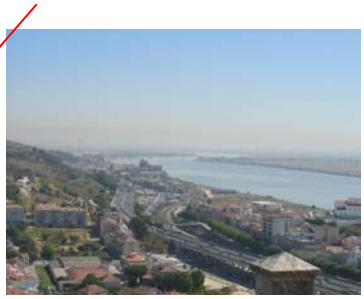


Figura 60 - Vista sobre a vila de Alhandra, a cidade de Vila Franca de Xira e as Lezírias(CONDE, C., 2008)

Figura 61 - Estrutura interior do forte n.º 114 a), não identificada (CONDE, C., 2008)

Chegando ao primeiro ponto de paragem, junto ao antigo Forte n.º 3, onde se ergue o Monumento de Hércules, este ponto permite uma grande amplitude visual da paisagem envolvente (fig. 60), constituindo o sítio ideal para a implantação de um centro interpretativo. Continuando o percurso para o interior, o ponto seguinte de paragem é o Forte n.º 114 a), que embora se apresente coberto de vegetação arbustiva e herbácea espontânea, se encontra em bom estado de conservação, com muros menos danificados, e com algumas estruturas interiores visíveis (fig. 61).

A partir do moinho de vento (fig. 62) situado junto ao Forte n.º114 a), existem dois percursos alternativos, designademente:

- Um **percurso prinicipal linear**, que segue a estrada militar, junto à linha de cumeada, ligando quase todas as fortificações da 1ª Linha, até São Romão;

Figura 62 –moinho de vento junto ao Forte n.º 114a)(CONDE, C., 2007)

Figura 63 – Igreja Matriz de São João dos Montes (VIEIRA, I., 2008)

Figura 64 - Panorâmica da área habitacional da Quinta de Subserra enquadrada entre a vinha e mata de pinheiros (CONDE, C., 2007)

Figura 65– Quinta do Bulhaco. In http://www2.cm-vfxira.pt (2009)

- Um **percurso secundário em anel**, que permite, numa primeira fase, observar as fortificações do outro lado da encosta (fig. 66), passando por outro património arquitectónico de realce, tal como a Quinta de Subserra, a Capela de São José de Subserra, a Igreja Matriz de Subserra e a Quinta do Bulhaco, e que numa segunda fase, na zona da Adanaia, se vai ligar ao percurso principal, passando pelas fortificações mais exemplificativas da 1ª Linha, terminando na Quinta de Subserra.

Figura 66– Exemplo de ponto de paragem com grande amplitude visual

Os pontos de paragem foram escolhidos por três motivos: o património militar; zonas de grande amplitude visual que permitem aos visitantes perceberem a estratégia de construção da 1ª Linha de Torres; existência de outro património arquitectónico de relevo junto ao percurso e que seja facilmente acedido por outro caminho pedonal, ou que o mesmo tenha tido alguma importância aquando das invasões francesas, como exemplo as Ruínas do Antigo Convento de Nossa Senhora dos Anjos, que foi o local onde os civis se refugiaram aquando da 3ª Invasão (ver anexo 11).

6.5.4 Implantação e gestão

A implantação do percurso interpretativo identificado na Figura 57 deverá não só contemplar a recuperação e conservação dos caminhos existentes, mas também uma intervenção ao nível das estruturas militares, uma vez que estas são o objecto central deste corredor verde. As fortificações deverão ser intervencionadas em função da prioridade definida nas fichas do Anexo 4, designadamente:

- Sem intervenção – estruturas destruídas;
- Prioridade média – estruturas com alguma relevância e que apresentam alguns impactes sobre as estruturas ainda existentes;
- Prioridade máxima – estruturas em risco de desaparecerem e/ou estruturas cuja localização estratégica seja fundamental para a compreensão da 1ª Linha de Torres.

Todo este processo deverá ser elaborado e acompanhado por uma equipa multidisciplinar, constituída por historiadores, arqueólogos, engenheiros militares e arquitectos paisagistas.

A recuperação do percurso e das valências a ele associadas implica não só um impacte positivo ao nível da recuperação e estabilização das estruturas, mas também da divulgação cultural e histórica da área de intervenção. Contudo, se a proposta não for coordenada por todas as entidades intervenientes, esta pode dar origem a impactes negativos sobre as estruturas e na paisagem, pondo em risco a sua conservação através da ocorrência de danos irreparáveis. Deste modo, é necessário, acima de tudo, garantir que este percurso interpretativo seja apenas de acesso pedonal, para uma melhor fruição do espaço pelo público, bem como para a salvaguarda das estruturas e áreas envolventes.

A parte da rede de caminhos militares, criada com o objectivo de servir as Linhas de Torres, ainda é bem visível, sendo necessário proceder à sua limpeza, à sua desmatação e a uma adequada recuperação, devendo, para isso, utilizar-se as técnicas e materiais que estiveram na origem da sua construção. Para salvaguardar a integridade destes caminhos e fomentar a sua fruição ao nível do pedestrianismo, o trânsito automóvel deve ser limitado à manutenção dessa área e em casos de emergência.

O crescimento da vegetação espontânea rasteira herbácea e arbustiva, e mesmo, em alguns casos, arbórea (fig 67), bem como o movimento de terras ao longo dos tempos, é alguns dos problemas que afectam o interior e a estabilidade dos redutos e caneiros de comunicação, dificultando, ainda, a leitura dos contornos interiores destas obras (fig. 68).

Como se pode observar nas figuras 69 e 70, em virtude da natureza e da técnica construtiva destas estruturas, só parte dos panos murários subsistiram intactos à passagem do tempo, tendo muitos deles acabado por ruir. É de salientar que, para além deste tipo de anomalias, nas zonas mais rurais, nomeadamente em São João dos Montes e Calhandriz, estas obras têm sido vítimas do roubo das pedras.

Figura 67- Existência de árvores sobre as paredes do forte 114 b) (CONDE, C., 2007)

Figura 68 - exemplo da vegetação no interior da fortificação (CONDE, C., 2007)

Figura 69 – exemplo do abaulamento (CONDE, C., 2007)

Figura 70 – desmoronamento de parte da parede do forte (CONDE, C., 2007)

Paralelamente à implantação do percurso, deverão ser tomadas medidas no sentido da recuperação e da conservação das estruturas militares, sendo que os trabalhos deverão ser efectuados com base no seguinte faseamento:

1ª Fase: Desmatação e Limpeza - Deverá antes de mais ser delimitada a área a intervencionar, sendo que todas as etapas deverão ser devidamente acompanhadas

por um técnico da especialidade. De forma a garantir o sucesso dos trabalhos, deverá ser efectuado um levantamento das espécies vegetais, com vistsa a salvaguardar as espécies protegidas, deverá ser promovida uma sensibilização da equipa de trabalho para a valorização e para a protecção deste património natural e cultural, com identificação da vegetação a cortar e a presevar, afim de evitar a ocorrência de danos nas estruturas;

- Deverão ser removidas todas as árvores e arbustos que comprometam a integridade das estruturas construídas, exceptuando-se aquelas que pelo porte, pela idade e pelo eventual significado se destacam como notáveis.
- A intervenção deverá assegurar a manutenção do revestimento vegetal que cobre e assegura a estabilidade das superfícies declivosas, bem como das trincheiras e fossos, de forma de minimizar a acção de agentes erosivos.
- Deverá proceder-se ao abate e à remoção de todas as espécies invasoras: acácias, ailantos, silvas, etc.

2ª Fase: Sondagens/ Escavações Arqueológicas - Todos os trabalhos de intervenção nas obras militares deverão ser acompanhados por arqueólogos, sendo que poderão, nalgumas situações, serem efectuadas escavações preliminares para aferição da configuração dos elementos integrantes da construção.

Figura 71 – Escavação do forte 38 (Forte da Casa), que colocou a descoberto, estruturas, tais como o paiol (VIEIRA, I., 2008)

3ª Fase: Consolidação e Reconfiguração das obras militares – Estes trabalhos serão efectuados recorrendo a técnicas tradicionais e com o uso preferencial do mesmo tipo de materiais existentes, com vista a devolver a morfologia primitiva partindo da documentação existente e da recolha *in situ* de dados relativos ao sistema construtivo.

4ª Fase: Estabilização – A estabilização das estruturas militares será efectuada recorrendo a sistemas contemporâneos, não intrusivos, que permitam a estabilização da morfologia do conjunto e reduzindo ao mínimo o crescimento e proliferação de espécies infestantes.

5ª Fase: Protecção – Deverá proceder-se à delimitação do conjunto, com recurso a balizadores,do perímetro exterior, que impeçam não só o acesso de viaturas ao interior do recinto, o acesso dos visitantes às zonas mais vulneráveis do conjunto, como também evitem a utilização dos fossos como depósitos de lixo, promovendo e consolidando os percursos preferenciais.

- O circuito de visita no interior da obra militar deverá ser demarcado com o uso de materiais diferenciadores do solo original ou pavimento.

- Colocação de alguma sinalética informativa facilitadores da leitura/interpretação da Obra.

6ª Fase: Monotorização e Fiscalização – Todo o processo deverá ser fiscalizado por técnicos competentes.

Deste modo, deverão ser estabelecidos protocolos para os trabalhos, que constituem as várias fases de recuperação e conservação das estruturas militares, entre a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, o IGESPAR e a Direcção de Infra-estruturas do Exército. Posteriormente, para a fase de manutenção, deverão ser definidas estratégias entre a Autarquia e as Juntas de Freguesia abrangidas pelo percurso, para garantir as condições adequadas de conservação e manutenção.

Todas as acções de recuperação e requalificação das estruturas militares deverão ter por base as cartas, recomendações e declarações internacionais, em especial as que se referem na tabela 6.

DESIGNAÇÃO	DATA	OBJECTIVO	OBSERVAÇÕES
Carta de Veneza	1964	Carta sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios	O restauro é um tipo de operação altamente especializado, cujo objectivo é a preservação dos valores estéticos e históricos do monumento, devendo ser baseado no respeito pelos materiais originais e pela documentação autêntica. Qualquer trabalho adicional que seja necessário efectuar deverá ser distinto da composição arquitectónica original e apresentar marcas que o reportem claramente ao tempo presente. O restauro deve ser sempre precedido e acompanhado por um estudo arqueológico e histórico do monumento. (Art.º 5º)
Carta de Lausanne	1990	Carta internacional sobre a protecção e a gestão do património arqueológico	A decisão de proceder a uma escavação só deve ser tomada após adequada reflexão, pois as escavações implicam sempre uma selecção dos achados que serão registados e conservados, e o preço desta escolha pode ser a perda dos restantes testemunhos e, eventualmente, a destruição total do monumento ou do sítio. Em casos excepcionais, sítios não ameaçados poderão ser escavados, quer para esclarecer aspectos prioritários da investigação científica, quer para os interpretar de forma mais eficiente com vista á sua apresentação ao público. Nestes casos, as escavações devem ser precedidas de avaliações científicas sobre as potencialidades dos sítios. (Art.º 9)
Convenção de La Valleta	1992	Convenção europeia para a protecção do património arqueológico	De forma a preservar o património arqueológico e a garantir o carácter científico do trabalho de pesquisa arqueológica, as Partes comprometem-se em garantir que as escavações e as prospecções arqueológicas são efectuadas de forma científica (art.º 3) As Partes comprometem-se em proceder de forma que a abertura ao público dos sítios arqueológicos, nomeadamente as estruturas de apoio necessárias ao acolhimento de um grande número de visitantes, não prejudique o carácter arqueológico e científico desses sítios e da respectiva envolvente. (art5º)
Documento de Nara	1994	Documento sobre a autenticidade do património cultural	Dependendo da natureza do monumento ou do sítio, do seu contexto cultural e da sua evolução no tempo, a avaliação sobre a autenticidade pode estar ligada a uma grande variedade de fontes de informação. Estas compreendem a forma e a concepção, os materiais e a substancia, o uso e a função, as tradições e as técnicas, a localização e o seu

DESIGNAÇÃO	DATA	OBJECTIVO	OBSERVAÇÕES
			enquadramento, o espírito e a expressão, o estado original e a evolução histórica. A Conservação compreende todas as operações que visam a compreensão de uma obra, o conhecimento da sua história e do seu significado; assegurar a sua salvaguarda material e, eventualmente, o seu restauro e a sua valorização.
Carta de Carcóvia	2000	Carta sobre os princípios para a conservação e o restauro do património construído	A conservação do património construído é executada de acordo com o projecto de restauro, que se inscreve numa estratégia para a sua conservação a longo prazo. A intervenção deve respeitar a função original e assegurar a compatibilidade com os materiais, as estruturas e os valores arquitectónicos existentes. Embora a aplicação in situ de novas tecnologias possa justificar-se para uma boa conservação dos materiais originais, estas devem ser constantemente controladas tendo em conta os resultados obtidos, o seu comportamento ao longo do tempo e a possibilidade da sua eventual reversibilidade.
Declaração de Vimy	2000	Declaração para a conservação de terrenos de Batalha	O objectivo da conservação de campos de batalha é conciliar os objectivos da comemoração, conservação, apresentação, segurança dos visitantes e gestão do local, de modo a que o terreno de batalha e os aspectos com ele relacionados, sejam protegidos e que contribuam para a compreensão pelos visitantes e apreciação do local. Refere a necessidade de manter a integridade e a autenticidade, através da conservação preventiva, que inclui o planeamento cuidado para minimizar o impacto das operações, serviços para visitantes, regimes de manutenção, e manter os materiais e formas originais.
Carta de Itinerários Culturais	2008	Estabelece os mecanismos fundamentais para desenvolver o conhecimento, a valorização, a protecção, a conservação e a gestão dos itinerários culturais	A implementação de Itinerários culturais deverá apoiar-se necessariamente sobre os elementos patrimoniais tangíveis que constituem os testemunhos e a confirmação física da sua existência.

Tabela 6 – Carta internacionais adoptadas ao percurso da 1ª Linha de Torres (baseado na comunicação do Arqto João Seabra Gomes, no âmbito do *Workshop- Projectos de Valorização das Obras Militares das Linhas de Defesa de Torres – normalização de Procedimentos*. 2 de Junho 2009, Museu de Cerâmica de Sacavém)

A implantação deste percurso reconhece e valoriza as estruturas da 1ª Linha de Torres e o restante património, quer sejam monumentos, sítios, paisagens culturais, etc., favorecendo não só a compreensão e a comunicação entre povos, mas também a cooperação para a conservação do património.

Deste modo a principal estratégia de salvaguarda da integridade e da dignificação das estruturas militares da 1ª Linha de Torres no concelho de Vila Franca de Xira inicia no adequado tratamento de estabilização da sua envolvente directa. A limpeza dos espaços que confinam com as fortificações, bem como a abertura de servidão de vistas, por entre a vegetação existente, vem no sentido de facilitar e clarificar a sua leitura, permitindo repor as ligações visuais com as estruturas fortificadas mais próximas.

Para garantir a utilização do percurso e a manutenção das suas características deverão ser definidas medidas que promovam a divulgação turística, o envolvimento da população, das associações recreativas locais e das escolas do concelho. Acresce a responsabilidade de, ao

promover esta rota, se estar a associar mais um factor de risco que consiste na pressão dos visitantes, em particular dos veículos que os transportarão para o local.

Face ao carácter histórico-cultural do percurso, deverá ser adoptada para além da sinalética informativa e direccional, uma sinalética informativa de aproximação, permitindo integrar as obras militares a visitar no contexto do Sistema Defensivo, assim como definir uma breve contextualização histórico-militar, e uma sinalética de obra, que facilite a leitura da arquitectura da obra militar, com antiga planta e perfil.

Figura 72 – Capa do folheto interpretativo proposto

A criação de material informativo, tais como um folheto desdobrável, é fundamental para uma adequada interpretação do percurso, das estruturas militares e da paisagem envolvente (ver proposta de folheto informativo no anexo 13).

6.6 Conclusão

As Linhas de Torres representam mais do que simples linhas de posições defensivas, consistindo, em termos da história militar mundial, um exemplo único na utilização de um sistema defensivo baseado no conhecimento e aproveitamento do terreno, na rápida construção, na versatilidade de mobilidade do exército defensivo e na facilidade e rapidez das comunicações.

O estabelecimento de um percurso interpretativo, no qual estão explícitos os princípios teóricos dos corredores verdes na paisagem, permitirá criar uma continuidade entre as estruturas ainda existentes. A salvaguarda, recuperação e valorização do património integrante das Linhas de Torres é fundamental para a requalificação urbana e paisagística das áreas de implantação do conjunto e dos sítios que integram o percurso. Esta intervenção deverá consistir ser ordenadora, de modo a aproveitar e valorizar o potencial paisagístico e natural da região.

A fruição e divulgação das estruturas intervencionadas irá permitir uma leitura de conjunto deste sistema defensivo, que abrange um vasto território, criando um produto turístico-cultural integrado, de qualidade, captando mais-valias da proximidade de importantes rotas turísticas transnacionais.

A continuidade do percurso proposto para outros municípios, tais como Arruda, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Mafra e Loures, conduzirá à transformação deste importante património cultural e arquitectónico num pólo de desenvolvimento local. Ao serem adoptadas metodologias de intervenção uniformes nos projectos de valorização, conservação e restauro das obras militares, nos vários municípios, o desenvolvimento de uma rede de percursos evidenciará a linearidade e continuidade das Linhas de Torres.

7. CONCLUSÃO

A paisagem, nas suas dimensões, natural e cultural tem vindo a ser progressivamente destruída em consequência de um rápido crescimento industrial e da expansão urbana. Para fugir à rotina das grandes cidades, verifica-se uma maior procura de actividades associadas às oportunidades de recreio e lazer que a paisagem rural nos oferece, uma vez que, nos últimos anos, tem-se vindo a observar um aumento de participantes ao nível do pedestrianismo, do turismo de natureza e do ecoturismo. Esta procura pelas paisagens rurais ou tradicionais deve-se, essencialmente, a uma mudança de mentalidade e a uma forte consciência ambiental, que levam o turista de hoje a ter diferentes formas de vivenciar a paisagem.

Independentemente das acções humanas e naturais na paisagem, esta modifica-se, devido à transformação das relações entre os vários elementos que a constituem, dando origem a imagens sucessivamente diferentes no tempo. Todas as transformações a que as paisagens são sujeitas reflectem-se em marcas que se vão sobrepondo ao longo dos tempos e que contribuem para a definição da identidade cultural desses locais e das populações aí residentes. Contudo, essas marcas nem sempre sobrevivem à sua função inicial, perdendo-se, no tempo, o seu significado primordial.

O património, como ponto de ligação e de interesse de um corredor verde, representa uma peça fundamental na constituição do mesmo, uma vez que a sua presença contribui para a organização do espaço, pois estes elementos patrimoniais são imagens de referência espacial, simbólica e cognitiva. Os valores naturais, culturais e históricos são componentes essenciais na atracção e divulgação turística de uma determinada região, sendo, por conseguinte, factores preponderantes na melhoria de vida dos utentes e moradores desses locais.

Face a uma motivação económica, constata-se que o Turismo em Portugal despertou para os valores estéticos e culturais das paisagens tradicionais. Contudo, estas paisagens tornaram-se, em muitos locais, pontos de interesse turístico, levando à construção desregrada de empreendimentos que provocaram a destruição da paisagem, em vez de preservarem as suas características.

A regeneração e a reconversão de infra-estruturas, que no passado apresentavam grande importância para as comunidades, torna-se premente, tendo em conta que estas se encontram, frequentemente, obsoletas, aparecendo na paisagem como zonas sem uso,

desactivadas e abandonadas ao vandalismo. Contudo, estas áreas podem ser intervencionadas com vista ao desenvolvimento sustentável de uma determinada região.

O planeamento de uma rede de percursos, no âmbito da conservação da qualidade da paisagem tem que ser complementada com programas educacionais e interpretativos, proporcionando um aumento do conhecimento sobre a paisagem local e, consequentemente, um forte contributo para a sua identidade cultural e natural.

Deste modo, e face à importância da interligação entre os vários elementos da paisagem, com a implementação de percursos de valor cultural e ambiental pretende-se recuperar antigos caminhos que não só apelam à visita do património, mas também contribuem para a sua valorização e integração na leitura da paisagem. Este processo de regeneração e requalificação representa uma mais-valia para o desenvolvimento sustentável das comunidades, sobretudo das mais rurais.

Com esta dissertação pretendeu-se mostrar que é possível criar um percurso interpretativo com base no conceito de corredor verde numa região onde, para além da existência de várias estruturas militares que foram imprescindíveis para a defesa da independência nacional durante a 3ª Invasão Francesa, no século XIX, existe um património paisagístico que merecer ser preservado e conhecido. A escolha da 1ª Linha de Torres, em detrimento da 2ª Linha de Torres decorre do elevado valor dos recursos naturais e patrimoniais que se verificam na primeira.

A importância dos recursos históricos, culturais e paisagísticos é internacionalmente reconhecida, como se pode constatar através de uma vasta legislação nacional, legislação europeia e dos convénios mundiais existente sobre conservação, salvaguarda e preservação.

A conservação e preservação dos recursos históricos e paisagísticos associados à implantação de corredores verdes proporciona não só oportunidades de recreio e lazer às populações como também constituem “livros vivos” sobre a história, a geografia e a biologia dessa região, criando, simultaneamente, hipóteses de turismo e, consequentemente, uma mais-valia económica.

Para atingir o objectivo proposto a metodologia adoptada baseia-se nos métodos de planeamento e elaboração de percursos preconizados por alguns autores como Fabos (1977) e Flink (1993), associados à análise da paisagem, incluindo o levantamento dos recursos históricos e culturais que a constituem, os quais foram suportados pela utilização de fotografia aérea e de outros levantamentos pontuais e reconhecimento de campo.

Com a aplicação dos conceitos ao caso prático foi possível concluir que a implantação do percurso interpretativo, com base nas estruturas militares da 1ª Linha de Torres, constitui um importante contributo para o desenvolvimento e planeamento sustentável e para a

salvaguarda da qualidade paisagística do concelho de Vila Franca de Xira. Esta estratégia representa, também, uma forma de promoção e divulgação turística do mesmo.

Deste modo, esta proposta poderá constituir o ponto de partida para a criação de outros percursos dentro e fora do concelho, com temática e objectivos comuns, no sentido da implementação de uma rede regional de percursos interpretativos, tornando esta estrutura da paisagem acessível a uma população mais alargada.

BIBLIOGRAFIA

Livros

- ABREU, Alexandre Cancela. Pinto-Correira, Teresa. Oliveira, Rorásio (Coordenação). **Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental – Volume I**. Colecção Estudos 10. Edição Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa 2002

- ABREU, Margarida Cancela (Coordenação). **Paisagem**. Ed. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa. 1994

- ALFAIATE, Maria Teresa. **Expressão dos Valores do Sítio na Paisagem**, Dissertação de Doutaramento. UTL – Instituto Superior de Agronomia. 2000

- ALMEIDA COSTA, J. & SAMPAIO e MELO, A**. Dicionário da Língua Portuguesa**. 5ª edição. Porto Editora. Porto. 1979

- BARATA, Manuel T., TEIXEIRA, Nuno S. (Direcção). **Nova História Militar de Portugal. Volume 3**. Rio de Mouro. Ed. Circulo de Leitores. 2004

- BOTELHO, J. – **História Popular da Guerra da Pen**ínsula. Porto: Livraria Charden. 1915

- BRANDÃO, Major João Paiva – **História Militar, Apontamentos sobre as Linhas de Torres Vedras e a sua ocupaçã**o. 1953

- CABRAL, Francisco Caldeira & TELLES, Gonçalo Ribeiro. **A Árvore em Portugal**. Ed. Assírio & Alvim. 1999

- CABRAL, Francisco Caldeira. **Fundamentos da Arquitectura Paisagista**. Ed. Instituto da Conservação da Natureza.Lisboa.1993

- CHOAY, Françoise. **L´allégorie du Patrimoine**. Edições Seuil.Paris. 1992

- COSTA, José João A. - **Linhas de Torres Vedras. Lisboa: Região Militar de Lisboa**. 1990

- COSTA, José Maria das Neves manuscrito (coligido por) - **Plano de defesa de Portugal. Linhas de Torres Vedras, 1810. 1864**

- CUSTÒDIO, Jorge. **Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos, De Alexandre Herculano à Carta de Veneza. Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos** *in* **Dar Futuro ao Passado**. Edições IPPAR. Lisboa.1993

- Escola Prática de Administração Militar. **LINHAS DE TORRES, Forte da Portela Grande e Forte da Portela Pequena**, **Apontamento Histórico e Descrição**. Lumiar: 1988

- ESCOLA CENTRAL DE SARGENTOS – **Apontamentos de História e Geografia Militar, I e II volume**. Lisboa: Papelaria-Livraria e Tipografia da América. ?

- FABOS, J. **Planning the Total Landscape: A Guide to Intelligent Land Use**. Boulder Westview Press Inc. USA. 1979

- FABOS, J.G. & AHERN, J. (Editors). **Greenways – The Beginning of an International Movement**. The Netherlands. Elsevier Science. 1995

- FLINK, Charles, SEARNS, Robert N. **Greenways: a Guide to Planning Design and Development**. The Fund, Island Press. Washington D.C. 1993

- GARCIA, Coronel Miguel Vitorino Pereira - **Pátria e Independência: Guerra Peninsular. Suas Causas e Efeitos, Boço Histórico da Campanha de 1807 a 1814**. Lisboa: Oficinas da Sociedade Nacional de Tipografia. 1933.

- GUEDES, J.V. Corrêa - **Linhas de defesa de Lisboa- Linhas de Torres Vedras**. Instituto de Altos Estudos Militares. ?

- GUIMARÃES, O. (coronel) – **Linhas de Torres Vedras- visita parcial**. Livro do Segundo congresso sobre Monumentos Militares Portugueses. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1983

- JONES, John. **Mémoires sur les lignes de Torres Vedras élevés pour couvrir Lisbonne em 1810**. Paris: T.Imprimeries et fonderie de Pinard.1832.

- JONGMAN, R. & PUNGETTI, G.(Editors) **Ecological Networks and Greenways. Concept, Design, Implementation**. Cambrigde Univeristy Press. Cambridge. 2004

- KLOPATEK, Jeffrey & GARDNER, R. (Editors). **Landscape Ecological Analysis Issues and Applications**. Ed. Springer-Verlay. USA. 1999

- LEITE PINTO, L., **História do Abastecimento de Água a Lisboa**, Imprensa Nacional – Casa Moeda. 1972

- LITTLE, Charles. **Greenways for America**. Ed. The John Hopkins University Press, USA.1990

- LOPES, Flávio. BRITO CORREIA, Miguel. **Património Arquitectónico e Arqueológico – Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais**. Edições Livros Horizonte. Lisboa. 2004

- LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Edições 70. Lisboa. 2003

- MACEDO, Lino – **Antiguidades do Concelho de Vila Franca de Xira** - Vila Franca de Xira: Edição Câmara Municipal de Vila Franca de Xira..Junho de 1992

- MAGALHÃES, Manuela Raposo. **Morfologia da Paisagem**. Ed. Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Agronomia. Lisboa. 1996

- MAGALHÃES, Manuela Raposo. **A Arquitectura Paisagista – morfologia e complexidade**. Edições Estampa. Lisboa.2001

- MAGALHÃES, Manuela Raposo (Coordenação Geral). **Estrutura Ecológica da Paisagem - Conceitos e Delimitação – escalas regional e municipal.** 1ª Edição. Edição ISApress. Lisboa. 2007

- MATOSO, J, (Direcção). **História de Portugal 5º Volume**. Lisboa. Ed. Circulo Leitores Lda e Autores. 1993

- McHARG, Ian L. **Proyectar com la natureza**. Editorial Gustavo Gili, S.A. Barcelona.2000

- MEDEIROS, Carlos Alberto (Direcção) **GEOGRAFIA DE PORTUGAL - Sociedade, Paisagens e Cidades – Volume 2** . Edição Circulo de Leitores, Lisboa. 2005

- MEDEIROS, Carlos Alberto (Direcção). **Geografia de Portugal – Planeamento e Ordenamento do Território Volume 4**. Edições Circulo de Leitores e Autores. Lisboa. 2006

- **Memória Histórico-Descritiva das Linhas que cubriam Lisboa em 1833**- Redigida D'ordem Superior, em 1837, por um official do Corpo de Engenheiros do Exercito de Portugal. Portugal**:** Pangim. 1840.

- MOREIRA, Rafael. **Portugal no Mundo. Histórias das Fortificações Portuguesas no Mundo**. Ed. Alfa. Lisboa. 1989

- MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA – **O Concelho em que Vivemos**. Vila Franca de Xira: Edição Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. 1998

- NASSAUER, Joan Iverson. **Placing Nature**. Island Press. Washington D.C. 1997

- NORRIS, A.H. & BREMNER, R.W.- **The lines of Torres Vedras – the fisrt three lines and fortications south of theTagus**. Lisboa: The British Historical Society of Portugal- 1980

- NUNES, António Lopes Pires – **Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar**. Lisboa: Estado Maior do Exército. 1991

- NUNES, Graça (Coordenação). **Memórias de Pedra e Cal**. Ed. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira| Pelouro da Cultura – Museu Municipal. Vila Franca de Xira. 2001

- NORBERG-SCHULTZ, Christian, **Genius Loci**. Editeur Pierre Mardaga. Liége. 1981

- ODUM, Eugene P.. **Fundamentos de Ecologia**. 5ª Edição. Ed. Serviço de Edução Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. P.51

- PARDAL, Sidónio . **Planeamento do Espaço Rústico**. Edição ADISA e CESUR. Lisboa.2002

- PARDAL, Sidónio Costa. **Planeamento do Território. Instrumentos para a análise físic**a. Ed. Livros Horizonte. Lisboa 1988

- RIBEIRO, Luis Paulo. **The Cultural Landscape and the Uniqueness of Place: A Greenway Heritage Network for Landscape Conservation of Lisbon Metropolitan Area**. Amherts: Dissertação para obtenção de grau de doutoramento em Planeamento regional, pela Universidade de Masachusetts.1998

- RIBEIRO, Orlando. **Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico**. Editora Livraria Sá da Costa . 7ª edição 1998

- SILVA, F. – **A aula de fortificação e arquitectura militar**. Revista de engenharia militar, nº comemorativo do III centenário da engenharia militar, Lisboa, 1943, p.29-43

- SMITH, Daniel S. & HELLMUND, Paul C. **Ecology of Greenways - Design and Function of Linear Conservation**. Ed. University of Minnesota Press. Minneapolis. 1993

- SOBRAL DE MONTE AGRAÇO. Câmara Municipal - **Sobral de Monte Agraço e as Linhas de Torres Vedras**. Sobral de Monte Agraço : Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, 1990

- SORIANO, S. – **História da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal- Compreendendo a história diplomática militar e politica deste ramo desde 1777 até 1834**. Lisboa: Imprensa Nacional. 1871

- SOROMENHO, M. **Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos, Da Idade Média ao Século XVIII**. *in* **Dar Futuro ao Passado**. Edições IPPAR. Lisboa.1993

- TELES, Sebastião – **A Fortificação e A Defesa do País**. Lisboa: Imprensa Nacional. 1894

- TELLES, Gonçalo Ribeiro**. Para além da Revolução**. Edições Salamandra. 1985.

- VILALOBOS, M. – **Da Engenharia Militar à Arquitectura** - Dissertação de Mestrado em História da Arte Moderna. Lisboa: UNL/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. 1991

Artigos

- AREIAS, Rusty. California Trails Conference, April 1999. Disponível em www.caltrails.org/newsfeatures.htm#tea21 (consultado em Maio 2008)

- BRAGA, Teófilo. **Pedestrianismo e Percursos Pedestres**. Pico da Pedra.2007. disponível em http://www.scribd.com/doc/3700898/PEDESTRIANISMO-E-PERCURSOS (consultado em Fevereiro 2009)

- CANCELA D'ABREU, A. PINTO-CORREIA, T **. Identificação e Caracterização de Unidades de Paisagem de Portugal Continental**. Agosto 2001. In http://www.amde.pt/document/447750/450930.pdf (consultado em Fevereiro 2009)~

- COOK, Edward A. **Landscape structure indices for assessing urban ecological networks.** Disponível em http://www.sciencedirect.com (consultado em Dezembro 2006)

- **Cultural Landscapes:The Challanges of Conservation**. Centro do Património Mundial da UNESCO.Paris.2003

- EAGLES, Paul F. J., McCOOL, Stephen. & HAYNES, Christopher D. **SustainableTourism in Protected Areas Guidelines for Planning and Management**. Ed. IUCN – The World Conservation Union. 2002. Disponível em http://cmsdata.iucn.org/downloads/pag_008.pdf (consultado em Janeiro 2009)

- FABOS,J.G. **Greenway planning in the United States: its origins and recent case studies**. Disponível em http://www.sciencedirect.com (consultado em Dezembro 2006)

- FOWLER, P.J. **World Heritage Cultural Landscapes 1992 – 2002**. Ed. UNESCO World Heritage Centre. 2003. Disponível em http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001331/133121e.pdf (consultado em Janeiro 2009)

- JENSENA, Marina Bergen, PERSSONB Bengt, GULDAGERA Susanne, Ulrik REEHA, NILSSONA, Kjell . **Green structure and sustainability & developing- a tool for local planning.** Disponível em http://www.sciencedirect.com (consultado em Dezembro 2006)

- JOKILEHTO, J. **World Heritage: Defining the Outstanding Universal Value.** City & Time. 2006. http://www.ct-ceci.br.org

- OPDAM, Paul, STEINGRÖVER, Eveline, ROOIJ, Sabina Van. **Ecological networks: A spatial conceptor multi-actor planning of sustainable landscapes. .** Landcaspe and Urban Planning**.** 2005. disponível em http://www.sciencedirect.com

- PINTO-CORREIA, T, CANCELA D'ABREU & OLIVEIRA, R. **IDENTIFICAÇÃO DE UNIDADES DA PAISAGEM: Metodologia aplicada a Portugal Continental**. Finisterra, XXXXVI, 72, 2001, pp 195-206. In http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72_17.pdf (consultado em Fevereiro 2009)

- **Pessoas e Lugares**. Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER +, Série II, n.º 16 Janeiro/Fevereiro 2004. http://www.dgadr.pt/ar/leader/jornalpl16.pdf (consultado em Agosto 2008))

- **Políticas Museológicas e Definição do Conceito de Património - Da norma legislativa à prática dos museu**s. In http://www2.ufp.pt/~slira/artigos/politicasmuseologicasguimaraesbr99.htm (consultado em Fev 2009)

- **Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres**. Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal. Março 2006. In http://www.cm-nisa.pt/desporto/regulamentopercursospedestres.pdf (consultado em Abril 2009)

- RIBEIRO, Luís & BARÃO, Teresa. **Greenways for recreation and maintenance of landcape quality. Five case studies in Portugal**. 2004. Disponível em www.sciencedirect.com (consultado em Dezembro 2006)

- TURNER, Tom. **Greenway planning in Britain: recent work and future plans**. Disponível em www.sciencedirect.com (consultado em Dezembro 2006)

- VALENTIN, Anke. SPANGENBERG, Joachim H. **A guide to community sustainability indicators**. Disponível em http://www.sciencedirect.com (consultado em Dezembro 2006)

- VENTURELLI, Rita & GALLI Andrea. **Integrated indicators in environmental planning: methodological considerations and applications**. Landcaspe and Urban Planning. 2005. Disponível em http://www.sciencedirect.com (consultado em Dezembro 2006)

- WALMSLEY, Anthony. **Greenways: multiplying and diversifying in the 21st century.** Disponível em http://www.sciencedirect.com (consultado em Dezembro 2006)

- WORLD HERITAGE CENTRE. . **American Fortifications and the World Heritage Conventions**. UNESCO - World Heritage Centre. Março 2004. In http://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_19.pdf . (consultado em Janeiro 2009)

Recomendação e Cartas Internacionais

- **Carta dos Itinerários Culturais.** ICOMOS. 2008. In http://icomos.fa.utl.pt/documentos/documentos.html . (consultado em Maio 2009)

- **Carta de Burra.** Australia ICOMOS.1988. in http://www.icomos.org/australia/burra.html (consultado em Maio 2006)

- **Carta de Torremolinos.** Council of Europe Commitee of Ministers. 1984. In http://209.85.129.132/search?q=cache:6YnGZuqR7OAJ:www.legislationline.org/download/action/download/id/1490/file/454ba81fc5306ab95fc8b65ef38b0c1f.pdf+council+of+europe+25+January+1984&cd=2&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt (consultado em Fevereiro de 2009)

- **Carta para a Conservação dos Sítios com Valor Patrimonial Cultural.** ICOMOS NewZeland. Nova Zelândia. Outubro 1992. In http://www.quintacidade.com/wp-content/uploads/2008/03/carta-para-a-conservacao-dos-sitios-com-valor-patrimonial-cultural.pdf (consultado em Abril 2009)

- **Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural**, 16 de Novembro de 1972. Paris. http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul_doc.php?idd=5 (consultado em Fevereiro 2009)

- **Convention européenne du paysage.** Concelho da Europa. Florença**.** Novembro de 2000. (consultado em Março 2009). http://conventions.coe.int/Treaty/fr/Treaties/Html/176.htm

- **Cultural Heritage Trail Criteria. In http://www.wvculture.org/shpo/grantapp/criteria_thematic_trails.pdf** (consultado em Janeiro 2009)

- **Orientations devant guider la mise en oeuvre de la Convention du patrimoine mondial.** Centro do património mundial da UNESCO. Paris. Janeiro 2008 (consultado em Fevereiro 2009). http://whc.unesco.org/archive/opguide05-fr.pdf

- **Recomendação N.º. R (84) 2. De 25 de Janeiro de 84** – do Comité do Ministros dos Estados Membros da União Europeia no Capítulo do Planeamento Regional/Espacial Europeu . (Consultado em Fevereiro 2009) Disponível em http://www.dgotdu.pt/cemat/site%20CEMAT/Rec(84)2.pdf

- **The Nara Document on Authenticity.** ICOMOS. 1994. (consultado em Março 2009) http://www.international.icomos.org/naradoc_eng.htm

Legislação

- **Decreto- Lei 321/83 de 5 de Julho.** In http://dre.pt/pdf1sdip/1983/07/15200/24252427.PDF (consultado em Feveiro 2009)

- **Lei 13/85 de 6 de Julho (Lei de Base do Património Cultural Português).** In http://www.ipa.min-cultura.pt/legis/legis_e_reguls/folder/lei_patrimonio (consultado em Março 2009)

- **Decreto-Lei 93/90 de 19 de Março**. In http://www.oasrn.org/pdf_upload/decretolei_93_90.pdf (consultado em Fevereiro 2009)

- **Decreto-Lei 19/93 de 23 de Janeiro.** In http://www.estg.ipg.pt/legislacao_ambiente/ficheiros/DL%2019-93.pdf (consultado em Fevereiro 2009)

- **Decreto-Lei 120/97 de 16 de Maio.** in http://www.ippar.pt/apresentacao/apresenta_lei.html (consultado em Fevereiro 2009)

- **Decreto-lei 380/99 de 22 de Setembro**. D.R.I Série A 222 (99-09-09-22) – **Regime Jurídico dos instrumentos de gestão territorial**. (consultado em Fevereiro 2009). Disponível em http://dre.pt/pdf1sdip/1999/09/222A00/65906622.pdf

- **Lei n.º 19/2000 de 10 de Agosto (Alteração à Lei n.º 13/85 de 6 de Julho e ao Decreto-Lei n.164/97 de 27 de Junho**.http://www.ipa.mincultura.pt/legis/legis_e_reguls/folder/lei_alt1 (consultado em Março 2009

- **Lei 107/01 de 8 de Setembro (Lei de Património Cultural)** in http://www.ipa.min-cultura.pt/legis/legis_e_reguls/folder/lei_org_n (consultado em Março 2009)

- **Decreto 4/2005 de 14 de Fevereiro**. **Convenção Europeia da Paisagem**, feita em Florença em 20 de Outubro de 2000 (consultado em Fevereiro 2009). Disponível em http://www.gddc.pt/siii/docs/dec4-2005.pdf

- **Lei 316/2007 de 19 de Setembro.** http://www.dre.pt/pdf1sdip/2007/09/18100/0661706670.PDF. (consultado em Janeiro 2009)

Outras fontes

- http://www.cm-loures.pt/m:FactosHistoricos5.asp (Maio 2006)

- http://argnet.pt/dicionário/Wellington.html (Maio 2009)

- http://en.wikipedia.org/wiki/Trail (Março 2009)

- http://pt.wikipedia.org/wiki/Immanuel_Kant (Abril 2009)

- http://www.ippar.pt/apresentacao/apresenta_lei_geral.html (Março 2009)

- http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT/Medidas/Envolvimento+Internacional/Directiva+Habitats.htm?res=1024x768 (consultado em Março 2009)

ANEXOS

ANEXO 1 – Principais Cartas e Convenções Internacionais (baseado in LOPES, F& BRITO CORREIA, M., 2004)

DATA	DOCUMENTO	LOCAL	ORGANISMO	OBSERVAÇÕES
1931	Carta de Restauro de Monumentos Históricos	Atenas	Serviço Internacional de Museus	- Documento onde se introduz pela primeira vez a noção de "património internacional" - Princípios gerais e doutrinas relativas à conservação de monumentos; - Recomendação para uma manutenção regular e permanente para assegurar a conservação dos edifícios de modo a evitar a reconstituição; - Caso o restauro seja indispensável, deverá respeitar-se a obra histórica e artística na sua plenitude sem eliminar estilos de nenhuma época; - Os monumentos devem ser afectos a usos que respeitem o seu carácter histórico ou artístico, com vista a assegurar a sua longevidade e preservação.
1933	Carta de Atenas sobre o Urbanismo Moderno (Carta do Urbanismo)	Atenas	CIAM*	- Define princípios orientadores tanto a nível do urbanismo (habitar, trabalhar, recrear-se, circular), como do património histórico (qualidade artística, salubridade, modernidade, contemporaneidade, integração).
1954	Convenção de Haia para a Protecção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado	Haia	UNESCO	- Visa salvaguardar e assegurar o respeito pelos bens móveis ou imóveis que representam um grande impacte para o património cultural dos povos, qualquer que seja a sua origem ou o seu proprietário.
1962	Recomendações para a Salvaguarda da Beleza e Carácter das Paisagens e Sítios	Paris	UNESCO	- Tem por objectivo não só a preservação do aspecto original das paisagens e sítios naturais, rurais e urbanos, quer sejam obra do homem ou da natureza, mas também o seu restauro; - Dá especial atenção para a importância científica e estética das paisagens e dos sítios e para o facto de estes constituírem um património; - Alerta para a necessidade de acções educativas com vista a despertar e desenvolver o respeito do público por um património que é seu e para envolver o público na protecção desse património.
1964	Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios	Veneza	ICOMOS	- Estabelece novo conceito de monumento que passa a integrar não só a criação arquitectónica isolada como os conjuntos urbanos ou rurais representativos de uma civilização particular de um movimento significativo ou de um acontecimento histórico; - Estabelece princípios quanto à autenticidade nas intervenções de restauro.
1969	Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico	Londres	Conselho de Europa	- Considera que o património arqueológico é o elemento essencial para o conhecimento da história das civilizações, pelo que para a preservação desse património deverão ser aplicados rigorosos métodos científicos à investigação e à às descobertas arqueológicas, com vista a preservar o seu pleno significado histórico.
1972	Convenção para a Protecção do Património	Paris	UNESCO	- Estabelece um sistema de protecção colectiva (à escala mundial) do património cultural e natural de

DATA	DOCUMENTO	LOCAL	ORGANISMO	OBSERVAÇÕES
	Mundial, Cultural e Natural			valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência. Adesão de Portugal pelo Decreto-Lei 49/79 de 6 de Junho.
1975	Carta Europeia do Património Arquitectónico	Estrasburgo	Conselho da Europa	- Este documento introduz a noção de conservação integrada onde a protecção, a conservação, o restauro e a reanimação se conjugam como elementos fundamentais de sobrevivência.
1976	Carta sobre Turismo Cultural	Bruxelas	ICOMOS	- Este documento apela a que sejam estabelecidas estratégias de desenvolvimento turístico do património cultural e natural, que garantam o seu respeito e a protecção da autenticidade e da diversidade do seu valor histórico e cultural.
1979	Carta para a Conservação de Lugares com Significado Cultural	Burra (Nova Zelândia)	ICOMOS	- Este documento define um conjunto de vocabulário relativo à conservação do património, bem como enuncia os princípios do Processo de Conservação. - Propõe também a substituição das designações de monumentos, conjuntos e sítios, apenas por sítios, podendo estes referir-se a jardins, edifícios, espaços arqueológicos, etc.
1979	Convenção para a Conservação da Vida Selvagem Europeia e Habitats Naturais	Berna	Conselho da Europa	- Esta convenção actua a favor do património paisagístico, através da defesa de habitats específicos, associados a espécies de fauna e flora considerados importantes para a manutenção da biodiversidade na Europa.
1981	Carta de Preservação dos Jardins Históricos	Florença	ICOMOS	- Este documento refere o jardim histórico como um monumento vivo, com composição arquitectónica e vegetal de interesse público, o qual deverá ser salvaguardado, segundo o espírito da Carta de Veneza; - O jardim funciona como um todo, devendo ser sujeito no seu todo a trabalhos de manutenção, conservação, recuperação ou reconstrução, quando tal se verifique necessário.
1985	Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa	Granada	Conselho da Europa	- Reconhece a importância do património cultural europeu, como testemunho do nosso passado, pelo que é necessário o empreendimento de medidas de salvaguarda do mesmo; - Fornece as orientações essenciais de uma política comum a todos os países da Europa, que garanta a salvaguarda e o engrandecimento do património arquitectónico.
1985	Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas	Washington	ICOMOS	- Aplica-se a cidades, vilas, centros ou bairros históricos com a sua envolvente natural ou construída pelo Homem, os quais para além de constituírem documentos históricos, são a expressão dos valores próprios das civilizações urbanas tradicionais.
1999	Carta Internacional sobre o Turismo Cultural	Cidade do México	ICOMOS	- Este documento encoraja a que o património cultural se torne mais acessível às comunidades de acolhimento e aos visitantes e a que a indústria turística promova e gira o turismo no respeito, conservação, protecção e valorização do património e das culturas vivas das comunidades de acolhimento, com o objectivo de as preservar a longo prazo.

DATA	DOCUMENTO	LOCAL	ORGANISMO	OBSERVAÇÕES
2000	Carta de Cracóvia – Princípios para a conservação e o restauro do património construído	Cracóvia		- Este texto define os princípios e os objectivos, os métodos e os instrumentos considerados apropriados para preservar a qualidade das cidades históricas e favorecer a harmonia entre a vida individual e colectiva, perpetuando o conjunto de bens culturais, ainda que modestos, que constituam a memória da humanidade; - Os instrumentos e métodos aplicados para uma correcta preservação do património devem adaptar-se às situações correctas, que são evolutivas e sujeitas a um processo contínuo de mudança.
2000	Convenção Europeia da Paisagem	Florença	UNESCO	- Esta Convenção visa não só salvaguardar e proteger os ideais e os princípios que são o património comum europeu, bem como instituir um novo instrumento dirigido exclusivamente à protecção, gestão e ao planeamento de todas as paisagens europeias. - Este documento introduz o conceito de "objectivos de qualidade paisagística" na protecção, na gestão e no planeamento dos territórios.
2008	Carta dos Itinerários Culturais	Québec	ICOMOS	- Estabelece os mecanismos fundamentais para desenvolver o conhecimento, a valorização, a protecção, a conservação e a gestão dos itinerários culturais; - Definir as orientações, os princípios e os critérios principais para uma correcta utilização dos itinerários culturais, enquanto recurso para um desenvolvimento social e económico durável, respeitando a sua autenticidade e integridade, a sua conservação e o seu sentido histórico.

*CIAM – **Congrès Internationaux d'Architecture Moderne** (*Congressos Internacionais da Arquitectura Moderna*)

ANEXO 2 – Glossário de Termos Militares

ABATIZES: obstáculo constituído por troncos de árvores, em parte enterrados no solo, com as extremidades pontiagudas viradas para o inimigo.

Foram construídos abatizes com ramos e troncos relativamente fortes, enterrados, solidamente, na terra. As extremidades eram aguçadas, depois de serem tirados os ramos mais fracos, de modo a que uma fileira de abatizes não pudesse abrigar ou proteger o assaltante. Eram colocados a 20/30 metros da Obra.

Por exemplo, para reforçar a defesa na 1ª linha e multiplicar os obstáculos ao inimigo, foi criada uma linha de abatizes, desde a margem do Tejo até à Bateria da Estrada Real de Alhandra, seguindo depois pela serra, em frente do fosso das fortificações de S. Fernando e primeiro Forte de Subserra.

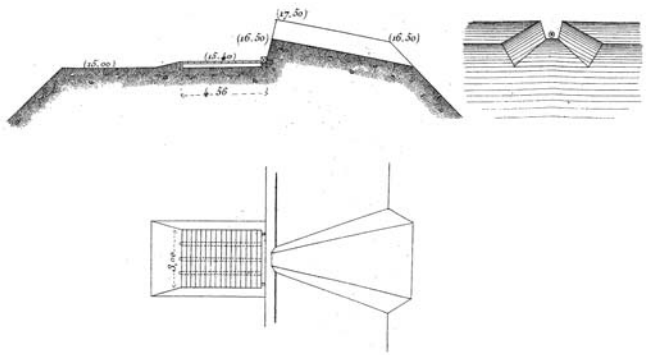
BARREIRAS: Cada reduto tinha na sua garganta uma barreira e uma ponte de madeira. Na construção dos armazéns, paliçadas, barreiras e plataformas foram utilizadas mais de 50.000 árvores, a maior parte delas provenientes das matas reais.

BATERIA: plataforma geralmente coberta, utilizada para colocar as bocas-de-fogo de artilharia. As baterias podem ser do tipo casamata (praça coberta com uma estrutura abobadada) ou do tipo barbeta (plataforma com parapeito por cima do qual é disparada a artilharia).

BANQUETA: degrau localizado na parte interna do parapeito (do reparo ou do caminho coberto) para comodidade dos defensores.

CAMINHO COBERTO: caminho que se destinava à circulação dos defensores e que estava protegido por um reparo.

CANHONEIRAS: intervalo entre os merlões de uma fortificação abaluartada onde eram colocadas as bocas-de-fogo. As canhoneiras podem aparecer a dois níveis, ao alto ou no corpo do muro, sendo que estas estruturas derivam das troneiras de forma rectangular.



Esquema de construção das canhoneiras. Cedido pelo Tenente-Coronel Berger no âmbito do *Workshop- Projectos de Valorização das Obras Militares das Linhas de Defesa de Torres – normalização de Procedimentos*. 2 de Junho 2009, Museu de Cerâmica de Sacavém

CONTRA ESCARPA: corresponde ao declive do fosso, oposta à escarpa, localizando-se no seu topo o caminho coberto.

CORDÃO: friso de secção semi-circular ao nível das canhoneiras, que circunda exteriormente a fortificação, separando o parapeito da escarpa.

COVA DE LOBO: Consistiam em covas com a forma de cones invertidos com 2 a 3 pés de profundidade e com estacas nos intervalos e no fundo. Estas covas eram dispostas em filas, que podiam chegar a ser 8 ou 10. Assim dispostas, elas constituíam um obstáculo difícil de transpor, pelo inimigo. Onde a altura do perfil ou a encosta o permitia, estas covas eram escondidas e protegidas, dos canhões do inimigo, através de um contra - talude feito com a terra, delas, tirada.

Em frente à posição de Via Longa, foi criada uma tripla correnteza de covas de lobo com cerca de 9 a 10 pés de diâmetro no topo e com a mesma profundidade.

ESCARPA: corresponde ao declive do reparo, sendo que, dependendo da localização da fortificação, ela é designada de escarpa exterior (declive para fora, do cordão até ao fosso) ou de escarpa interior (para a praça a partir do terrapleno).

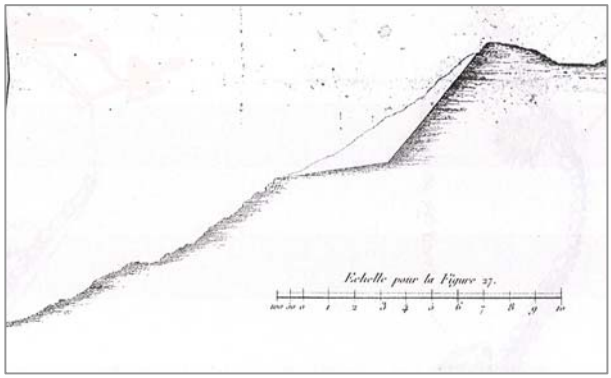
ESCARPAMENTO: obstáculo artificial que possui um inclinação mínima de 60º a 70º. Esta estrutura pode aproveitar a inclinação natural para a construção de um talude mais inclinado e consistente.

Os escarpamentos eram feitos cortando, tão verticalmente quanto permitia a constituição do solo, as encostas das elevações, tendo a preocupação de conservar a sua solidez.

A principal dificuldade, na execução dos escarpamentos, era, ao cortar a encosta num determinado ângulo, não criar um caminho que pudesse servir de patamar de repouso ou de comunicação segura para o assaltante.

Em Alhandra foi criado em escarpamento com cerca de 2 milhas de comprimento. «*Esta cadeia de montes, a uma distância de 20 a 30 pés do seu cume, apresentava no seu flanco, do lado do inimigo, um banco de rochas que estavam apenas cobertas por alguns pés de terra, esta terra foi tirada e atirada monte abaixo, foi cortada a rocha através de minas, segundo um ângulo que criava um declive inacessível à infantaria*.»[83]

[83] JONES, John. 1832. p. 152

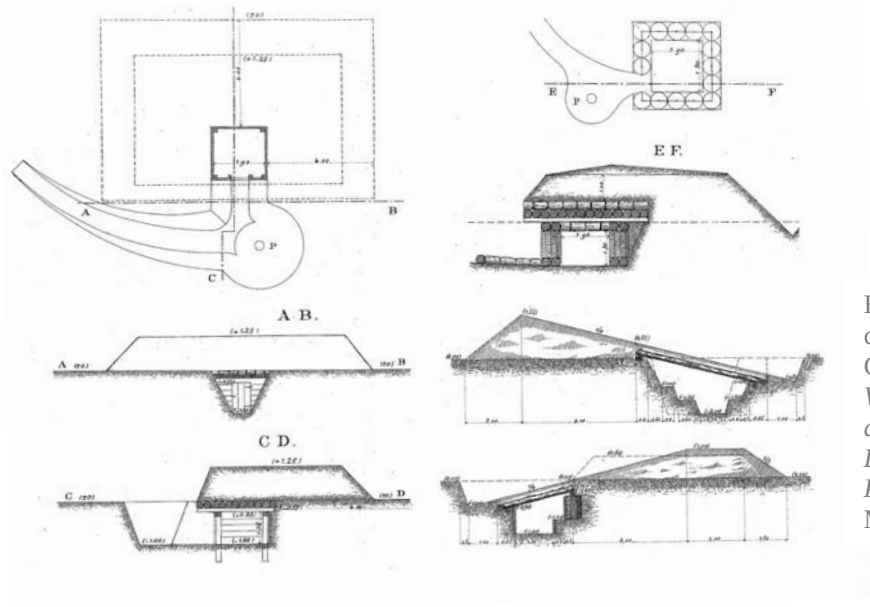


Exemplo de escarpamento *in* JONES, M. John (1832)

FORTE: também denominado de fortim, corresponde a uma pequena fortificação isolada que podendo ser autónoma depende muitas vezes de uma praça principal.

FOSSO: consiste no resultado da escavação na área que rodeia a fortificação ou nas partes mais expostas ao inimigo, com o intuito de dificultar o acesso.

PAIOL: local da fortificação destinado ao armazenamento de explosivos e munições. conforme a sua situação, em relação à superfície, estes podem ser paióis de superfície, paióis semi-enterrados ou paióis enterrados.



Exemplo dos vários tipos de paios construídos. Cedido pelo Tenente-Coronel Berger no âmbito do *Workshop- Projectos de Valorização das Obras Militares das Linhas de Defesa de Torres – normalização de Procedimentos*. 2 de Junho 2009, Museu de Cerâmica de Sacavém

PALIÇADA: estrutura de defesa constituída por um conjunto de estacas cravadas verticalmente no terreno, próximas umas das outras e ligadas entre si. Na fortificação abaluartada, a paliçada costumava ser construída sobre a banqueta do caminho coberto.

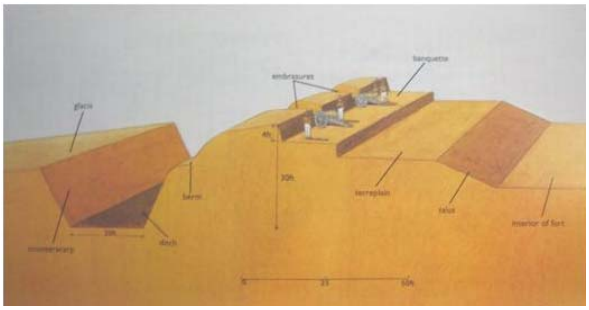
As paliçadas, colocadas nos fossos, eram feitas a partir de árvores novas com 4 a 5 polegadas de diâmetro, com as pontas aguçadas, enterradas 3 a 4 pés na terra e com um sarrafo colocado em baixo. Quando os fossos eram largos eram colocadas mais perto da escarpa do que da contra escarpa, por vezes com uma inclinação na direcção do fundo do fosso.

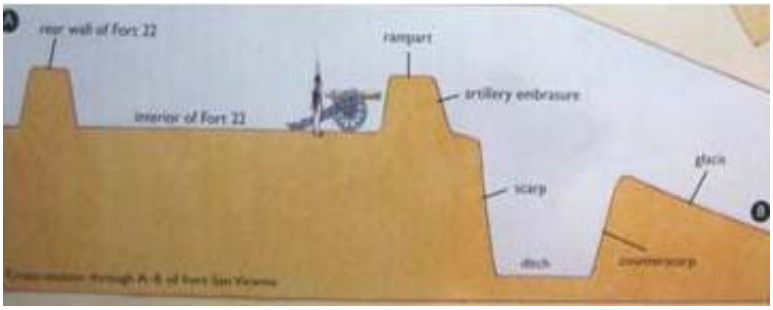
PARAPEITO: corresponde ao muro de protecção que se localiza por cima do reparo, com o objectivo de proteger os defensores do tiro do inimigo e com um declive suficiente para permitir a visibilidade da linha de contra-escarpa.

A crista do parapeito, relativamente à crista da contra escarpa, era de cerca de 5 pés. Os parapeitos nunca tinham mais de 10 pés de espessura, excepto se fossem previsíveis pesados bombardeamentos. Eram revestidos, no interior, com sacos de terra ou com molhos de lenha, e no exterior, por vezes, com pedra.

Os parapeitos de alguns redutos, situados nas encostas escarpadas, e contra os quais era impossível utilizar a artilharia, eram feitos de pedra ou de escombros e tinham menos de dois pés de espessura, de modo a aumentar o espaço interior e a permitir aos defensores utilizar as baionetas.

Os parapeitos interiores eram revestidos com feixes de lenha ou com sacos de terra. No verão, os primeiros tornaram-se de tal modo combustíveis, o que era perigoso, e os segundos apodreceram, tendo, por conseguinte, sido substituídos por troncos fortes desprovidos de ramos e folhas.

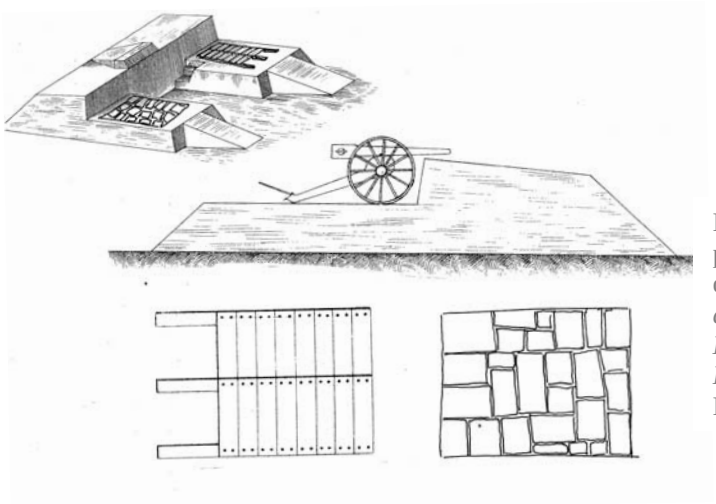




Cortes protótipos da construção de uma fortificação. Cedido pelo Tenente- Coronel Berger no âmbito do *Workshop- Projectos de Valorização das Obras Militares das Linhas de Defesa de Torres – normalização de Procedimentos*. 2 de Junho 2009, Museu de Cerâmica de Sacavém

PERFIS: Regra geral os perfis das obras eram sobreelevados, mas o critério a que obedeciam variava consoante estas estruturas estavam, mais ou menos, expostas ao ataque ou ao bombardeamento. Geralmente, os fossos tinham 15 pés de largura, na parte superior, e 10 pés de profundidade.

PLATAFORMA: infra-estrutura permanente ou temporária assente sobre o parapeito da cortina, onde é colocada a boca de fogo.

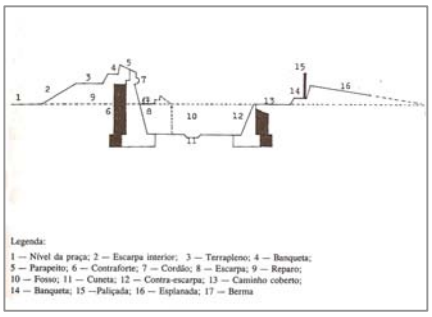


Exemplo de uma plataforma. Cedido pelo Tenente- Coronel Berger no âmbito do *Workshop- Projectos de Valorização das Obras Militares das Linhas de Defesa de Torres – normalização de Procedimentos*. 2 de Junho 2009, Museu de Cerâmica de Sacavém

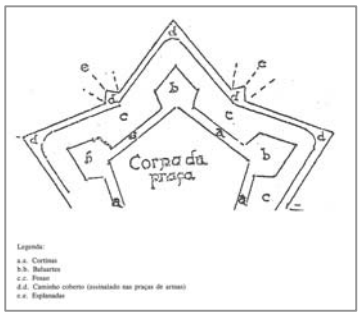
Inicialmente as plataformas eram simples pranchões colocados sobre as rodas das carretas. Ainda em 1810, encontrando-se muitos redutos construídos em colinas, de encostas não uniformes, houve a necessidade de construir plataformas normais, com uma altura suficiente que permitisse às peças de artilharia varrer as zonas intermédias das encostas e atingir os alvos situados na base.

«*Foram quase todas construídas ao modo ordinário. Quando a estreiteza do espaço interior da Obra o exigia, fizeram-se angulares, ou de dous planos. (...) Entretanto, geralmente fallando tinham 12 palmos de testeira, 21 de cauda, e 26 de comprimento. As dos Morteiros tiveram ordinariamente 14 palmos em quadro.*»[84]

PRAÇA: parte ampla da fortificação abaluartada, tendo como limite exterior o caminho coberto.



Perfil de uma praça abaluartada *in* NUNES, 1991

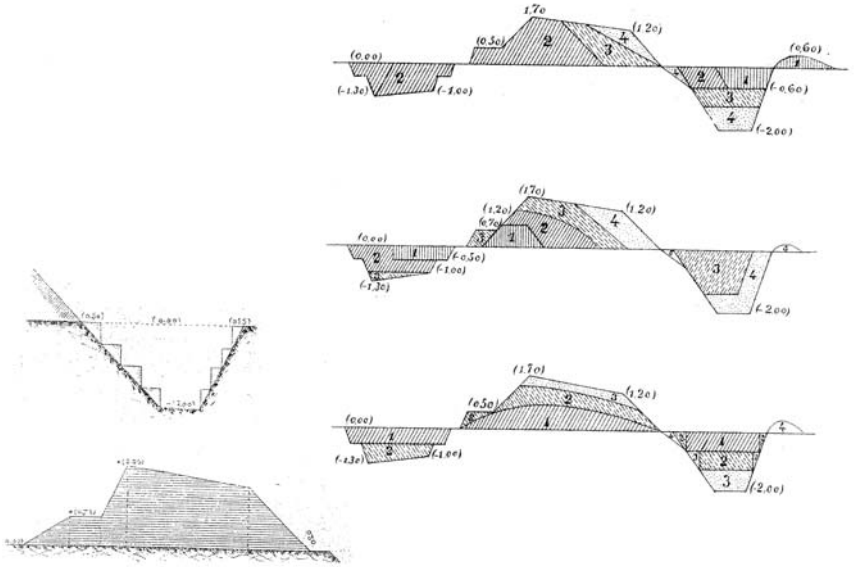


Planta de praça abaluartada *in* NUNES, 1991

[84] **Memória Histórico-Descritiva das Linhas que cubriam Lisboa em 1833**.1840. p. 25-26

REDUTO: pequena obra de planta quadrangular, construída num baluarte ou outras vezes fora da esplanada mas ao alcance do fogo do caminho coberto. Os redutos podem, também, constituir uma obra de aproximação dos sitiadores, apresentando, com frequência, quatro lados sem flancos. Nas linhas torres estas estruturas aparecem muitas vezes isoladas.

REPARO: consiste num maciço de terra levantado à volta da praça ou da fortificação. Geralmente o reparo é composto pela escarpa interior, terrapleno, banqueta, parapeito, cordão e escarpa.



Método de construção dos reparos. Cedido pelo Tenente- Coronel Berger no âmbito do *Workshop- Projectos de Valorização das Obras Militares das Linhas de Defesa de Torres – normalização de Procedimentos*. 2 de Junho 2009, Museu de Cerâmica de Sacavém

TERRAPLENO: corresponde a uma plataforma rasgada longitudinalmente no reparo e protegida pelo parapeito. Esta estrutura era utilizada para a movimentação das tropas e para facilitar a manobra das bocas de fogo.

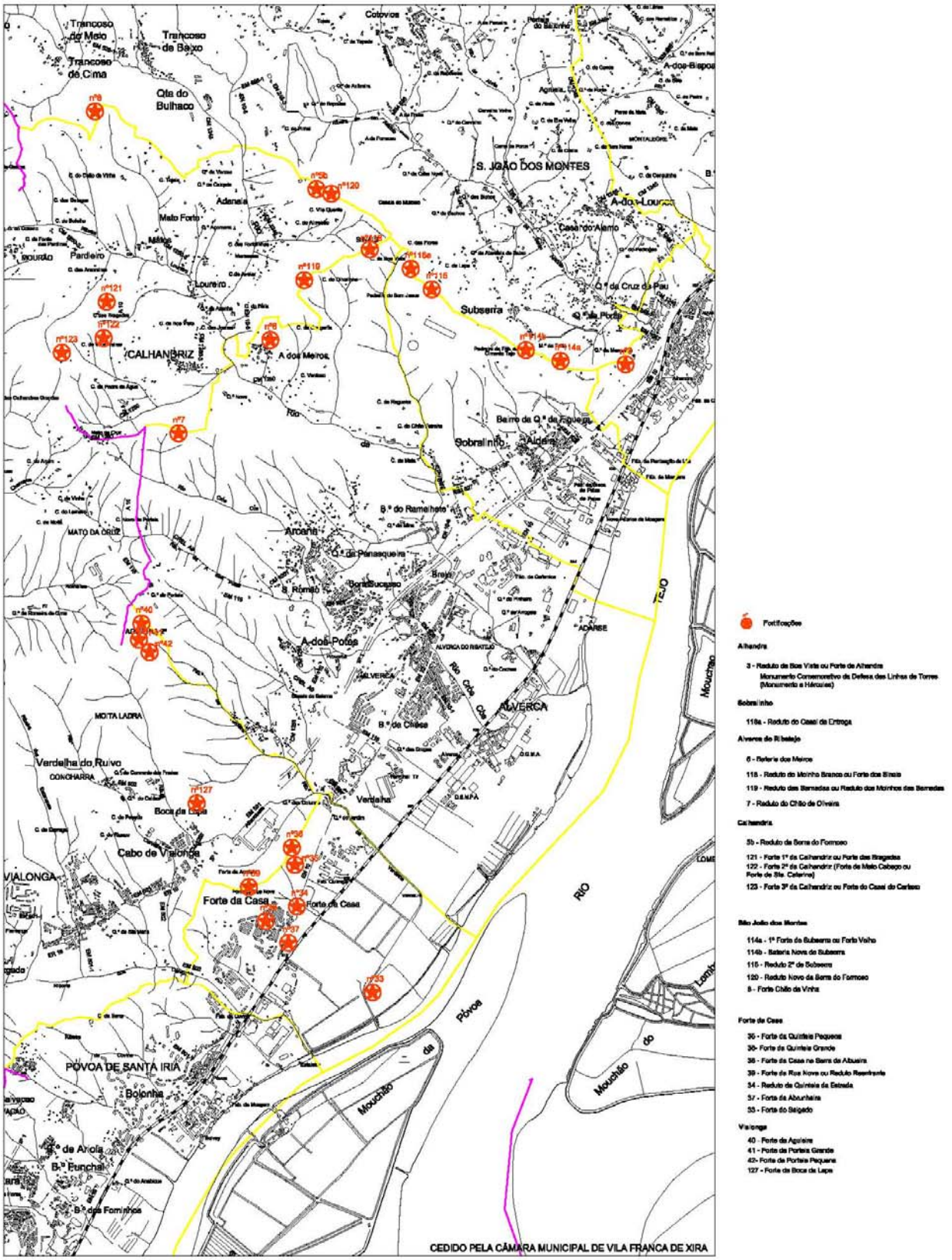
TRINCHEIRA: consiste na escavação no terreno para abertura de vala, que possibilita a circulação das tropas e a sua defesa.

ANEXO 3 – Tabela das fortificações construídas no concelho de Vila Franca de Xira

Nº de Série da fortificação	Designação	Nº de Peças de Artilharia	N.º de Homens	N.º da linha	Posição das Obras	Freguesia	Estado de conservação	Observações
1	Bateria do Tejo	13	1000	1ª Linha	Entrincheiramentos sobre o terreno abaixo de Alhandra, apoiando-se no Tejo	Alhandra	Destruído	
2	Bateria do Conde	2	800	1ª Linha	Entrincheiramentos sobre a esquerda da obra n.º 1	Alhandra	Destruído	
3	Reduto da Boa Vista	3	200	1ª Linha	Reduto na extremidade do entrincheiramento	Alhandra	Parcialmente destruído – alterado	Local onde foi construído o Monumento das Linhas Torres
4	Bateria de São Fernando	2	-	1ª Linha	Flanco direito da face escarpada desta posição, a Oeste dos Moinhos de São Fernando	São João dos Montes	Destruído	
5ª	Bateria das Antas		120	1ª Linha		Calhandriz	Destruído	
5b	Reduto da Serra do Formoso	3		1ª Linha	Reduto na extrema esquerda, defronte às alturas de Alhandra	São João dos Montes	Conservado	
5c	Reduto ou Bateria da Subida da Serra			1ª Linha		Alverca do Ribatejo	Destruído	
6	Bateria dos Melros	2	-	1ª Linha	Bateria a Este de Á-dos-Melros na parte posterior do flanco esquerdo	Alverca do Ribatejo	Arruinado	
7	Reduto do Chão da Oliveira	3	200	1ª Linha	Reduto sobre as alturas por trás de Alhandra, no vale de Calhandriz	Alverca do Ribatejo	Arruinado	
8	Reduto de Trancoso/Chão de Vinha	3	200	1ª Linha	Alturas por trás de Trancoso de Cima, para impedir que a vila de Alhandra fosse torneada com artilharia	São João dos Montes	Arruinado	
33	Forte do Salgado	4	300	2ª Linha	Junto à margem do Tejo, constituindo o flanco junto da posição de Vialonga	Forte da Casa	Destruído	
34	Reduto da Quintela da Estrada	3	200	2ª Linha	Reduto avançado	Forte da Casa	Destruído	
35	Reduto da Quintela Pequena	4	200	2ª Linha	Reduto avançado	Forte da Casa	Arruinado	
36	Reduto da Quintela Grande	9	370	2ª Linha	Reduto avançado	Forte da Casa	Arruinado	
37	Forte da Abrunheira	3	50	2ª Linha	Reduto à direita da estrada	Forte da Casa	Destruído	
38	Forte da Casa/ Serra da Abrunheira	5	340	2ª Linha	Reduto à esquerda da estrada	Forte da Casa	Alterado	
39	Reduto do Reentrante	8	340	2ª Linha	Reduto no ponto mais elevado à direita da estrada	Forte da Casa	Conservado	
40	Reduto da Serra da Aguieira	-	150	2ª Linha	Reduto avançado do forte da Aguieira	Vialonga	Conservado	
41	Reduto da Portela Grande	5	240	2ª Linha	Reduto à direita do forte da Aguieira	Vialonga	Conservado	

Nº de Série da fortificação	Designação	Nº de Peças de Artilharia	N.º de Homens	N.º da linha	Posição das Obras	Freguesia	Estado de conservação	Observações
42	Reduto da Portela Pequena	6	350	2ª Linha		Vialonga	Conservado	
114a	Forte 1º de Subserra	2	100	1ª Linha	Reduto flanqueando as escarpas de Alhandra	São João dos Montes	Conservado	
114 b	Bateria Nova de Subserra			1ª Linha		São João dos Montes	Conservado	
115	Reduto 2º de Subserra	2	100	1ª Linha	Reduto flanqueando as escarpas de Alhandra	São João dos Montes	Conservado	
116 a	Reduto do Casal de Entrega		100	1ª Linha	Reduto flanqueando as escarpas de Alhandra	São João dos Montes	Conservado	
116 b	Forte 3º de Subserra	5		1ª Linha		São João dos Montes	Destruído	
117 a	Forte 4º de Subserra		150		Flecha flanqueando as escarpas de Alhandra	São João dos Montes	Destruído	
117 b	Reduto Novo da Costa da Freira			1ª Linha		São João dos Montes	Conservado	
118	Reduto dos Sinais	8	400	1ª Linha	Na parte culminante da posição	Alverca do Ribatejo	Arruinado	Posto de Sinais
119	Reduto das Sarnadas	6	350	1ª Linha	Na esquerda da posição de Alhandra	Alverca do Ribatejo	Arruinado	
120	Reduto Novo da Serra do Formoso	2	130	1ª Linha	Reduto na extrema esquerda, defronte das alturas de Alhandra	Calhandriz	Conservado	
121	Forte 1º da Calhandriz/ das Bragadas	4	250	1ª Linha	Alturas da Calhandriz, reduto avançado	Calhandriz	Conservado	
122	Forte 2º da Calhandriz	3	300	1ª Linha	Alturas da Calhandriz, reduto direita	Calhandriz	Arruinado	
123	Forte 3º da Calhandriz	3	300	1ª Linha	Alturas da Calhandriz, reduto centro	Calhandriz	Arruinado	
126	Forte da Arroteia ou do Cabo	2	188	2ª Linha	Reduto direito, destinado a fechar o Vale do Cabo	Vialonga	Arruinado	
127	Forte da Boca da Lapa ou Moinho Velho	-	154	2ª Linha	Reduto esquerdo, destinado a fechar o Vale do Cabo	Vialonga	Arruinado	

ANEXO 4 – Fortificações da 1ª e 2ª Linha, no concelho de Vila Franca de Xira, existentes na actualidade



ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa DGEMN - Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais	FORTIFICAÇÕES DA 1ª E 2ª LINHA NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA	01
REGENERAÇÃO DE PERCURSOS CULTURAIS. 1ª LINHA DE TORRES CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA		Esc. 1/50 000
MESTRADO EM REABILITAÇÃO URBANA E ARQUITECTÓNICA	Catarina Conde	JUNHO 2008

ANEXO 5 – Fichas de Inventário das fortificações da 1ª Linha, construídas no concelho de Vila Franca de Xira

As fortificações da 1ª Linha de Torres, no concelho de Vila Franca de Xira, foram inventariadas em função dos seguintes critérios:

- Designação:
- N.º de Série da Fortificação:
- Freguesia:
- Local:
- Propriedade:
- Inserção ambiental:
- Tipo de acesso:
- Tipo de materiais utilizados na sua construção:
- Integridade física: Obra destruídas – obras militares totalmente demolidas, desaparecidas, das quais não se encontram quaisquer vestígios;
  Obras arruinadas – obras militares que se encontram em risco de desaparecerem e que apresentam intrusões vegetais extensivas;
  Obras conservadas – obras militares que conservam na actualidade uma boa parte da sua estrutura original.
- Tipo de ameaças:
- Objectivo:
- Elementos funcionais existentes na envolvente:
- Elementos construídos:
- Proposta de Intervenção: Sem intervenção – estruturas destruídas;
  Prioridade média – estruturas com alguma relevância e que apresentam alguns impactes sobre as estruturas ainda existentes;
  Prioridade máxima – estruturas em risco de desaparecerem e/ou estruturas cuja localização estratégica seja fundamental para a compreensão da 1ª Linha de Torres.
- Protecção Legal:
- Observações:

FICHA DE INVENTÁRIO

Designação: Bateria do Tejo

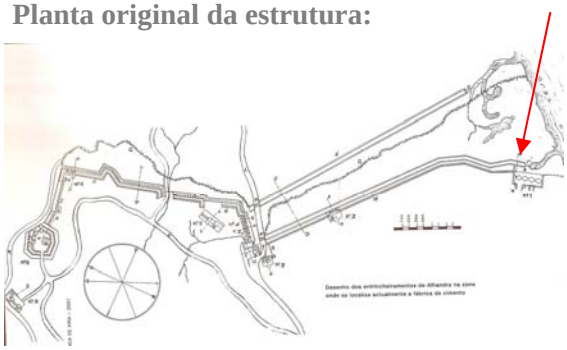
N.º de série da Fortificação: 1

Freguesia: Alhandra

Local:

Planta de localização:

Planta original da estrutura:



Fotos:

Não existe na actualidade

Propriedade: não se aplica

Inserção ambiental: Meio Urbano

Tipo de acesso: não se aplica

Tipo de materiais utilizados na construção: não se aplica

Integridade física: Obra destruída

Tipo de ameaças: não se aplica

Objectivo: vigiar e bater o acesso à Vila de Alhandra

Elementos funcionais existentes na envolvente:
- Fábrica da Cimpor
- Estação de comboios
- Antiga Estrada Real

Elementos construídos: não se aplica

Proposta de Intervenção: Sem intervenção

Protecção Legal: não se aplica

Observações: Obra totalmente destruída com o avanço da industrialização
Bateria já coberta de mato em 1823

FICHA DE INVENTÁRIO

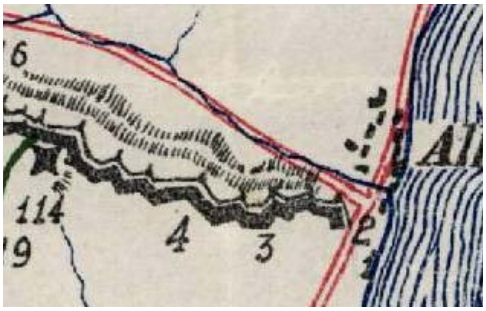
Designação: Bateria do Conde

N.º de série da Fortificação: 2

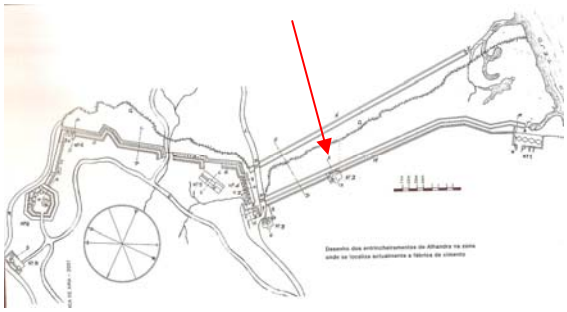
Freguesia: Alhandra

Local: Sobre a E.N. 10

Planta de localização:



Planta original da estrutura:



Fotos:

Não existe na actualidade

Propriedade: não se aplica

Inserção ambiental: Meio Urbano

Tipo de acesso: não se aplica

Tipo de materiais utilizados na construção: não se aplica

Integridade física: Obra destruída

Tipo de ameaças: não se aplica

Objectivo: bater o vale que dá acesso à Vila de Alhandra e ao monte adjacente

Elementos funcionais existentes na envolvente:
- Desfiladeiros
- Escarpamentos

Elementos construídos: não se aplica

Proposta de Intervenção: sem intervenção

Protecção Legal: não se aplica

Observações: Obra militar que desapareceu com o avanço da malha urbana e que já se encontrava destruída em 1823.

FICHA DE INVENTÁRIO

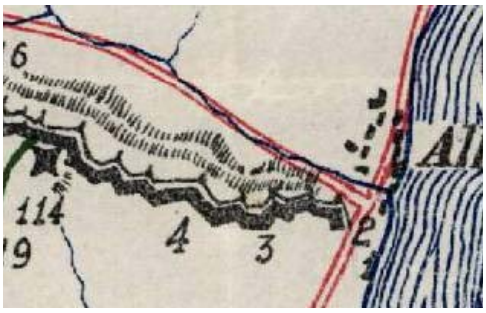
Designação: Reduto da Boa Vista

N.º de série da Fortificação: 3

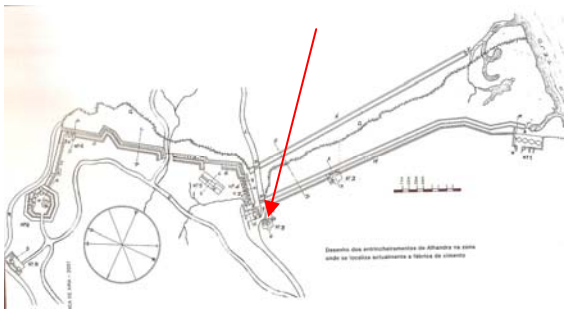
Freguesia: Alhandra

Local: Serra de São Lourenço

Planta de localização:



Planta original da estrutura:



Fotos:

Não existe na actualidade

Propriedade: Domínio Público
Serventia pública

Inserção ambiental: Meio Peri-Urbano

Tipo de acesso: Estada
Caminho pedonal

Tipo de materiais utilizados na construção:
- terra
- pedra
- rocha

Integridade física: Obra parcialmente destruída – alterado. Em substituição do Reduto da Boa Vida, o Marquês Sá da Bandeira mandou construir no local, um monumento comemorativo das Linhas de Torres, o qual foi concluído por volta de 1883.
A estátua do Hércules, simbolizando a force dos exércitos aliados, é da autoria do escultor Simões de Almeida, tendo o encarregado deste projecto sido o Tenente-Coronel Joaquim da Costa Cascais.

Tipo de ameaças:
- Descaracterização da zona envolvente
- Risco de erosão
- Vandalismo

Objectivo: bater sobre a direita da Vila de Alhandra e o Monte, bem como a estrada de subida a esse mesmo monte, pela estrada do Vale de Loucos e à direita a estrada real que desta vila segue para Arruda.

Elementos funcionais existentes na envolvente:
- Desfiladeiros e Vias
- Moinho
- Trincheira
- Escarpamentos

Elementos construídos: não se aplica

Proposta de Intervenção: Prioridade máxima

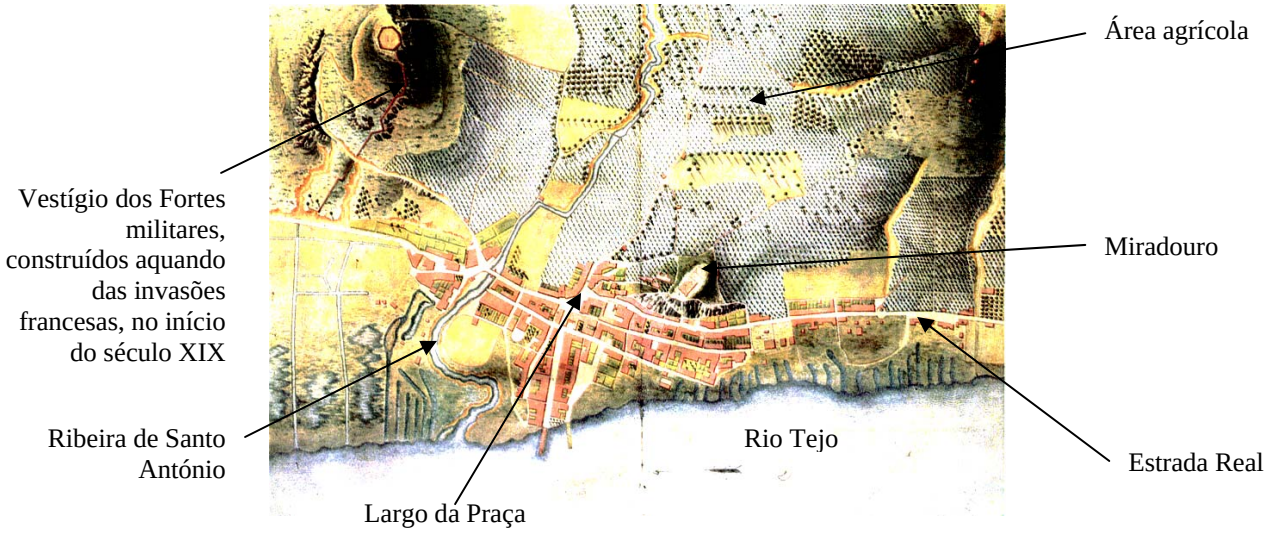
- Reabilitação da zona envolvente ao monumento das linhas de torres, com a criação de zona de estadia, parque de estacionamento e centro de observação e informação;
- Desmatação selectiva com preservação da flora autóctone de elevado valor ecológico;

Protecção Legal: sem protecção

Observações: - actual localização do Monumento das Linhas de Torres, o qual foi submetido a uma intervenção de limpeza em 2008;

- existência de obstáculos visuais na envolvente;
- em 1823, as ruínas eram ao nível da escarpa e da contra-escarpa, sendo que o parapeito apresentava esboroamento.

Monumento das Linhas de Torres



Planta esquemática da Vila de Alhandra no século XIX (1811-1856) com identificação dos principais locais sobre planta *in* Moreira, Rafael. *Portugal no Mundo. Histórias das Fortificações Portuguesas no Mundo.* Ed. Alfa. Lisboa. 1989. pág. 278

FICHA DE INVENTÁRIO

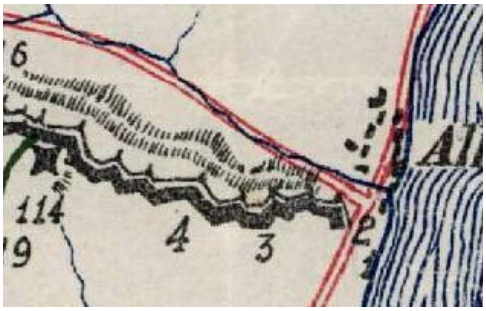
Designação: Bateria de São Fernando

N.º de série da Fortificação: 4

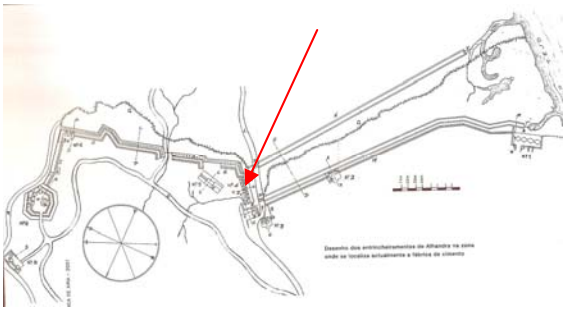
Freguesia: São João dos Montes

Local: Serra de São Lourenço

Planta de localização:



Planta original da estrutura:



Fotos:

Não existe na actualidade

Propriedade: Domínio Privado

Inserção ambiental: Meio Peri-Urbano

Tipo de acesso: Caminho
Serventia pública

Tipo de materiais utilizados na construção:
- não se aplica

Integridade física: Obra destruída

Tipo de ameaças: não se aplica

Objectivo: evitar um ataque de flanco ao reduto 114, rasando o Vale de Subserra, por onde o inimigo podia passar

Elementos funcionais existentes na envolvente:
- Desfiladeiros e Vias
- Moinho

Elementos construídos: não se aplica

Proposta de Intervenção: sem intervenção

Protecção Legal: não se aplica

Observações: obra militar já bastante arruinada em 1823

FICHA DE INVENTÁRIO

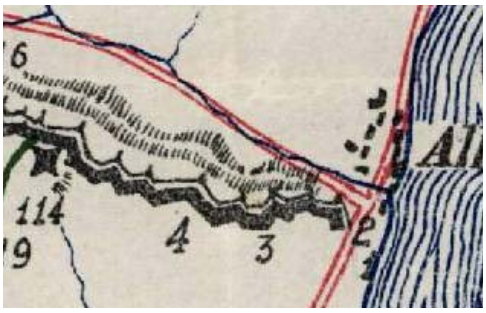
Designação: Bateria das Antas

N.º de série da Fortificação: 5 a

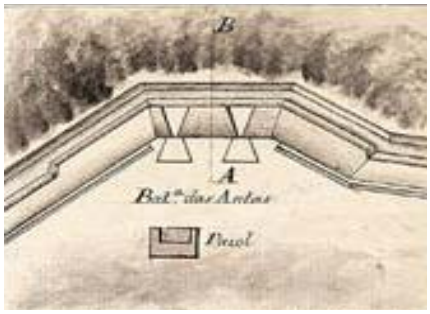
Freguesia: Calhandriz

Local: Serra de São Lourenço

Planta de localização:



Planta original da estrutura:



Fotos:

Não existe na actualidade

Propriedade: não se aplica

Inserção ambiental: Meio Peri-Urbano

Tipo de acesso: caminho privado

Tipo de materiais utilizados na construção:
- não se aplica

Integridade física: Obra destruída

Tipo de ameaças: não se aplica

Objectivo: Bater a Estrada Real de Arruda e todo o vale que se situava à frente, à direita do Bulhaco e as alturas de Trancoso. Permitia assim defender um ataque pela esquerda da Serra dos Anjos

Elementos funcionais existentes na envolvente: não se aplica

Elementos construídos: não se aplica

Proposta de Intervenção: sem intervenção

Protecção Legal: não se aplica

Observações:

FICHA DE INVENTÁRIO

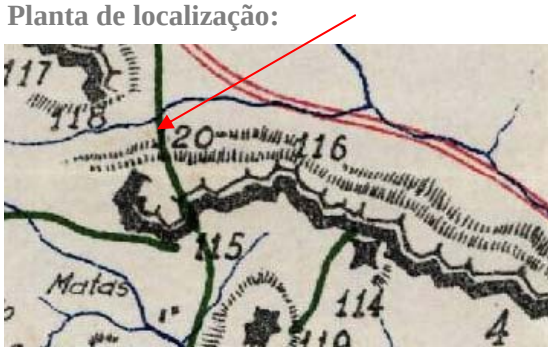
Designação: Reduto da Serra do Formoso

N.º de série da Fortificação: 5 b

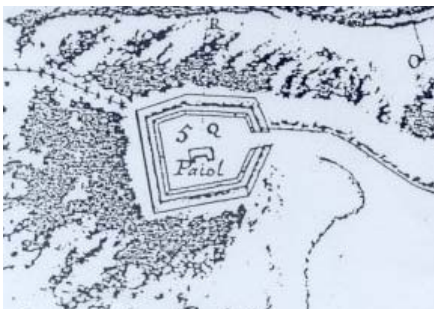
Freguesia: Calhandriz

Local: Serra do Formoso

Planta de localização:



Planta original da estrutura:



Fotos:

Propriedade: Domínio Privado

Inserção ambiental: Meio Rural

Tipo de acesso: Caminho privado

Tipo de materiais utilizados na construção:
- terra
- pedra
- rocha

Integridade física: Obra parcialmente arruinada evidenciando intrusões vegetais extensivas

Tipo de ameaças:
- Incêndio
- Erosão
- Vandalismo

Objectivo: Bater a Estrada Real de Arruda e todo o vale que se situava à frente, à direita do Bulhaco e as alturas de Trancoso. Permitia assim defender um ataque pela esquerda da Serra dos Anjos

Elementos funcionais existentes na envolvente:
- Desfiladeiros e vias
- Escarpamentos

Elementos construídos:

Proposta de Intervenção: prioridade máxima

Protecção Legal: em vias de classificação como imóvel de interesse público, despacho de 15/09/2005

Observações:

FICHA DE INVENTÁRIO

Designação: Reduto ou Bateria da Subida da Serra

N.º de série da Fortificação: 5 c

Freguesia: Alverca do Ribatejo

Local: Serra do Formoso

Planta de localização:

Planta original da estrutura:

Fotos:

Não existe na actualidade

Propriedade: não se aplica

Inserção ambiental: Meio Rural

Tipo de acesso: não se aplica

Tipo de materiais utilizados na construção:
- Não se aplica

Integridade física: Obra destruída

Tipo de ameaças: não se aplica

Objectivo: Bater a Estrada Real de Arruda e todo o vale que se situava à frente, à direita do Bulhaco e as alturas de Trancoso. Permitia assim defender um ataque pela esquerda da Serra dos Anjos

Elementos funcionais existentes na envolvente: Desfiladeiros e vias

Elementos construídos: não se aplica

Proposta de Intervenção: sem intervenção

Protecção Legal: não se aplica

Observações: até à data ainda não foi possível identificar o local exacto desta obra militar

FICHA DE INVENTÁRIO

Designação: Bateria dos Melros

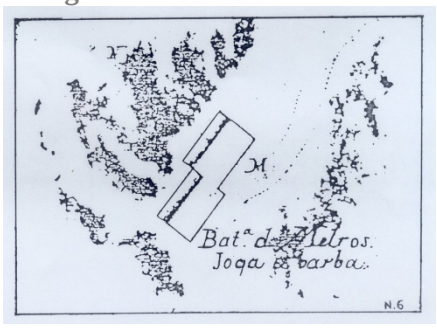
N.º de série da Fortificação: 6

Freguesia: Alverca do Ribatejo

Local: SE da povoação de À-dos-Melros

Planta de localização:

Planta original da estrutura:



Fotos:

Propriedade: Domínio privado

Inserção ambiental: Meio Rural

Tipo de acesso: Caminho com serventia pública

Tipo de materiais utilizados na construção:

- terra
- pedra
- rocha

Integridade física: Obra arruinada

Tipo de ameaças: Abandono

Objectivo: bateria destinada a cobrir a estrada real para arruda

Elementos funcionais existentes na envolvente: Desfiladeiros e Vias

Elementos construídos: não se conhecem

Proposta de Intervenção: Prioridade média

Protecção Legal: sem protecção

Observações:

FICHA DE INVENTÁRIO

Designação: Reduto Chão de Oliveira ou Forte da Calhandriz

N.º de série da Fortificação: 7

Freguesia: Alverca do Ribatejo

Local: Sul do vale da Calhandriz

Planta de localização:

Planta original da estrutura:

Fotos:

Propriedade: Domínio privado

Inserção ambiental: Meio Rural

Tipo de acesso: Caminho público

Tipo de materiais utilizados na construção:
- pedra

Integridade física: Obra arruinada, evidenciando intrusões vegetais extensivas

Tipo de ameaças: Abandono

Objectivo: estabelecia a ligação entre a 1ª e a 2ª linha, dando sequência às fortificações das Bragadas. Defendia o Vale da Calhandriz

Elementos funcionais existentes na envolvente:
- Desfiladeiros e Vias
- Escarpamentos

Elementos construídos:
- Reparo
- Fosso
- Canhoneiras
- Paiol

Proposta de Intervenção: Prioridade média

Protecção Legal: sem protecção

Observações:

FICHA DE INVENTÁRIO

Designação: Reduto de Trancoso ou do Chão da Vinha

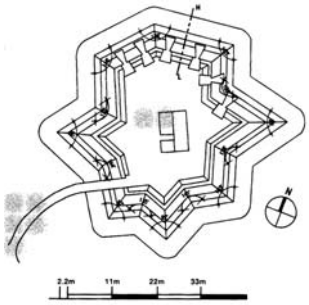
N.º de série da Fortificação: 8

Freguesia: São João dos Montes

Local: Alto do Chão da Vinha

Planta de localização:

Planta original da estrutura:



Fotos:

Propriedade: Domínio privado

Inserção ambiental: Meio Rural

Tipo de acesso: Caminho público

Tipo de materiais utilizados na construção:
- pedra
- terra

Integridade física: Obra arruinada, evidenciando intrusões vegetais extensivas

Tipo de ameaças: Existência de elementos dissonantes do reduto

Objectivo: bater o Vale de Trancoso, assim como toda a serra do Pinheiro, rasando ainda o Chão-da-Vinha e a Estrada Geral Militar que corria à retaguarda das posições

Elementos funcionais existentes na envolvente:
- Desfiladeiros e Vias
- Moinho

Elementos funcionais construídos:
- Paiol
- Canhoneiras
- Fosso

Proposta de Intervenção: Prioridade média

Protecção Legal: sem protecção

Observações:

FICHA DE INVENTÁRIO

Designação: 1º Forte da Subserra,

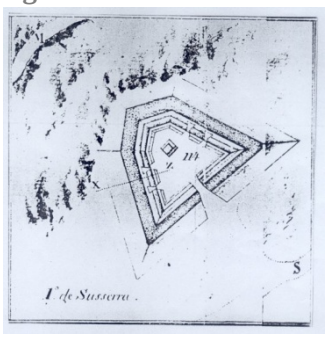
N.º de série da Fortificação: 114 a

Freguesia: São João dos Montes

Local: Serra de São Lourenço

Planta de localização:

Planta original da estrutura:



Fotos:

Propriedade: Domínio privado

Inserção ambiental: Meio Rural

Tipo de acesso: Caminho militar

Tipo de materiais utilizados na construção:
- pedra
- terra
- rocha

Integridade física: Obra conservada

Tipo de ameaças: - Descaracterização da zona envolvente
- Vandalismo
- Depósito ilegal de lixos
- Erosão

Objectivo: Defendia de flanco o ataque à Bateria de São Fernando, obra militar n.º 4 e cruzava fogos com a Bateria Nova de Subserra (obra militar n.º 114 b)

Elementos funcionais existentes na envolvente:
- Desfiladeiros e Vias
- Moinho
- Escarpamentos

Elementos construídos:
- Reparo
- Fosso
- Canhoneira
- Paiol

Proposta de Intervenção: Prioridade máxima
- Escavações arqueológicas
- Consolidação das estruturas
- Desmatação selectiva com preservação da flora autóctone de elevado valor ecológico;

Protecção Legal: Em vias de classificação, como imóvel de interesse público, despacho de 15/09/2005

Observações:

FICHA DE INVENTÁRIO

Designação: Bateria Nova Subserra,

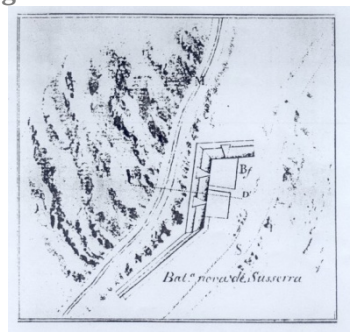
N.º de série da Fortificação: 114 b

Freguesia: São João dos Montes

Local: Serra de São Lourenço

Planta de localização:

Planta original da estrutura:



Fotos:

Propriedade: Domínio privado

Inserção ambiental: Meio Rural

Tipo de acesso: Caminho militar

Tipo de materiais utilizados na construção:
- pedra
- terra
- rocha

Integridade física: Obra conservada

Tipo de ameaças:
- Descaracterização da zona envolvente
- Vandalismo

Objectivo: Defendia a Estrada Real para Arruda, sobre o vale da Ribeira de Santo António

Elementos funcionais existentes na envolvente:
- Desfiladeiros e Vias
- Moinho
- Trincheira

Elementos construídos:
- Reparo
- Canhoneira

Proposta de Intervenção: Prioridade máxima
- Escavações arqueológicas
- Consolidação das estruturas
- Desmatação selectiva com preservação da flora autóctone de elevado valor ecológico;

Protecção Legal: Em vias de classificação como imóvel de Interesse Público, despacho de 15/09/2005

Observações:

FICHA DE INVENTÁRIO

Designação: 2º Reduto de Subserra

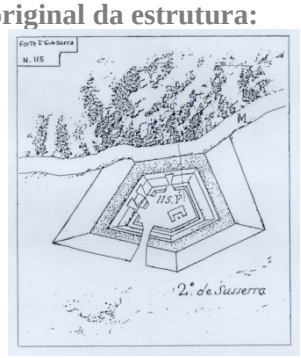
N.º de série da Fortificação: 115

Freguesia: São João dos Montes

Local: Serra de São Lourenço

Planta de localização:

Planta original da estrutura:



Fotos:

Propriedade: Domínio privado

Inserção ambiental: Meio Rural

Tipo de acesso: Caminho

Tipo de materiais utilizados na construção:
- pedra
- terra
- rocha

Integridade física: Obra conservada, evidenciando intrusões vegetais extensivas

Tipo de ameaças:
- Descaracterização da zona envolvente
- Vandalismo
- Demolição
- Erosão

Objectivo: Destinava-se a bater a Estrada Real de Arruda e a subida da Serra dos Anjos

Elementos funcionais existentes na envolvente:
- Desfiladeiros e Vias
- Moinho
- Trincheira

Elementos construídos:
- Reparo
- Canhoneira
- Fosso
- Paiol

Tipo de Intervenção: Prioridade mínima
- Desmatação selectiva com preservação da flora autóctone de elevado valor ecológico;

Protecção Legal: Em vias de classificação como imóvel de Interesse Público, despacho de 15/09/2005

Observações:

FICHA DE INVENTÁRIO

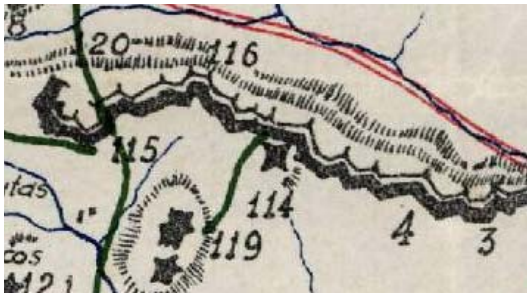
Designação: Reduto do Casal da Entrega

N.º de série da Fortificação: 116 a

Freguesia: Alverca do Ribatejo

Local: Serra do Formoso

Planta de localização:



Planta original da estrutura:

Fotos:

Propriedade: Domínio privado

Inserção ambiental: Meio Rural

Tipo de acesso: Caminho privado

Tipo de materiais utilizados na construção:
- pedra
- terra
- rocha

Integridade física: Obra conservada, evidenciando intrusões vegetais extensivas

Tipo de ameaças: Descaracterização da zona envolvente, erosão, demolição, vandalismo

Objectivo: Destinava-se a bater a Estrada Real de Arruda e a subida da Serra

Elementos funcionais existentes na envolvente:
- Desfiladeiros e Vias
- Casal

Elementos construídos:
- Reparo
- Fosso
- Portal
- Paiol

Tipo de Intervenção: Prioridade máxima
- Desmatação selectiva com preservação da flora autóctone de elevado valor ecológico;

Protecção Legal: Em vias de classificação como imóvel de Interesse Público, despacho de 15/09/2005

Observações:

FICHA DE INVENTÁRIO

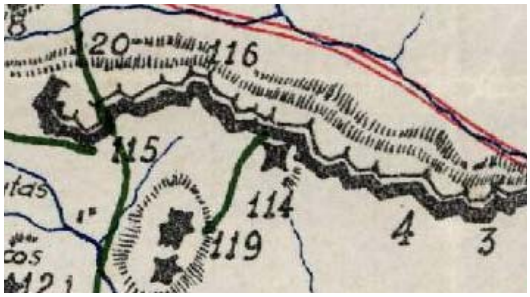
Designação: Forte 3º de Subserra

N.º de série da Fortificação: 116 b

Freguesia: Alhandra/São João dos Montes

Local: Serra de São Lourenço

Planta de localização:



Planta original da estrutura:

Fotos:

Não existe na actualidade

Propriedade: não se aplica

Inserção ambiental: Meio Rural

Tipo de acesso: não se aplica

Tipo de materiais utilizados na construção: Não se aplica

Integridade física: Obra destruída

Tipo de ameaças: não se aplica

Objectivo: Bater a Estrada Real de Arruda e a subida da Serra

Elementos funcionais existentes na envolvente: não se aplica

Elementos construídos: não se aplica

Tipo de Intervenção: sem intervenção

Protecção Legal: sem protecção

Observações: Construção já não existia em 1823

FICHA DE INVENTÁRIO

Designação: Forte 4º de Subserra

N.º de série da Fortificação: 117 a

Freguesia: São João dos Montes

Local: Serra de São Lourenço

Planta de localização:

Planta original da estrutura:

Fotos:

Não existe na actualidade

Propriedade: não se aplica

Inserção ambiental: Meio Rural

Tipo de acesso: não se aplica

Tipo de materiais utilizados na construção: Não se aplica

Integridade física: Obra destruída

Tipo de ameaças: não se aplica

Objectivo: integra a defesa da Serra de Formoso, sobre a Estrada Real para Arruda

Elementos funcionais existentes na envolvente:
- Desfiladeiros e Vias
- Moinho
- Escarpamento

Elementos construídos: não se aplica

Tipo de Intervenção: sem intervenção

Protecção Legal: sem protecção

Observações:

FICHA DE INVENTÁRIO

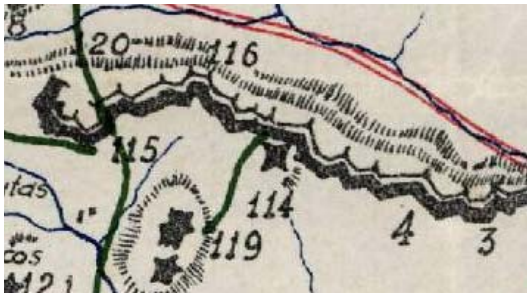
Designação: Reduto Novo da Costa da Freira; Forte de Francisca Louro

N.º de série da Fortificação: 117b

Freguesia: Calhandriz

Local: Serra de São Lourenço

Planta de localização:



Planta original da estrutura:

Fotos:

Propriedade: Domínio Privado

Inserção ambiental: Meio Rural

Tipo de acesso: Caminho

Tipo de materiais utilizados na construção:
- pedra
- terra
- rocha

Integridade física: Obra conservada

Tipo de ameaças: Descaracterização da zona envolvente, erosão, demolição, vandalismo

Objectivo: integra a defesa da Serra de Formoso, sobre a Estrada Real para Arruda

Elementos funcionais existentes na envolvente:
- Desfiladeiros e Vias
- Moinho
- Escarpamento

Elementos construídos:
- Fosso
- Paiol

Tipo de Intervenção: Prioridade máxima

Protecção Legal: Em vias de classificação como imóvel de Interesse Público, despacho de 15/09/2005

Observações:

FICHA DE INVENTÁRIO

Designação: Forte dos Sinais, Forte do Moinho Branco

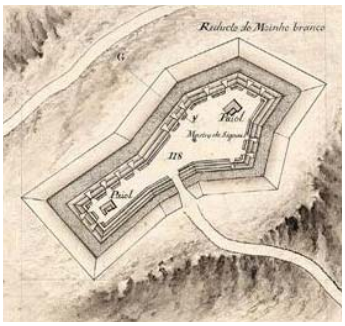
N.º de série da Fortificação: 118

Freguesia: Alverca do Ribatejo

Local: Serra de São Lourenço

Planta de localização:

Planta original da estrutura:



Fotos:

Propriedade: Domínio privado

Inserção ambiental: Meio Rural

Tipo de acesso: Caminho privado

Tipo de materiais utilizados na construção:
- pedra
- terra
- rocha

Integridade física: Obra arruinada, evidenciando intrusões vegetais extensivas

Tipo de ameaças: Demolição, incêndio, descaracterização da zona envolvente

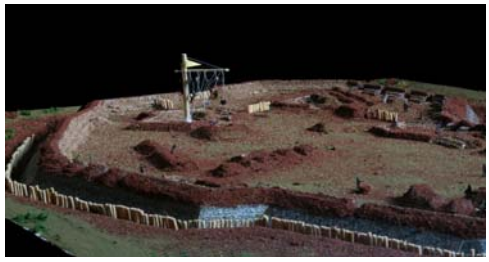
Elementos funcionais existentes na envolvente: - Desfiladeiros e Vias

Elementos construídos:
- Reparo
- Canhoneira
- Fosso
- Paiol

Tipo de Intervenção: Prioridade máxima
- Desmatação selectiva com preservação da flora autóctone de elevado valor ecológico;

Protecção Legal: Em vias de classificação como imóvel de Interesse Público, despacho de 15/09/2005

Observações: Era o principal posto de sinais do Distrito Militar de Alhandra. As comunicações eram efectuadas com mastros de sinais, montados pela marinha inglesa, tendo sido, posteriormente, instalado um sistema semafórico português.



Maquete protótipo de um posto de sinais. Cedido pelo Tenente- Coronel Berger no âmbito do *Workshop- Projectos de Valorização das Obras Militares das Linhas de Defesa de Torres – normalização de Procedimentos*. 2 de Junho 2009, Museu de Cerâmica de Sacavém

FICHA DE INVENTÁRIO

Designação: Reduto dos dois Moinhos (das Sarnadas)

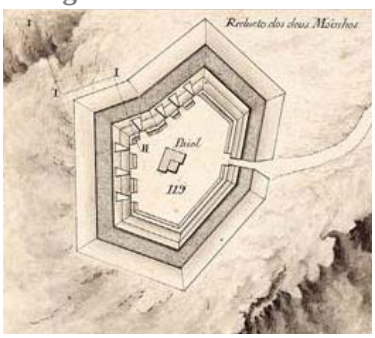
N.º de série da Fortificação: 119

Freguesia: Alverca do Ribatejo

Local: Entre as povoações de Adanaia e A-dos-Melros

Planta de localização:

Planta original da estrutura:



Fotos:

Propriedade: Domínio privado

Inserção ambiental: Meio Rural

Tipo de acesso: Caminho privado

Tipo de materiais utilizados na construção:
- pedra
- terra
- rocha

Integridade física: Obra arruinada, evidenciando intrusões vegetais extensivas

Tipo de ameaças:
- Descaracterização da zona envolvente
- Demolição
- Erosão
- Incêndio

Objectivo: Defesa da Estrada Real de Arruda e do Vale da Calhandriz

Elementos funcionais existentes na envolvente: - Desfiladeiros e Vias

Elementos construídos:
- Reparo
- Fosso
- Paiol

Tipo de Intervenção: Prioridade mínima
- desmatação selectiva com preservação da flora autóctone de elevado valor ecológico;

Protecção Legal: Em vias de classificação como imóvel de Interesse Público, despacho de 15/09/2005

Observações:

FICHA DE INVENTÁRIO

Designação: Reduto Novo da Serra do Formoso

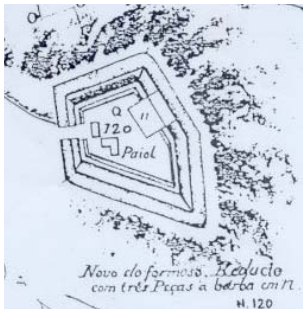
N.º de série da Fortificação: 120

Freguesia: Calhandriz

Local: Serra do Formoso

Planta de localização:

Planta original da estrutura:



Fotos:

Propriedade: Domínio privado

Inserção ambiental: Meio Rural

Tipo de acesso: Caminho privado

Tipo de materiais utilizados na construção:
- pedra
- terra
- rocha

Integridade física: Obra conservada, evidenciando intrusões vegetais extensivas

Tipo de ameaças:
- Descaracterização da zona envolvente
- Demolição
- Erosão

Objectivo: Articulado com o forte n.º 5, faz a defesa da linha da Serra do Formoso, sobre a Estrada Real para Arruda e o Vale da Calhandriz e a Estrada do Bulhaco.

Elementos funcionais existentes na envolvente:
- Desfiladeiros e Vias
- Escarpamentos

Elementos construídos:
- Reparo
- Canhoneira
- Fosso

Tipo de Intervenção: Prioridade máxima
- Desmatação selectiva com preservação da flora autóctone de elevado valor ecológico

Protecção Legal: Em vias de classificação como imóvel de Interesse Público, despacho de 15/09/2005

Observações:

FICHA DE INVENTÁRIO

Designação: Forte 1º da Calhandriz /das Bragadas

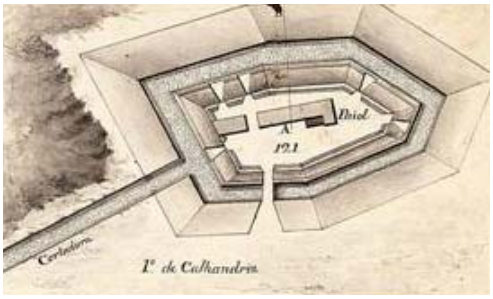
N.º de série da Fortificação: 121

Freguesia: Calhandriz

Local: À-do-Mourão/Lugar do Mato, 900m NW da Calhandriz

Planta de localização:

Planta original da estrutura:



Fotos:

Propriedade: Domínio privado

Inserção ambiental: Meio Rural

Tipo de acesso: Caminho com serventia pública

Tipo de materiais utilizados na construção:
- pedra
- terra
- rocha

Integridade física: Obra arruinada, evidenciando intrusões vegetais extensivas

Tipo de ameaças:
- Descaracterização da zona envolvente
- Demolição
- Erosão

Objectivo: Defendia o desfiladeiro de Bucelas, estabelecendo a ligação com os fortes de Arruda e Loures desta 1ª Linha defensiva

Elementos funcionais existentes na envolvente:
- Desfiladeiros e Vias
- Trincheira

Elementos construídos:
- Reparo
- Canhoneira
- Fosso
- Paiol
- Trincheira

Tipo de Intervenção: Prioridade média
- Escavações arqueológicas
- Consolidação das estruturas
- Desmatação selectiva com preservação da flora autóctone de elevado valor ecológico;

Protecção Legal: Em vias de classificação como imóvel de Interesse Público, despacho de 15/09/2005

Observações:

FICHA DE INVENTÁRIO

Designação: Forte 2º da Calhandriz

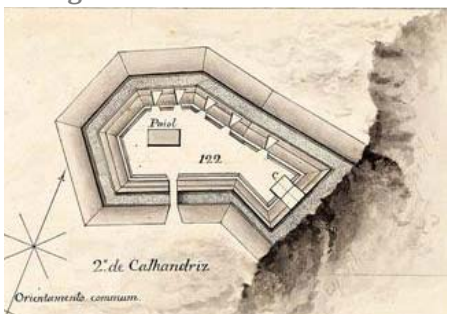
N.º de série da Fortificação: 122

Freguesia: Calhandriz

Local: À-do-Mourão/Lugar do Mato, 700m NW da Calhandriz

Planta de localização:

Planta original da estrutura:



Fotos:

Propriedade: Domínio privado

Inserção ambiental: Meio Rural

Tipo de acesso: Caminho

Tipo de materiais utilizados na construção:
- pedra
- terra
- rocha

Integridade física: Obra arruinada, evidenciando intrusões vegetais extensivas

Tipo de ameaças:
- Descaracterização da zona envolvente
- Demolição
- Erosão

Objectivo: reforçava a defesa da Serra da Calhandriz sobre o Vale do mesmo nome

Elementos funcionais existentes na envolvente: - Desfiladeiros e Vias

Elementos construídos:
- Reparo
- Fosso
- Paiol

Tipo de Intervenção: Prioridade média
- Desmatação selectiva com preservação da flora autóctone de elevado valor ecológico;
- Consolidação das estruturas

Protecção Legal: sem protecção

Observações:

FICHA DE INVENTÁRIO

Designação: 3º Forte da Calhandriz

N.º de série da Fortificação: 123

Freguesia: Calhandriz

Local: Serra da Calhandriz

Planta de localização:

Planta original da estrutura:

Fotos:

Propriedade: Domínio privado

Inserção ambiental: Meio Peri-Urbano

Tipo de acesso: Estrada

Tipo de materiais utilizados na construção:
- pedra
- terra
- rocha

Integridade física: Obra arruinada, evidenciando intrusões vegetais extensivas

Tipo de ameaças:
- Descaracterização da zona envolvente
- Demolição
- Erosão

Objectivo: Reforçava a defesa do desfiladeiro de Bucelas

Elementos funcionais existentes na envolvente: - Desfiladeiros e Vias

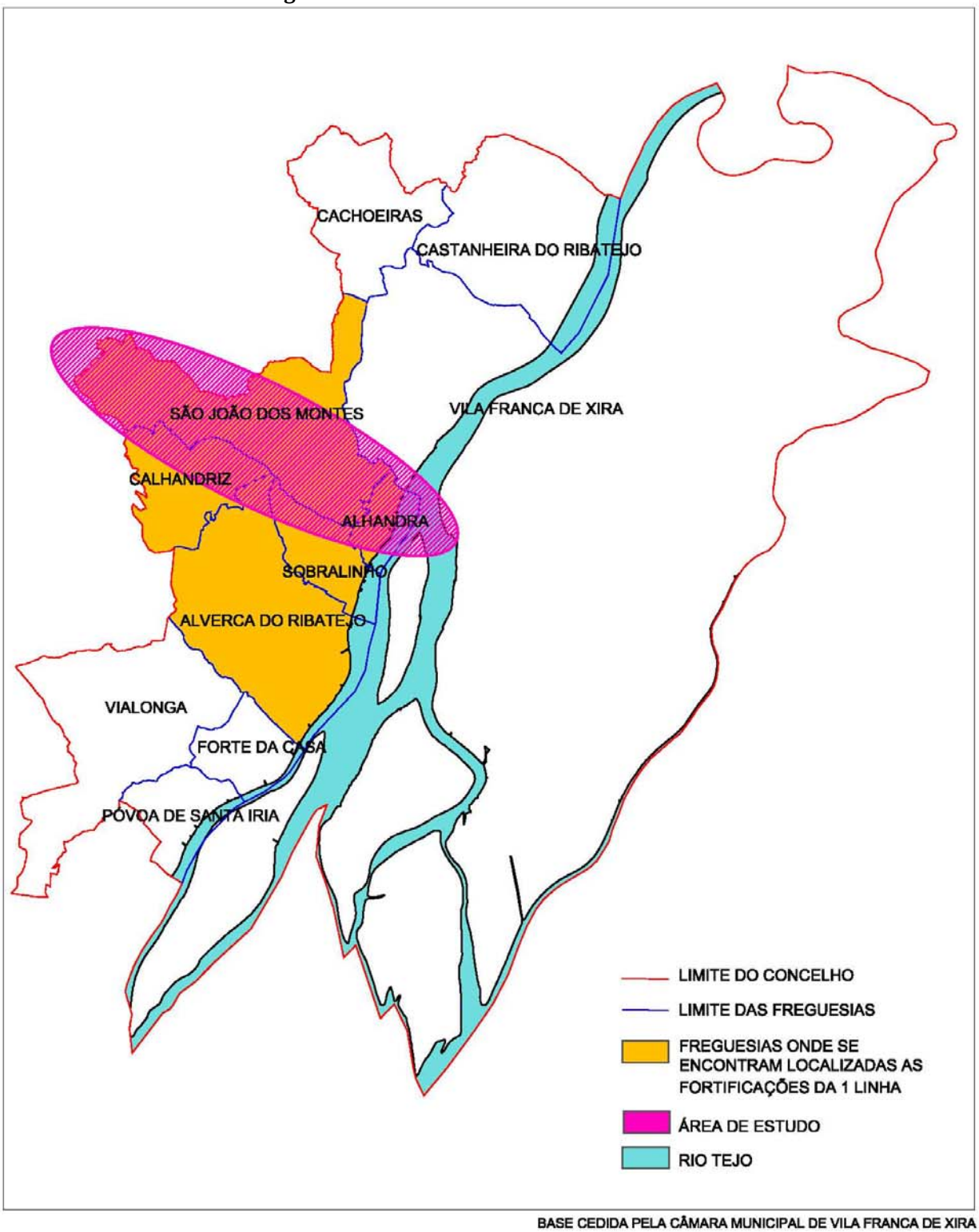
Elementos construídos:
- Reparo
- Fosso

Tipo de Intervenção: Prioridade média
- desmatação selectiva com preservação da flora autóctone de elevado valor ecológico;
- consolidação das estruturas

Protecção Legal: sem protecção

Observações:

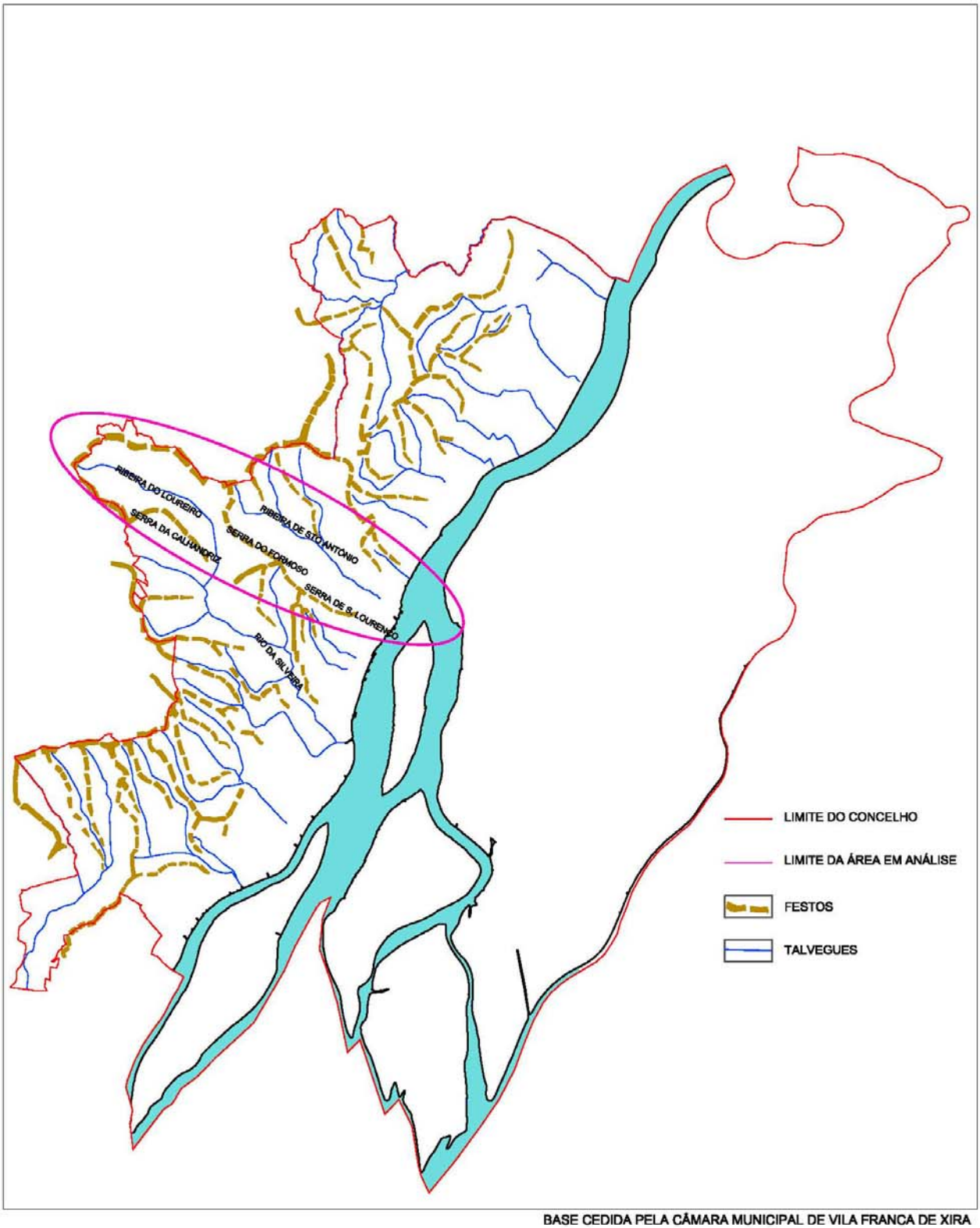
ANEXO 6 – Planta das Freguesias do Concelho de Vila Franca de Xira



BASE CEDIDA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa DGEMN - Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais	FREGUESIAS DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA	02
REGENERAÇÃO DE PERCURSOS CULTURAIS NO TERRITÓRIO: APLICAÇÃO ÀS LINHAS DE TORRES NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA		Esc. 1/25 000
MESTRADO EM REABILITAÇÃO URBANA E ARQUITECTÓNICA	Catarina Conde	JUNHO 2009

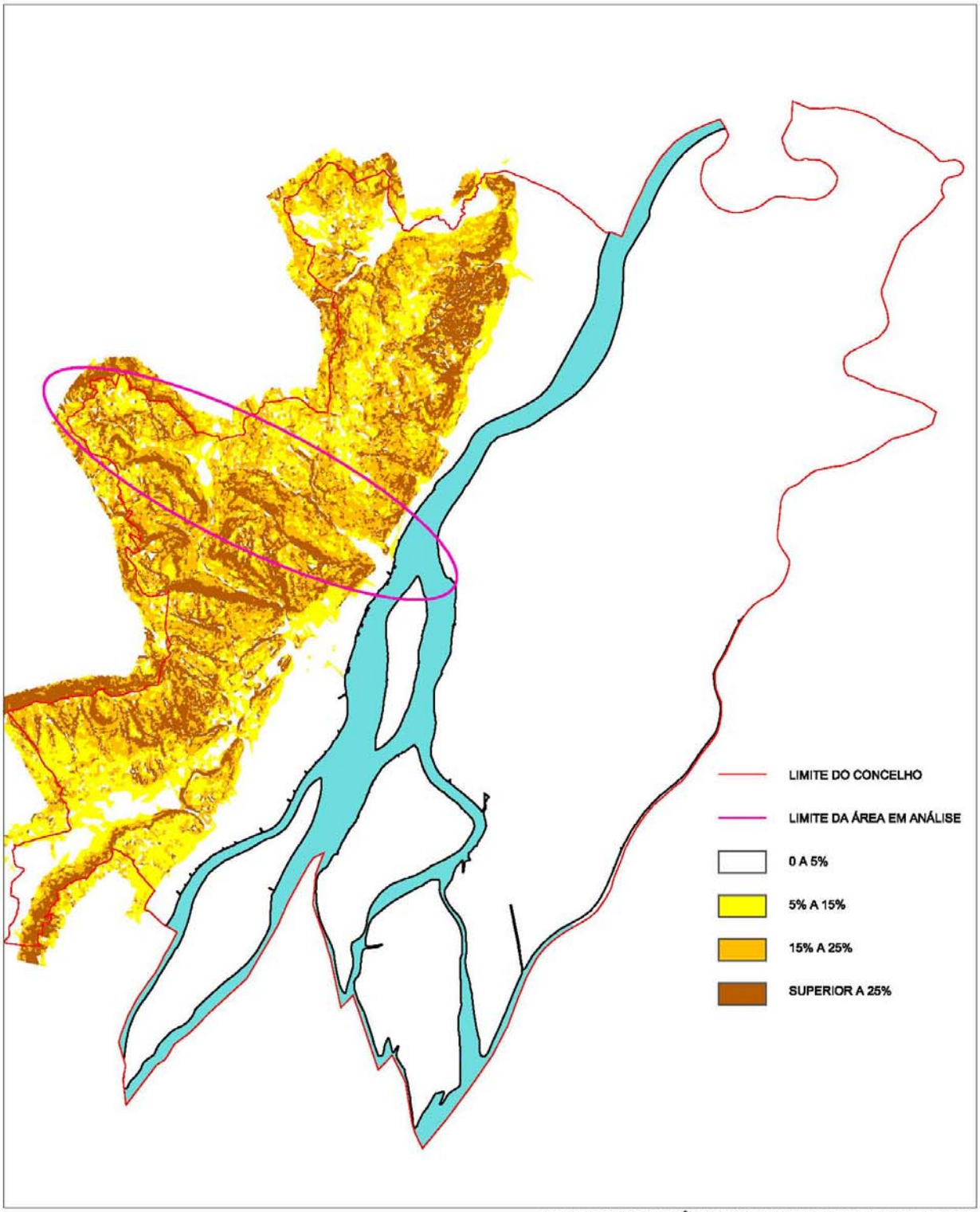
ANEXO 7 –Planta Fisiográfica do Concelho de Vila Franca de Xira



BASE CEDIDA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa DGEMN - Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais	FISIGRAFIA - FESTOS E TALVEGUES	03
REGENERAÇÃO DE PERCURSOS CULTURAIS NO TERRITÓRIO: APLICAÇÃO ÀS LINHAS DE TORRES NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA		Esc. 1/25 000
MESTRADO EM REABILITAÇÃO URBANA E ARQUITECTÓNICA	Catarina Conde	JUNHO 2009

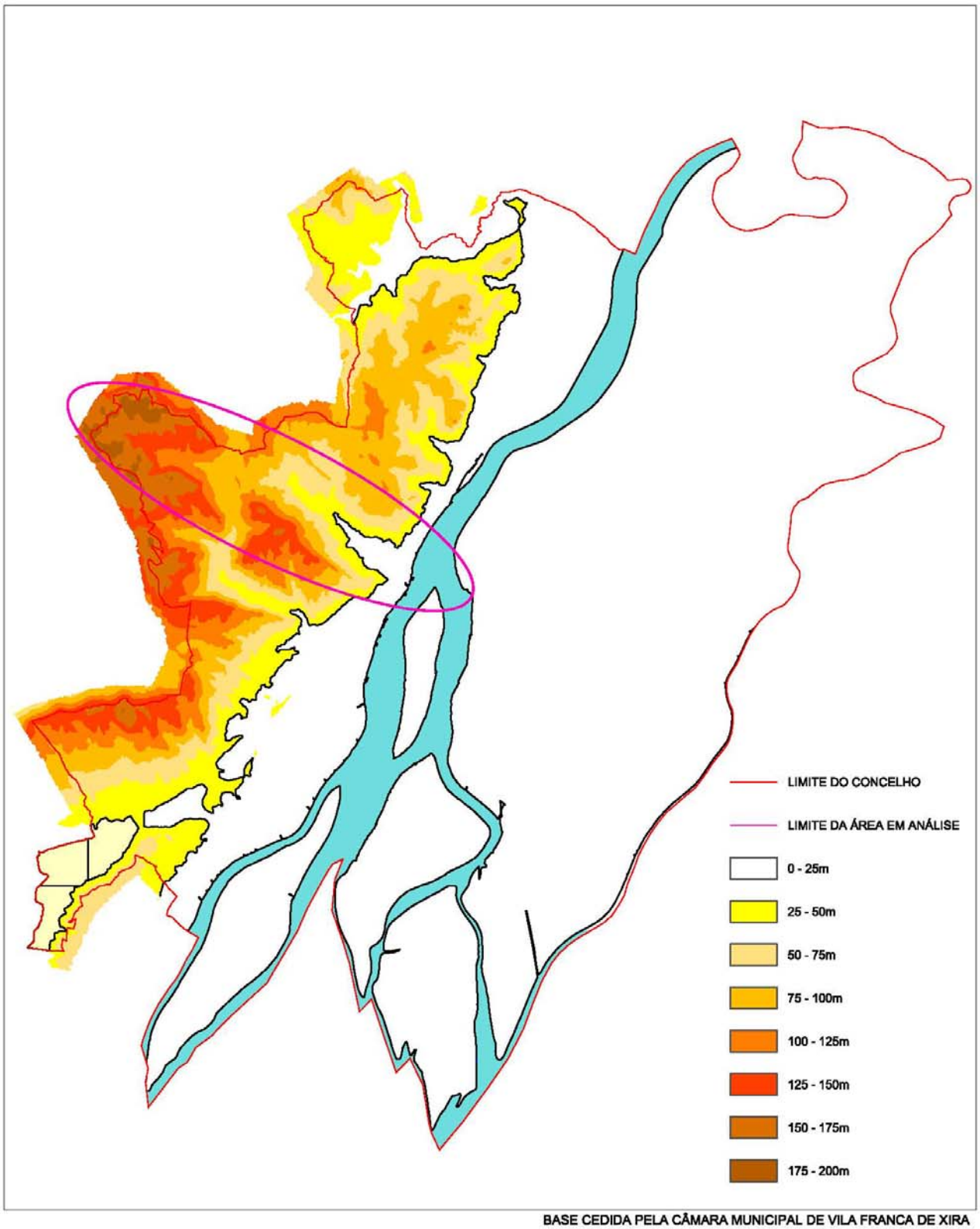
ANEXO 8 – Planta de Declives do Concelho de Vila Franca de Xira



BASE CEDIDA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa DGEMN - Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais	PLANTA DE DECLIVES	04
REGENERAÇÃO DE PERCURSOS CULTURAIS NO TERRITÓRIO: APLICAÇÃO ÀS LINHAS DE TORRES NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA		Sem Escala
MESTRADO EM REABILITAÇÃO URBANA E ARQUITECTÓNICA	Caterina Conde	JUNHO 2009

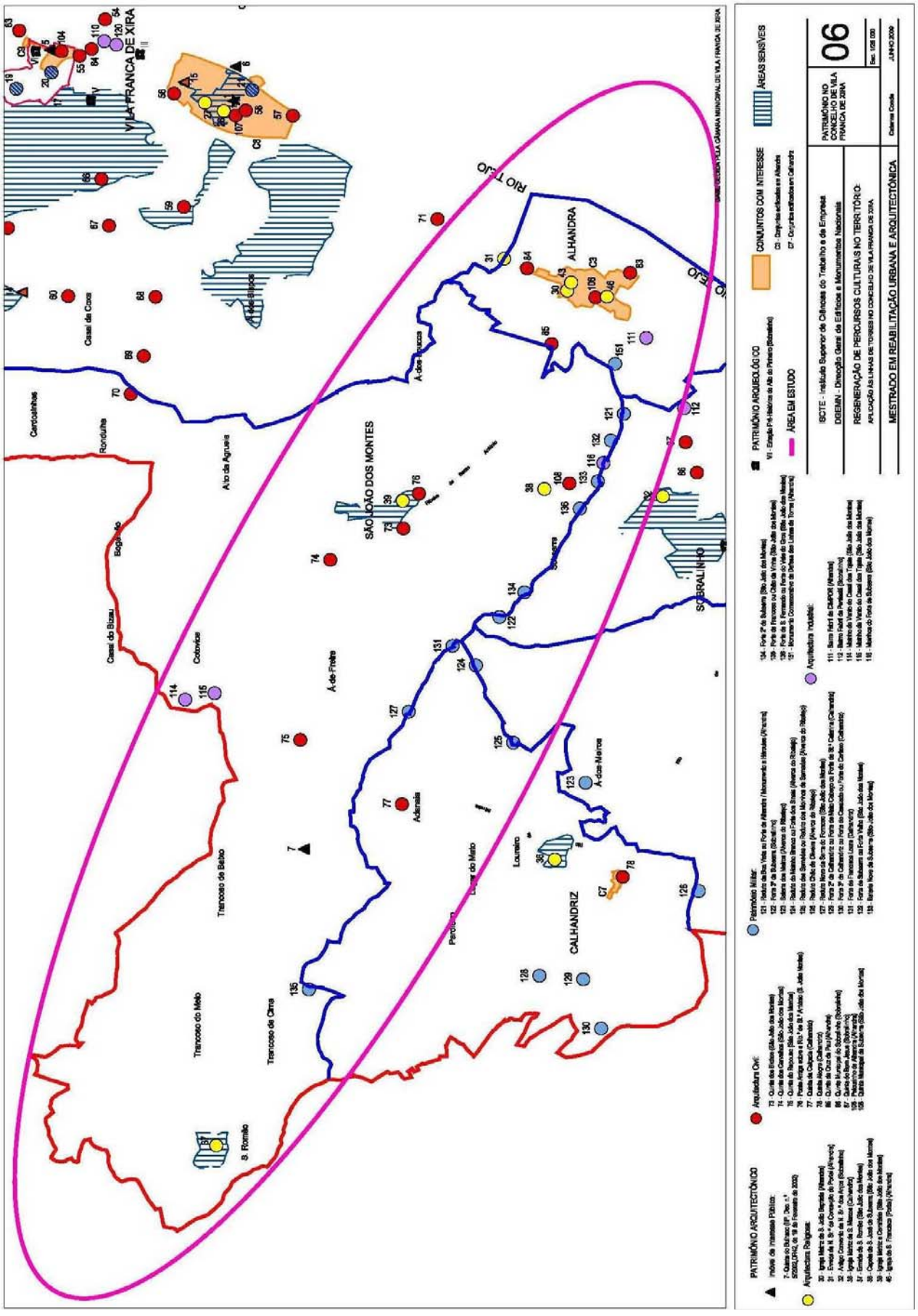
ANEXO 9 – Planta Hipsométrica do Concelho de Vila Franca de Xira



BASE CEDIDA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

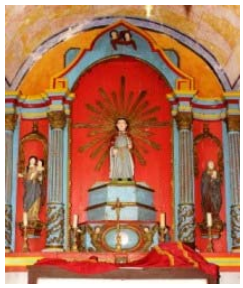
ISCTE - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa DGEMN - Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais	HIPSOMETRIA	05
REGENERAÇÃO DE PERCURSOS CULTURAIS NO TERRITÓRIO: APLICAÇÃO ÀS LINHAS DE TORRES NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA		Esc. 1/25 000
MESTRADO EM REABILITAÇÃO URBANA E ARQUITECTÓNICA	Catarina Conde	JUNHO 2009

ANEXO 10 – Planta de Património



ANEXO 11 – Inventário de Património Arquitectónico existente na área em estudo

FREGUESIA	PATRIMÓNIO ARQUITECÓNICO
Alhandra	**Igreja Matriz de S. João Baptista** Fundada pelo Cardeal D. Henrique em 1558, era considerada um templo grandioso devido à sua implantação, cerca de 200 metros acima da vila e pela qualidade arquitectónica. Em 1887 um violento incêndio destruiu a Igreja, conduzindo à sua total reconstrução, resultando num edifício de linhas simples, depurada de elementos decorativos. A sua importância reside num riquíssimo espólio de arte sacra que integra os séculos XVII e XVIII, sendo alguns objectos pertencentes à primitiva igreja e outros provenientes do antigo Convento dos Religioso de Santo Agostinho, ao Grilo, em Lisboa, de que são exemplo diversas telas atribuídas ao pintor régio Bento Coelho da Silveira.
	Igreja de São Francisco – Portal Este é o unico elemento que subsistiu deste templo religioso dedicado a São Francisco, cuja fundação data do século XVII.
	Fonte do Cabo da Vila Situando-se no extremo Norte da Vila de Alhandra, esta fonte foi edificada através do patrocínio do 1º Patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida, em meados do século XVIII. Trata-se de uma fonte monumental, dadas as dimensões da frontaria, e o próprio esculpido que apresenta o brasão de armas do seu mecenas.
	Cais de Alhandra Sendo o segundo cais mais importante da região de Vila Franca de Xira, foi muito utilizado como ponto de desembraque na Penetração para outras localidades mais interiores, nomeadamente pelos marqueses de Subserra, nas suas deslocações entre a Quinta de Subserra e Lisboa. No início do século XX, este cais era ainda muito utilizado: através dele se fazia grande parte do tráfego da palha e de vinhos e cereais, não só da região, mas também de uma parte da Estremadura.
	Pelourinho Classificado como Imóvel de Interesse Público (Dec. N.º 23 122, DG 231, de 11 de Outubro de 1933). Este pelourinho possui características estilísticas que o distinguem dos demais pelourinhos do concelho, uma vez que é constituído por um bloco, de linhas classizantes com base quadrangular com losangos, fuste cilíndrico de dois tambores separados por toro, capitel quadrangular sobre anel e remate prismático. A sua data de construção é desconhecida, sendo possivelmente do reinado de D. João III ou de época posterior. Em 1893 foi aprovada pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira a sua demolição, o que não aconteceu, uma vez que Abel Botto Sousa pagou a sua remoção para a sua propriedade, a Quinta dos Bichos. Desde 1990 que se discute um local para a sua recolocação na vila. No seu lugar encontra-se, actualmente, o busto do Dr. Sousa Martins, médico nascido em Alhandra, os alhandrenses quiseram homenageá-lo, mandando erguer o monumento, no ano de 1909.
	Capela N.ª Sr.ª da Guia Capela de arquitectura religiosa maneirista e barroca e situada na antiga Estrada Real actual Rua Salvador Marques, foi mandada construir por Francisco Annes Cardoso no ano de 1611. O interior, de planta longitudinal composta pela justaposição de dois rectângulos (nave e capela-mor) apresenta nave única com cobertura em tecto de madeira de três panos e muros animados por silhar de azulejos monócromos enxaquetados, datáveis do século XVII.
	Ermida de N.ª Sr.ª da Conceição do Portal De arquitectura religiosa barroca, o edifício possui planta rectangular e apresenta volumetria escalonada, sendo a cobertura efectuada por telhados a duas águas. O interior apresenta nave única de planta rectangular e cobertura em tecto de madeira de três panos, podendo reconhecer-se no alçado a Oeste, a presença de coro-alto com guarda em balaustrada de madeira e no muro oposto, a integração de retábulo de madeira entalhada dourada e pintada, com nicho a albergar a figura de Nossa Senhora da Conceição.

	Quinta da Cruz de Pau Desta quinta do século XVIII apenas se conserva o muro exterior, com janelões barrocos, tendo o seu espaço original sido ocupado por uma urbanização.
São João dos Montes	**Quinta do Bulhaco** (IIP, Decreto n.º 5/2002, DR n.º 42, de 19 de Fevereiro de 2002). Localizada próximo da povoação de Trancoso de Baixo, este conjunto, classificado como terá sido fundado pela família de Fernando de Bulhões (Santo António). Os edifícios que perduraram até hoje foram mandados construir pelos condes da Cunha no século XVIII. É visível a sua utilidade agrícola, podendo ver-se ainda os restos de uma antiga azenha.
	Quinta de Subserra Fundada no século XVII, a sua história é, durante mais de três séculos, a história do morgadio e dos seus proprietários ligados à nobreza. Em 1821, D. Isabel Lemos e Roxas e Manuel Inácio Martins Pamplona Corte Real, após terem sido expatriados, após terem os auxiliado o general francês Junot, regressaram a Portugal, reedificaram a casa e a capela que tinham sofrido danos aquando do terramoto de 1755 e, no seguimento dos saques ocorridos durante a sua ausência e aquando da 3ª Invasão Francesa. O conjunto é constituído por edifício solarengo, pela Capela de São José instalações de carácter agrícola (adega e celeiros) e espaço de jardins (com uma traça geometrizante), uma casa de fresco e uma fonte rocaille de grande interesse artístico. Esta quinta é propriedade da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira desde 1980.
	Capela de S. José de Subserra Capela mandada construir no início do século XVI (em 1633), consagrada aos Esposórios de São José. No seu interior encontramos azulejos seiscentistas e o retábulo do altar-mor, pintado a óleo, da autoria de Bento Coelho da Silveira, o qual foi recentemente restaurado.
	Ermida de São Romão  Situada no alto do pequeno lugar de São Romão, num dos extremos do concelho, esta ermida é é um dos exemplares da arquitectura religiosa, de cariz rural, existentes no concelho de Vila Franca de Xira. Dedicada a S. Romão, a sua fundação é remota, eventualmente medieval. O edifício actual apresenta as marcas de sucessivas intervenções a que foi sujeito: os numerosos acrescentos e remodelações reflectem tratar-se de uma igreja de romaria, que foi sendo cuidada ao longo de sucessivas gerações de devotos. Todo o conjunto é fortemente caracterizado pela traça do século XVII, sendo notável o revestimento do interior do templo com ricos painéis de azulejo de tapete, em bom estado de conservação. Alguns vestígios romanos foram também encontrados no local, tendo sido incorporada uma lápide sepulcral romana numa parede interior da ermida.
	Igreja Matriz de São João dos Montes Igreja fundada no século XIII, sendo que o edifício actual data do século XVI. De salientar a existência de sepulturas medievais reaproveitadas. No cemitério, existe um conjunto de lápides funerárias do século XIX.
	Moinho de Vento do Casal dos Tojais e de Subserra Toda a àrea montanhosa interior da região de Vila Franca de Xira era pontuada por moinhos de vento.Destes engenhos restam-nos hoje ruínas e estruturas diversas, sendo de ressaltar os que se encontram em melhor estado de conservação, e/ou melhor estado de conservação, e que se localizam ao longo do percurso. Os Moinhos do Forte de Subserra são constituídos por duas estruturas, estando uma delas até à pouco tempo em actividade. A construção destes moinhos remonta ao século XVIII.
Sobralinho	**Ruínas do Convento de Nossa Senhora dos Anjos** Na Quinta Municipal do Sobralinho, a noroeste do Palácio, nos designados Matos do Sobralinho, estão localizadas as ruinas do convento de frades capuchos da Província de Santo António, fundado no século XVII, por Francisco de Sousa. O Convento de Nossa Senhora dos Anjos desempenhou um papel importante junto das populações da região, não só aquando das invasões francesas, em

	que foi um local de refúgio, sobretudo para mulheres e crianças, mas, essencialmente, desde a sua construção, enquanto elemento de ligação entre a sociedade laica e a religiosa, dada a sua abertura para a comunidade e a sua mentalidade urbana e solidária.
	Quinta Municipal do Sobralinho O Paço do Sobralinho foi fundado no século XVII pelos condes de Vila Flor (depois duques da Terceira), ampliado e remodelado no século XIX, pelo Duque de Terceira, sendo o mais notável conjunto edificado do Sobralinho. Vítima de incêndio em 1944, foi posteriormente reedificado e ornamentado com magníficas colecções de arte. Actualmente é propriedade da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

ANEXO 12 – Planta do Percurso Proposto

A3

ANEXO 13 – Folheto informativo

FLORA

Embora o concelho de Vila Franca de Xira seja caracterizado por possuir uma grande pressão antrópica, ainda mantém um valioso património natural. A vegetação autóctone, a qual constitui um importante ponto de interesse, denota uma enorme riqueza ambiental e ecológica.

Quercus coccinea

Ao longo do percurso é possível observar algumas das espécies características da vegetação natural do Maciço Calcário Estremenho, que constituem o Maquial Mediterrânico.

Coronilla Valentina

A vegetação observada insere-se, essencialmente, no estrato arbustivo (mato alto) e herbáceo, existindo, apenas na primeira fase do percurso, um povoamento florestal com predomínio de *Pinus halepensis*.

Barlia robertiana

No que se refere ao estrato arbustivo, constata-se uma dominância do *Quercus coccinea* (carvalho-cerquinho), da *Pistacia lentiscus* (aroeira), da *Coronilla valentina* (pascoinhas), do *Cistus albidus* (Roselha-grande), entre outras.

Orchis italica

Nas clareiras existe uma maior diversidade de espécies herbáceas, tais como *Centaurea pullata* (cardinhos-das-almorreimas) e *Arisarum vulgare* (candeia), algumas espécies de orquídeas, nomeadamente *Barlia robertiana*, *Orchis italica* (flôr-dos-rapazinhos), etc.

PATRIMÓNIO ARQUITÉCTONICO

Quinta de Subserra

Quinta do Bulhaco

Moinho de Vento de Subserra

Ao longo do percurso é possível observar, para além das estruturas militares, outros elementos que constituem um património arquitectónico de realce, tais como a Quinta de Subserra (século XVII), a Capela de São José de Subserra (século XVII), a Igreja Matriz de Subserra e a Quinta do Bulhaco (IIP, Decreto n.º 5/2002, DR n.º 42, de 19 de Fevereiro de 2002), a Ermida de São Romão(século XVII), Moinho de Vento do Casal dos Tojais e de Subserra, entre outros.

Muitas dessas construções desempenharam um papel importante durante as Invasões Francesas, como exemplo as Ruínas do Antigo Convento de Nossa Senhora dos Anjos, que foi o local onde os civis se refugiaram aquando da 3ª Invasão.

Ruínas do Antigo Convento de Nossa Senhora dos Anjos

RECOMENDAÇÕES

- Não danifique as estruturas militares existentes ao longo do percurso, bem como o restante património arquitectónico;
- Circule, sempre pela percurso definido, evitando o pisoteio das estruturas, bem como das espécies vegetais;
- É um convidado da natureza - comporte-se como tal;
- Não arranque plantas nem maltrate as árvores - a vegetação não pode fugir às suas agressões;
- Não faça ruidos que o privem dos sons da Natureza – nela pode encontrar a tranquilidade que não há nas cidades;
- Não faça fogueiras nem lume fora dos sítios preparados para tal, pois qualquer descuido pode acabar com o que demorou anos a crescer, bem como colocar em risco as estruturas militares;
- Siga as indicações que encontre na sinalética ao longo do percurso ou os conselhos dos guias;
- Não deixe lixo ou desperdícios – não queira deixar má recordação da sua visita;
- Não incomode nem maltrate os animais – a natureza é a sua casa;
- Os espaços naturais existiam muito antes da sua chegada – deixe tudo como encontrou;
- Sempre que observe algo anormal, avise imediatamente as autoridades locais.

Caminho certo
Right way

Caminho errado
Wrong way

Vire à direita
Turn right

Vire à esquerda
Turn left

CONTACTOS ÚTEIS

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira 263 285 600
Junta de Freguesia de Alhandra.....219 518 730
Junta de Freguesia de São João dos Montes.....219 500 701

Número Nacional de Emergência 112

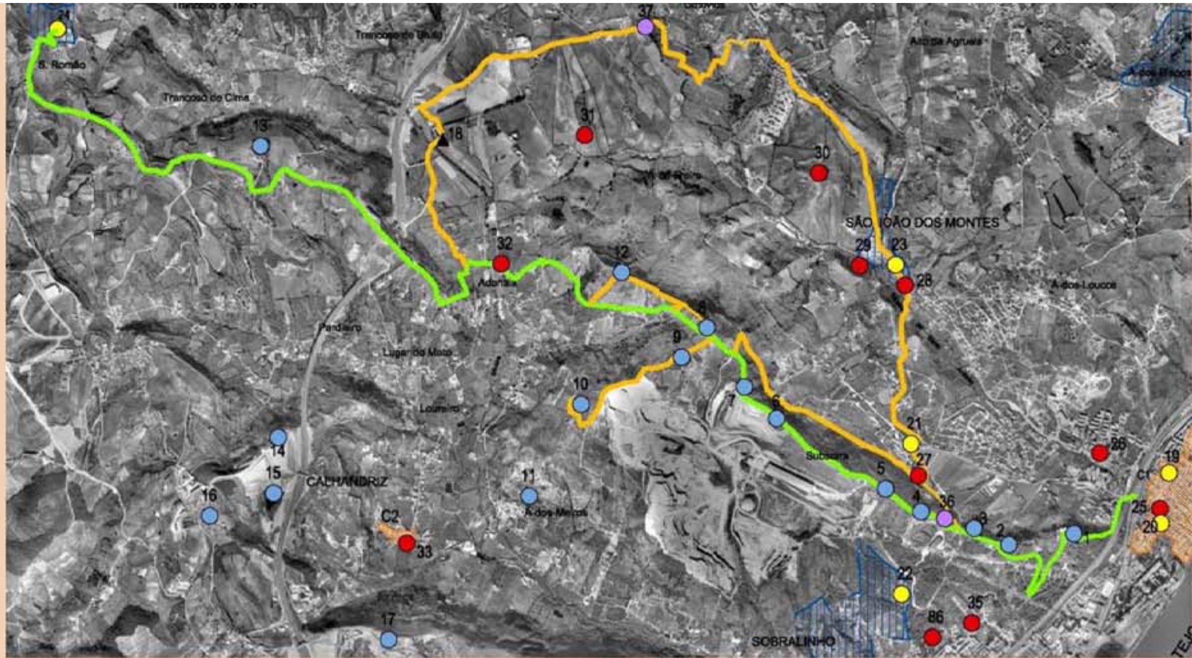
Mestrado de Reabilitação Urbana e Arquitectónica
ISCTE – IUL| DAU

Catarina G.R.V. Conde

Junho 2009

PERCURSO PEDONAL CULTURAL

1ª LINHA DE TORRES
NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA



LEGENDA

Percurso principal

Percurso secundário

Património Militar:

1 - Monumento Comemorativo da Defesa das Linhas de Torres (Alhandra)
2 - Reduto da Boa Vista ou Forte de Alhandra / Monumento a Hércules (Alhandra)
3 - Forte de Subserra ou Forte Velho (São João dos Montes)
4 - Bateria Nova da Subserra (São João dos Montes)
5 - Forte de S. Fernando ou Forte do Vale do Grou (São João dos Montes)
6 - Forte 2º da Subserra (São João dos Montes)
7 - Forte 3º da Subserra (Sobralinho)
8 - Forte de Francisca Loura (Calhandriz)
9 - Reduto do Moinho Branco ou Forte dos Sinais
10 - Reduto das Sarnadas ou Reduto dos Moinhos de Sarnadas (Alverca do Ribatejo)
11 - Bateria dos Meiros (Alverca do Ribatejo)
12 - Reduto Novo da Serra do Formoso (São João dos Montes)
13 - Forte de Francoso ou Chão da Vinha (São João dos Montes)
14 - Forte 1º de Calhandriz ou Forte das Bragadas (Calhandriz)
15 - Forte 2º de Calhandriz ou Forte de Mato Cabeço ou Forte de Stª Catarina (Calhandriz)
16 - Forte 3º de Calhandriz ou Forte do Casalado ou Forte do Cartaxo (Calhandriz)

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
I
móvel de Interesse Público
18- Quinta do Bulhaco (IIP, Dec. nº 5/2002,DR42, de 19 de Fevereiro de 2002)

Arquitectura Religiosa:
19 - Igreja Matriz de S. João Baptista (Alhandra)
20 - Igreja de S. Francisco (Portal) (Alhandra)
21 - Capela de S. José de Subserra (São João dos Montes)
22 - Antigo Convento de N. Srª dos Anjos (Sobralinho)
23 - Igreja Matriz e Cemitério (São João dos Montes)

Arquitectura Civil:
25 - Pelourinho de Alhandra (Alhandra)
26 - Quinta da Cruz de Pau (Alhandra)
27 - Quinta Municipal da Subserra (São João dos Montes)
28 - Ponte Antiga sobre a Rioª de Stª António (S. João Montes)
29 - Quinta dos Bichos (São João dos Montes)
30 - Quinta dos Carvalhos (São João dos Montes)
31 - Quinta do Repouso (São João dos Montes)
32 - Quinta da Calçada (Calhandriz)
33 - Quinta Alegre (Calhandriz)
34 - Quinta Municipal do Sobralinho (Sobralinho)

<u>**Percurso Principal de Dificuldade Média:**</u> (duração 3h30)

Início: Alhandra

Fim: Ermida de São Romão

Observações: o percurso segue a estrada militar, junto à linha de cumeada, ligando quase todas as fortificações da 1ª Linha existentes no Concelho de Vila Franca de Xira

<u>**Percurso Alternativo de Dificuldade Média:**</u> (duração 3h00)

Início: Alhandra

Fim: Quinta de Subserra

Observações: permite, numa primeira fase, observar as fortificações do outro lado da encosta, passando por outro património arquitectónico de realce, tal como a Igreja Matriz de São João dos Montes e a Quinta do Bulhaco. Na zona da Adanaia, este percurso liga ao percurso principal, passando pelas fortificações mais exemplificativas da 1ª Linha, terminando na Quinta de Subserra.

CONTEXTO HISTÓRICO

Ao longo dos tempos, as forças terrestres adversárias foram a grande ameaça para Portugal. Lisboa, pela sua posição geográfica, constituiu o principal objectivo estratégico para todo o invasor, daí que a necessidade de protegê-la de um ataque directo, através de um sistema de fortificações, tenha sido, desde sempre, sentida. Deve-se a Wellington a construção das linhas defensivas de Torres, tendo estas estado a cargo do tenente-coronel Fletcher.

Napoleão não desiste das campanhas na Península Ibérica e, no verão de 1810, um poderoso exército, comandado por Massena, entra em Portugal, pela terceira vez, pela fronteira de Almeida, ocupando esse forte de defesa, naquela que ficou conhecida pela 3ª Invasão Francesa. Após a queda de Coimbra, o exército anglo-luso efectua um recuo estratégico até às Linhas de Torres, onde o sistema de fortificações, aí construído, para defesa da capital, permitiu trazer o palco de guerra para a Estremadura.

LINHAS DE TORRES

Estas Linhas eram cadeias de redutos, num total de 152, que se apoiavam mutuamente, coroando todos os acidentes tacticamente dominantes e submetendo a fogo de flanco todas as estradas e desfiladeiros de acesso. Foram construídos, no total, 87 Km de defesas, perfeitamente interligados entre si. Nos pontos mais altos foram erigidos oito postos de sinalização.

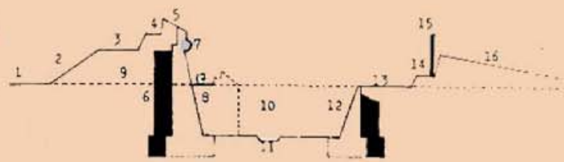
Para organização da defesa, as linhas foram organizadas em distritos, possuindo a primeira linha quatro, a segunda três e a terceira um. Os redutos do Concelho de Vila Franca de Xira encontravam-se na 1º linha e na 2ª linha.

As condições do terreno e o fim a que se destinavam os fortes passaram a ser determinantes no traçado e na dimensão das obras. Assim, a forma destas estruturas militares (quadradas, rectangulares, trapezoidais, ou sem forma definida) passou a ser determinada pela disposição do terreno, sendo escolhida a que melhor permitia evitar o fogo de barragem, ou o fogo dos mosquetes a partir das alturas vizinhas, tendo havido, sempre, o cuidado de construir a face de ataque na direcção dos desfiladeiros ou das zonas que se pretendiam proteger.

Nos locais onde não era possível a construção dos redutos, por não existir área disponível suficiente para estas estruturas, eram colocadas bocas de fogo num plano inferior mais avançado, existindo o cuidado de ligar os seus flancos com as faces de um reduto. Para além dos redutos e como complemento destes foi construído um número elevado de obras acessórias, tais como paliçadas, abatizes, covas de lobo, escarpados e outras obras de engenharia.

Assim, cercado por uma população hostil, com um exército delapidado e perante uma barreira militar bem organizada, Massena inicia a retirada das tropas francesas, em Março de 1811.

Perfil de uma praça abaluartada



1 - Esplanada
2 - Escarpa interior
3 -Terrapleno
4 - Banqueta
5 - Parapeito
6 - Contraforte
7 - Cordão
8 - Escarpa
9 - Reparo
10 - Fosso
11 - Cuneta
13 - Caminho coberto
14 - Banqueta
15 - Paliçada
16 - Esplanada
17 - Berma

Forte n.º 1 de Subserra